

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MARIA CLARA TERESA FERNANDES SILVEIRA

**QUANDO O ESPELHO NÃO ME REPRESENTA: TRANSMASCULINIDADES NA
ORDEM CISGÊNERO EM TERESINA-PIAUÍ**

TERESINA
2021

MARIA CLARA TERESA FERNANDES SILVEIRA

**QUANDO O ESPELHO NÃO ME REPRESENTA: TRANSMASCULINIDADES NA
ORDEM CISGÊNERO EM TERESINA-PIAUI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito parcial, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora:
Profa. Dra. Rita de Cássia Cronemberger Sobral.

Linha de pesquisa: Gênero e geração.

TERESINA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processos Técnicos

S587q Silveira, Maria Clara Teresa Fernandes.
Quando o espelho não me representa : transmasculinidades na
ordem cisgênero em Teresina-Piauí / Maria Clara Teresa Fernandes
Silveira. -- 2021.
104 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro
de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em
Sociologia, Teresina, 2021.
“Orientadora: Prof.a Dr.a Rita de Cássia Cronemberger Sobral.”

1. Identidade de gênero. 2. Homens trans. 3. Práticas de gênero.
4. Masculinidades. 5. Narrativas de vida. I. Sobral, Rita de Cássia
Cronemberger. II. Título.

CDD 306.768

Bibliotecária: Thais Vieira de Sousa Trindade - CRB3/1282

FOLHA DE APROVAÇÃO

Presidente – Prof.a. Dra. Rita de Cássia Cronemberger Sobral
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Membro interno – Prof.a. Dra. Rossana Maria Marinho Albuquerque
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Membro externo – Prof.a. Dra. Francineide Pires Pereira
Universidade Federal do Piauí - UFPI

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, especialmente minha mãe Luciane (meu primeiro exemplo prático de feminismo e subversão); meus irmãos Lucas e Leonor; tia Sílvia, que me emprestou livros desde sempre e me incentivou a estudar; e minha avó Lúcia.

Agradeço às minhas amigas e amigos que estiveram presentes de alguma forma, tomando cerveja e ouvindo meus lamentos.

Agradeço aos rapazes que se disponibilizaram a me contar suas histórias de vida, muito nobre ajudar uma mestranda desesperada meio a uma pandemia desastrosa. Eu acredito em um mundo diferente, onde ser quem você é não seja um precedente de violências, então, para nós, desejo uma vida melhor a cada dia.

Agradeço à todas e todos os professores que fizeram parte da minha formação, em especial, Rita de Cássia Cronemberger Sobral, minha orientadora nesta dissertação; Professora Francineide Pires Pereira, que foi minha orientadora na graduação e me apresentou aos estudos de gênero, ambas imensuráveis fontes de admiração.

“[...] Traça. Sou traça! Tentando passar despercebida entre os outros, sinto-me como a traça que se esconde entre as costuras dos livros para, no fim, morrer esmagada entre suas páginas. [...]”.

- Cassandra Rios, As traças.

RESUMO

A “visibilidade” da identidade transmasculina no Brasil é relativamente recente, o marco data do ano de 2010. Antes disso, pouco se falava de homens trans. Esta pesquisa faz uma investigação sobre como a ordem dominante de gênero impacta na vida de homens transgênero, no caso, que vivem na cidade de Teresina, estado do Piauí. Como referencial teórico se destacam discussões sobre gênero, masculinidade e transexualidade masculina. A abordagem escolhida foi a qualitativa. Para realização da pesquisa foi utilizado como percurso metodológico a epistemologia feminista e a perspectiva etno-sociológica a partir de narrativas de vida. Quatro homens transgêneros se disponibilizaram a participar deste estudo, compartilhando suas narrativas. Como resultado pode-se compreender que as pressões da ordem de gênero permearam o processo de transição de gênero dos participantes, mas apesar dos obstáculos enfrentados por eles, a transição foi considerada por todos como importante no sentido de possibilitar o reconhecimento de si, enquanto transmasculino, e permitir significativa melhora na autoestima e satisfação em suas vidas. Portanto, compreender a masculinidade como não exclusiva a corpos de homens cisgênero é desmistificar a estrutura e as práticas de gênero como naturais e biológicas, sendo possível perceber que os significados de categorias como - gênero, homens, masculinidade, transexualidade - se construíram e modificaram ao longo da história.

Palavras-chave: Homens trans. Práticas de gênero. Masculinidades. Narrativas de vida.

ABSTRACT

The “visibility” of transmasculine identity on Brazil is relatively recent, dates back to 2010. Before that, very little was said about trans men. This research investigates how the dominant gender order impacts the lives of trans men, in this case, who live in the city of Teresina, state of Piauí. As a theoretical framework, discussions on gender, masculinity and male transsexuality stand out. The approach was qualitative. The methodological approach are feminist epistemology and the ethno-sociological perspective with life stories as methodology. Four transgender men volunteered to participate in this study, sharing their narratives. As a result, it is highlighted that, despite the obstacles faced, all reported a significant improvement in self-esteem and satisfaction with the results obtained during the transition. Thus, understanding masculinity as not exclusive to the bodies of cisgender men is to demystify the structure and practices of gender as natural and biological, and possible to see that the meanings of categories such as - gender, men, masculinity, transsexuality - were constructed and modified through history.

Keywords: Trans men. Gender practices. Masculinities. Life stories.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O ARTESANATO DA PESQUISA: CONSIDERAÇÕES SOBRE EPISTEMOLOGIA, METODOLOGIA E MÉTODO	12
1.1 EPISTEMOLOGIA FEMINSTA.....	12
1.2 METODOLOGIA ETNO-SOCIOLÓGICA.....	16
1.3 A EXPERIÊNCIA DA PESQUISA E PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES.....	18
2 REFLEXÕES SOBRE GÊNERO, MASCULINIDADES E TRANSEXUALIDADE	25
2.1 APORTES TEÓRICOS SOBRE O CONCEITO DE GÊNERO	25
2.2 HOMENS E MASCULINIDADES	32
3 TRANSMASCULINIDADES	39
3.1 ESTUDOS SOBRE TRANSMASCULINIDADES NO BRASIL.....	43
3.2 CORPORIFICAÇÃO SOCIAL E A PATOLOGIZAÇÃO DA TRANSEXUALIDADE	48
3.3 LEGISLAÇÕES BIOMÉDICAS E JURÍDICAS SOBRE TRANSGÊNEROS NO BRASIL ..	57
4 NARRATIVAS DE HOMENS TRANSGÊNERO EM TERESINA – PIAUÍ	62
4.1 AUTORRECONHECIMENTO COMO HOMEM TRANS.....	65
4.2 O PROCESSO DE TRANSIÇÃO	71
4.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORDEM DE GÊNERO NA VIDA PESSOAL	79
4.3.1 João	80
4.3.2 Alex	82
4.3.3 Nicolas	86
4.3.4 Elyfer.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	96
ANEXO A	102
ANEXO B	104

INTRODUÇÃO

“Conforme a ordem de gênero muda, novas trajetórias se tornam possíveis” é uma frase em que Connell e Pearse (2015, p. 205) abordam de que forma as transformações a nível estrutural modificam as possibilidades de vida de homens e mulheres, no sentido de como questões relacionadas ao gênero operam na vida pessoal. Práticas de masculinidade e feminilidade também estão inseridas nesse processo, as autoras compreendem essas últimas como projeções de vida, onde, por meio do sexo masculino ou feminino, a trajetória de vida das pessoas já tem aspectos predeterminados: ser homem e ser mulher, com quem se relacionar, como parecer e se comportar, etc.

Olhando para a história, é possível observar, de fato, mudanças nas possibilidades de ação (e vida) de grupos considerados minorias, como mulheres, negros, LGBTQIA+. Estas mudanças vieram por meio de lutas e reivindicações que, ao serem acatadas como legislações que aproximaram esses grupos a condições de cidadania de fato – direitos civis, políticos e sociais (esse último ainda uma luta constante), houve uma transformação nas possibilidades de agência dos indivíduos.

Viver escondido, como uma “traça”, fazendo referência à frase de Cassandra Rios¹ na epígrafe desta dissertação, era (e é até hoje, com outras configurações), a forma marginal que viviam gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, dentre outros que não se encaixam na norma heterossexual e cisgênero, e mesmo com todas as discriminações, encontravam formas para ser e existir.

A autobiografia de João Nery (considerado primeiro homem trans a fazer uma cirurgia de redesignação sexual no Brasil, em 1977), por exemplo, é perpassada por dificuldades em um contexto histórico que não existia, legalmente, a possibilidade de ser um homem transgênero. Então, ao assumir a identidade masculina (ilegalmente), perdeu o diploma em psicologia e teve que iniciar a vida do zero, como motorista de taxi, onde a aparência um pouco masculinizada conferiu a possibilidade de trabalho

¹ Escritora brasileira conhecida pela alcunha de “mais proibida do Brasil”, publicou pela primeira vez em 1948 (aos 16 anos), um romance lésbico que, assim como todas as suas obras, foram censuradas, especialmente no período da ditadura militar, sob justificativa de serem atentados à moral da família e dos bons costumes, pela natureza pornográfica do conteúdo, mesmo a autora afirmando que não escrevia pornografia e sim erotismo e amor. Foi também uma das escritoras mais vendidas no Brasil, superando escritores populares no mesmo período, como Jorge Amado e Clarice Lispector, por exemplo. Através de uma escrita que alcançava as classes populares, escreveu sobre vivências de lésbicas, gays, transgêneros, prostitutas, etc.

autônomo, com medo constante de ser “descoberto” quanto transexual, e sofrer violência.

Apesar de João Nery, a “emergência” da identidade transmasculina no Brasil é relativamente recente, principalmente quando comparada a mulheres trans e travestis - que apesar da imensa discriminação social com narrativas de vida e morte perpassadas pelo transfeminicídio (além de outras manifestações de violência de gênero), apareciam mais.

Até então associados no mesmo guarda-chuva conceitual que mulheres lésbicas, em um contexto que praticamente não se falava sobre homens trans, autores como Ávila (2014) afirmam que somente a partir de 2010, no Brasil, essa identidade ganhou mais espaço nos movimentos sociais e mídia. Há, portanto, poucos estudos que abordam a transexualidade masculina, o que desde já, indica a necessidade de novos estudos.

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo fazer uma investigação sobre como a ordem dominante de gênero impacta na vida de homens trans que vivem na cidade de Teresina, estado do Piauí. Como referencial teórico se destaca Raewyn Connell, com uma discussão sobre gênero como práticas sociais e também masculinidade hegemônica, além de autores como Rubin (2003), Halberstam (2005), Nascimento (2021) e Preciado (2008), que versam especificamente sobre transgêneros e/ou masculinidades.

Importante esclarecer sobre os variados termos que utilizo ao longo do texto para abordar a identidade transmasculina: homens trans, transgênero, transexuais - todos nomeiam um grupo de pessoas que se identificam com experiências semelhantes e reivindicaram esses termos como categoria política, especialmente “homens trans”.

Para realização da pesquisa foi utilizado como percurso metodológico a epistemologia feminista (questionando o modo de fazer ciência e a ordem de gênero), bem como proposta etno-sociológica de Bertaux (1997, 2010) que, a partir de narrativas de vida, afirma ser possível compreender aspectos gerais sobre o funcionamento de dada estrutura (macrocosmos), através da vivência de sujeitos inseridos nela (microcosmos). Quatro homens transgênero se disponibilizaram a compartilhar suas narrativas de vida: João, Alex, Nicolas e Elyfer.

Considerando que vivo em Teresina, Piauí, a escolha foi a referida cidade como universo a ser explorado para buscar os participantes. A partir das narrativas

foram destacados aspectos sobre o autorreconhecimento como homem trans, bem como questões sobre a transição de gênero, a partir do ano de 2015.

O estudo está dividido em quatro capítulos, onde o primeiro detalha o percurso epistemológico e metodológico da pesquisa. O segundo capítulo faz uma discussão teórica sobre gênero, masculinidade, transexualidade; o terceiro, apresenta discussões sobre a transmasculinidade e patologização de gênero, assim como legislação relativa à transexualidade. Por fim, o quarto capítulo apresenta as narrativas de vida dos participantes e os achados, ou seja, análise exploratória sobre as narrativas de vida.

Em termos de conclusão, a partir dos resultados encontrados, destaca-se que foi possível perceber dificuldades na vida dos participantes, principalmente no início do processo de transição de gênero e, assim, possível compreender a masculinidade como não exclusiva a corpos de homens cisgênero, além de desmistificar a estrutura e as práticas de gênero como naturais e biológicas, percebendo que os significados de categorias como - gênero, homens, masculinidade, transexualidade - se construíram e modificaram ao longo da história.

1 O ARTESANATO DA PESQUISA: CONSIDERAÇÕES SOBRE EPISTEMOLOGIA, METODOLOGIA E MÉTODO

A gente diz e escreve muitas coisas, mas na verdade a gente faz como pode. - Lazarsfeld, citado por Minayo (2014).

Este estudo aborda a masculinidade transgênero, especificamente as trajetórias de vida de homens transmasculinos que vivem na cidade de Teresina, Piauí. Trata-se de uma pesquisa de natureza social, qualitativa.

Neste capítulo, apresento o percurso metodológico da investigação, de forma a relatar como este foi utilizado. São exploradas perspectivas que valorizam a pesquisa qualitativa em sociologia, por isso a importância de uma metodologia com questionamentos epistemológicos feministas (tendo em vista a materialização da ordem estrutural de gênero como discriminatória) e perspectiva etnosociológica de Daniel Bertaux (1997, 2010). Assim, são essas as duas principais abordagens metodológicas que se costuraram (durante a pesquisa de campo e a análise dos dados).

É importante destacar que essa pesquisa foi realizada durante um momento histórico específico (o início do ano de 2021, durante a pandemia da covid-19), com sujeitos que compartilham de realidades comuns, no caso a percepção de si, como transgêneros masculinos. Assim, as normativas que norteiam a estrutura de gênero vigente no momento atual permeiam suas trajetórias de vida, sobretudo, sobre o reconhecimento da transmasculinidade como uma categoria identitária (e as vivências que se modificam por esse fato materializado no corpo, na transição de gênero).

1.1 EPISTEMOLOGIA FEMINSTA

Considerando que, ao estudar este tema, me insiro nas discussões sobre as relações da ordem de gênero, senti a necessidade de assumir uma epistemologia feminista, porque esta reconhece as estruturas de gênero como garantidoras de posições específicas de dominação e exploração entre homens e mulheres, cisgênero e transgêneros (etc.); dentro e fora do fazer científico. Acredito que, sem esta, a pesquisa pode enveredar por ideias de realidade e teorias do conhecimento

que corroborem com uma ordem de gênero que reforce discriminações e privilégios por conta do sexo e das práticas de gênero dos sujeitos.

A forma como se construiu o pensamento científico, inclusive da sociologia, acabou seguindo uma objetividade hegemônica, fato esse que se reflete até hoje nas produções acadêmicas. Além disso, a colonialidade² do saber implica na desvalorização do que não se produz no norte global (EUA, países europeus), além de outros determinantes como raça e gênero. Posso afirmar que a genealogia da ciência da sociedade é aquilo que homens brancos (cisgêneros) refletiam sobre o mundo.

Especificamente sobre as questões de gênero, Raewyn Connell (2016) faz importantes reflexões sobre os impactos dos processos de colonização e como este foi generificado, a exemplo do trabalho imperial majoritariamente composto de homens retirados de ocupações masculinizadas, como o serviço militar, o estupro das mulheres em sociedades colonizadas como uma parte normal da conquista. E já nas sociedades colonizadas, as ordens de gênero foram reestruturadas como parte da economia, com a incorporação de homens na economia imperial como trabalhadores escravizados, ou migrantes em fazendas e minas e as mulheres no meio doméstico e agricultura, como foi o caso do Brasil.

Tendo em vista que a ciência moderna foi produzida por um sujeito bem específico, o homem branco do norte global, pode-se chegar à conclusão de que a subjetividade destes moldou a própria ciência, negligenciando todo um vasto grupo de pessoas que não tinham acesso ao papel de pesquisador.

Ao pensar de onde vem o conhecimento, Patrícia Ketzer (2017) afirma que a epistemologia feminista caracteriza como as questões de gênero influenciam as concepções de conhecimento, pesquisas e produções científicas. Mas quais as

² [...] Desde o século XVII, nos principais centros hegemônicos desse padrão mundial de poder, nessa centúria, não sendo um acaso a Holanda (Descartes, Spinoza) e a Inglaterra (Locke, Newton), desse universo intersubjetivo, foi elaborado e formalizado um modo de produzir conhecimento que dava conta das necessidades cognitivas do capitalismo: a medição, a externalização (ou objetivação) do cognoscível em relação ao conhecedor, para o controle das relações dos indivíduos com a natureza e entre aquelas em relação a esta, em especial a propriedade dos recursos de produção. Dentro dessa mesma orientação foram também, já formalmente, naturalizadas as experiências, identidades e relações históricas da colonialidade e da distribuição geocultural do poder capitalista mundial. Esse modo de conhecimento foi, pelo seu carácter e pela sua origem, eurocêntrico. Denominado racional, foi imposto e admitido no conjunto do mundo capitalista como a única racionalidade válida e como emblema da modernidade. As linhas matrizes dessa perspectiva cognitiva mantiveram-se, não obstante as mudanças dos seus conteúdos específicos, das críticas e dos debates, ao longo da duração do poder mundial do capitalismo colonial e moderno. Essa é a modernidade/racionalidade que está agora, finalmente, em crise [...]. (QUIJANO, 2009, p. 74).

diferenças entre epistemologia, metodologia e método e por que é relevante falar sobre isso?

[...] Uma epistemologia é uma teoria do conhecimento. Responde à pergunta de quem pode ser 'sujeito do conhecimento' (podem ser as mulheres?). Trata também sobre as provas que devem submeter as crenças para serem legitimadas como conhecimento. (Mas se refere só as provas que devem se aplicar as experiências e observações masculinas?) Aborda sobre o tipo de coisas que podem se conhecer (podem se considerar como conhecimento as "verdades subjetivas?") e outros problemas similares [...]. (HARDING, 2002, p. 07).

Essa possibilidade epistemológica se construiu no processo do movimento feminista de adentrar no meio acadêmico e perceber as desigualdades e negações direcionadas a mulheres, repensando como se faz ciência, trazendo um novo ponto de vista. Harding (2002) aponta certos equívocos em afirmações sobre um "novo método feminista", para a autora, "método" é técnica e não existem grandes inovações quanto a isso, no entanto, nas pesquisas feministas, a aplicação do método é diferente, visto que "[...] As novas metodologias e epistemologias exigem usos renovados das técnicas convencionais de investigação [...]" (Harding, 2002, p. 07). Uma reflexão, então, se torna essencial, qual a novidade em uma pesquisa feminista? Por que preciso reivindicar esse lugar?

[...] Ao pensarmos na maneira em que se convertem fenômenos sociais em problemas que requerem explicação, veremos de imediato que não existe problema algum se não existir uma pessoa ou grupo de pessoas que o definam como tal e sofra com ele: um problema é sempre um problema para alguém. O reconhecimento deste fato, assim como suas implicações para a estruturação da empresa científica, enfrenta de muitas maneiras os enfoques feministas de investigação com as abordagens tradicionais. [...] No entanto, os desafios do feminismo revelam que as perguntas que são feitas – e especialmente aquelas que nunca são feitas – determinam tanta relevância e precisão de nossa imagem global dos eventos quanto qualquer uma das respostas que possamos encontrar [...] (HARDING, 2002, p. 11).

Dessa forma, a experiência de viver como mulher, ou como negro(a), ou transgênero, (ou qualquer narrativa de vida que se difere do homem branco do Norte global) confere a quem está pesquisando visões sobre o meio social que permitem enxergar outros problemas e fazer destes uma investigação científica. Trago essa

afirmação para um contexto de explicação epistemológica para afirmar que a ciência não é essencialmente neutra ou quantitativamente objetiva.

Mas quais as implicações de assumir uma epistemologia feminista como em uma pesquisa sobre masculinidade transexual? Uma epistemologia feminista não é uma metodologia de pesquisa, ela não se situa em ciências específicas (seja biológica, seja social), mas diz respeito à produção de conhecimento como um todo e sobre quem tem o direito de produzir esse conhecimento. “[...] Precisamos começar a encarar essas disputas não como um processo de identificação de questões a serem resolvidas, mas como oportunidades para propor melhores problemas do que aqueles dos quais partimos [...]” (HARDING, 1993, p. 12).

De modo geral, a epistemologia feminista se compromete a ocupar um espaço na produção de conhecimento que permita com que grupos subalternizados por questões de gênero tenham a possibilidade de fazer ciência:

[...] Definir problema de explicação científica exclusivamente da perspectiva de burgueses e brancos leva a visões parciais e até perversas da vida social. Uma característica distintiva da pesquisa feminista é que ela define seus problemas a partir da perspectiva das experiências femininas e **outras** [...]. (HARDING, 1993, p. 11, grifo meu).

Assim, pesquisar sobre masculinidade transexual exige um esforço epistemológico, teórico e metodológico, pois estes não gozam de uma masculinidade que é interpretada naturalmente como vinda do sexo masculino, não são “biologicamente” normativos. Homens trans de modo geral não usufruem da posição de dominação masculina do mesmo modo que homens cisgênero o fazem. A categoria homens é plural e suas práticas de gênero também são historicamente construídas – como será aprofundado no capítulo seguinte.

Medrado e Lyra (2008, p. 809) falam sobre a importância da matriz feminista nos estudos sobre homens e masculinidades:

[...] investigar sobre masculinidades significa não apenas apreender e analisar os signos e significados culturais disponíveis sobre o masculino, mas também discutir preconceitos e estereótipos e repensar a possibilidade de construir outras versões e sentidos. Situa-se, portanto, nos usos e efeitos que orientam os jogos de discursos e práticas, ou mais precisamente práticas discursivas, que tendem a transformar diversidade em desigualdade. Por certo, ao longo da história, as mulheres têm sido alvo de injustiças sociais de

ordens variadas e, por mais conquistas que tenham alcançado, ainda está distante poder-se falar sobre uma efetiva igualdade de gênero. **Por outro lado, muitos homens em condições sociais (a)diversas também enfrentam, cotidianamente, a impossibilidade/obrigação de responder ao modelo hegemônico de masculinidade [...]** (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 825, grifo meu).

A conclusão que faço a respeito da importância da epistemologia feminista em um estudo sobre homens transexuais é que, a fim de compreender como trajetórias de vida de homens transexuais estão relacionadas com a ordem de gênero dominante no meio social da cidade de Teresina-PI, utilizei uma investigação de enfoque qualitativo, orientada por uma epistemologia feminista do conhecimento, como descrito, a fim de admitir que metodologias de pesquisa em sociologia estão condicionadas aos fluxos do meio social, como neste caso - a ordem dominante de gênero. Então, uma investigação justa tem como premissa básica um conhecimento que aceite como verdade que existem discriminações estruturais que prejudicam os seres humanos em virtude das diferenças de gênero.

1.2 METODOLOGIA ETNO-SOCIOLÓGICA

Como metodologia que orientou o desenvolvimento da pesquisa, utilizei a perspectiva etno-sociológica, de Daniel Bertaux (1997), que propõe um estudo de determinado meio social por meio de narrativas de vida:

Pelo termo 'perspectiva etnosociológica' designamos um tipo de pesquisa empírica apoiada na pesquisa de campo e aos estudos de casos, que se inspira na tradição etnográfica, nas suas técnicas de observações, mas que constrói seus objetos pela referência a problemática sociológica. (BERTAUX, 2010, n.p).

Por conta da pandemia do Covid-19 precisei fazer algumas adaptações no trabalho de campo, na forma de coleta de dados (a entrevista precisou ser online, o que certamente influenciou nos resultados, dentre outros fatores; como aprofundado no tópico 1.3 deste capítulo).

Sobre a etnometodologia e as narrativas de vida, estas se caracterizam por focar o estudo em determinado *mundo social* ou *mesocosmos*, “[...] centrado numa atividade específica, ou sobre uma determinada categoria de situação, reagrupando o conjunto das pessoas que se encontram numa dada situação social [...]”

(BERTAUX, 1997, p. 06).

[...] A hipótese central da perspectiva etno-sociológica é que as lógicas que regem o conjunto de um mundo social ou mesocosmo estão igualmente no trabalho com cada um dos microcosmos que a compõem; observando de forma aprofundada um só, ou melhor, alguns destes últimos, e por pouco que se consegue identificar as lógicas de ação, os mecanismos sociais, os processos de reprodução e de transformação, diríamos poder entender pelos menos algumas das lógicas sociais do mesocosmo [...]. (BERTAUX, 1997, p. 11).

Assim, a narrativa resgata a trajetória dos participantes, direcionadas por estes de acordo com a relevância que consideram para a pesquisa, ou seja, “[...] orientado para a intenção de conhecimento do pesquisador que o colhe [...]” (BERTAUX, 1997, p. 38). Além disso, considera importante passar do particular para o geral.

As narrativas podem construir um instrumento importante de extração dos saberes práticos, com a condição de orientar para a descrição de experiências vividas pessoalmente e dos contextos nos quais elas se inscrevem. Isto significa orientar as narrativas de vida através da forma que nós propusemos chamar de ‘narrativas de prática’ (BERTAUX, 1976, *apud* BERTAUX, 2010, p. 9, grifos do autor).

Para o autor em questão, no pensamento sociológico, trata-se de usar as narrativas de vida como instrumental para colher e analisar dados de processos de ação em situação. Dessa forma, a contribuição da metodologia etnosociológica foi me basear em uma perspectiva de análise da realidade que faça uma apreensão sobre o funcionamento de determinada estrutura social, a de gênero no caso, investigando pequenas amostras de participantes (microcosmos) que vão refletir aspectos do funcionamento da totalidade (mesocosmos).

O conteúdo das narrativas sempre se comunicava com estruturas maiores, no caso, principalmente as legislações de garantia de direitos à população trans, como o processo transexualizador, o nome social, a retificação de nome e gênero no registro civil, assim como no reconhecimento social ou visibilidade da identidade transmasculina na ordem de gênero.

Como critérios de seleção dos participantes, ainda conforme orientações da metodologia de Bertaux (1997), optei por homens transexuais que utilizam algum

serviço médico/jurídico no processo de transição de gênero, com amostras plurais que apresentem uma maior amplitude nas experiências do microcosmos, a fim de serem obtidos resultados que potencialmente mostrem de que forma esse problema ocorre para além dos quatro sujeitos pesquisados, ou seja, as experiências do mesocosmos – em trajetórias de vida de outros homens transexuais.

Durante e após a pesquisa de campo, busquei em Bertaux possíveis leituras analíticas. Para esse autor, os dados numa perspectiva etnosociológica não buscam estatísticas e verificação de hipóteses, como é comum até mesmo em pesquisas qualitativas:

Na pesquisa etnosociológica, os dados preenchem funções completamente diferentes. Eles não conduzem a descrições estatísticas, eles não têm mais a vocação de verificar hipótese, mas permitem ver como funciona um mundo social ou uma situação social. Essa função descritiva é essencial e leva ao que o etnólogo americano Clifford Geertz chama de *thick description*, uma descrição em profundidade do objeto social, que considera suas configurações internas de relações sociais, suas relações de poder, suas tensões, seu processo de reprodução permanente, suas dinâmicas de transformação (BERTAUX, 2010, p. 31).

Bertaux (2010, p. 43) sugere que a forma de analisar os resultados, no caso as narrativas coletadas, em termos gerais na pesquisa etnosociológica:

Trata-se de multiplicar os estudos de casos individuais [...]. Entretanto, por menos que se concentre a atenção nos processos sociais estudados em segundo plano e nos casos individuais, podem-se rapidamente discernir aí recorrências a partir das quais será possível começar a elaborar hipóteses sobre os processos ou tipos de processos que fazem com que as pessoas cheguem a se encontrar na situação estudada, sobre as características estruturais dessas situações ou sobre as lógicas de ação que aí se desenvolvem em resposta à situação [...].

1.3 A EXPERIÊNCIA DA PESQUISA E PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Vou iniciar falando sobre um desconforto pessoal que senti, constantemente pensando que esta pesquisa não seria bem vista pela comunidade acadêmica e movimentos sociais (principalmente de transgêneros) porque acredito ser vista como uma pesquisadora cisgênero fazendo algo considerado repetidamente problemático – enxergar (ou objetificar) a pessoa trans como um objeto de pesquisa – o que é uma reação completamente aceitável tendo em vista o *background* histórico.

O desconforto em relação a ser vista como uma mulher cisgênero e pesquisar sobre masculinidade transexual também foi vivenciado por outras pesquisadoras, como Santos (2020). A autora realizou uma pesquisa com homens trans, através de entrevistas, sobre a vivência destes no ensino superior no sul do Brasil.

[...] foi a partir do desenvolvimento da pesquisa, principalmente na realização das entrevistas, que comecei a ter um reconhecimento mais consciente da minha cisgêneridade e as relações que estão articuladas com ela. Neste sentido, comecei a sentir um certo desconforto ao pesquisar sobre o universo trans, relacionado às críticas recebidas, em eventos sobre gênero e sexualidades e por alguns entrevistados, sobre a busca pela compreensão do fenômeno das transexualidades realizada por uma pesquisadora cisgênera. [...] reitero a importância das pessoas trans ocuparem os espaços, principalmente os espaços acadêmicos para produzir conhecimento científico não somente sobre suas próprias vivências, mas outros temas que assim o desejarem, bem como a necessidade do reconhecimento e legitimidade destas identidades. Mas, não concordo com um fazer científico que delimita quem está autorizado a pesquisar determinado tema e quem não está. Também não concordo com um fazer científico que objetifica pessoas trans. Neste sentido, busco realizar um diálogo com os homens trans entrevistados e não falar sobre ou por eles [...]. (SANTOS, 2020, p. 23-24).

Epistemologicamente, eu posso ressignificar, teoricamente, a participação dos homens que contribuíram com esta, evitando chamar de “sujeitos”, “objetos”, trocando por “participantes”, ou outros termos, mas isto não muda a realidade que, de fato, é uma pesquisa científica em que utilizo narrativas de vida de homens trans. Ao contrário de Santos (2020), no entanto, não tive, no processo da pesquisa, nenhum questionamento sobre a validade da minha posição de pesquisadora – nem externamente ou pelos participantes -, mas passei a me questionar sobre minha posição como “cisgênero”.

Já sobre as primeiras aproximações com os participantes, o primeiro contato que tive foi com Elyfer³. Conhecia o rapaz dos corredores da Universidade e sabia que era um homem trans envolvido com a militância LGBTQIA+. Abordei-o diretamente e expliquei as intenções da minha pesquisa e perguntei se teria interesse em contribuir. Prontamente aceitou, além de indicar-me outros nomes, conhecidos dele que também eram homens transexuais.

Através de Elyfer, entrei em contato com Alex e com Nicolas - eu havia

³ Pseudônimo escolhido pelo participante, assim como dos outros sujeitos da pesquisa.

perguntado se ele conhecia alguém que pudesse compartilhar comigo vivências sendo um homem trans negro⁴, ou um homem trans que não frequentasse o ambiente da Universidade⁵. Ele falou um pouco sobre as características de cada um, então selecionei com base em critérios para garantir a pluralidade dentro da amostra, conforme orienta Bertaux (1997).

Então, escolhi Alex por esse ser um homem trans negro. Já em relação a Nicolas, escolhi por este não ser um estudante da Universidade Federal do Piauí, e ter 31 anos, sendo o mais velho dos quatro. Sobre João, este não está envolvido na cadeia de seleção que veio através de Elyfer. Comentando com amigos próximos sobre a pesquisa, informei que gostaria de entrevistar um rapaz que já tivesse feito a cirurgia de mamoplastia, e recebi a indicação. Ao todo foram 4 participantes da minha pesquisa.

Antes da pesquisa, planejei que, a partir dos critérios de pluralidade, eu poderia saber sobre vivências entre diferentes gerações, entre diferentes raças, e diferentes espaços educacionais. O que de fato foi possível apreender após os relatos.

Também tentei outros contatos que recebi indicação, alguns não responderam ao convite, outros aceitaram, mas acabaram desistindo. Um dos rapazes desistiu porque a pesquisa seria por chamada de vídeo e ele não tinha em casa um espaço confortável para falar abertamente sobre ser um homem trans.

Inicialmente, tinha me planejado para uma conversa presencial, utilizando gravador de voz, o que não foi possível por conta da pandemia do vírus covid-19, que assola o mundo. Precisei adaptar a técnica de narrativas de vida para ser realizada virtualmente, por chamada de vídeo, o que impactou nos resultados. Primeiro porque as percepções em uma conversa presencial, a linguagem corporal, o tempo dedicado, o espaço escolhido – geram interações diferentes. A conversa por meio de chamada de vídeo é limitada às percepções visuais da tela e do áudio, que, por sua vez, dependem da qualidade da internet das partes envolvidas, no

⁴ Nesta pesquisa, considero que diferenças raciais são necessárias para uma análise plural, já que nem todo homem trans é branco ou tem pele clara. O racismo estrutural faz com que corpos negros sofram violência constante.

⁵ A grande maioria das indicações de homens trans que poderiam participar da minha pesquisa frequentavam o ambiente da Universidade Federal do Piauí. Utilizando a lógica do critério de pluralidade, queria um rapaz que frequentasse espaços diferentes deste, já que nem todos os homens trans da cidade de Teresina são estudantes universitários ou da UFPI. Logo, estes possuem vivências consideravelmente diferentes.

caso, eu e o participante. Também envolve dois espaços distintos, o local em que eu estou e o local em que ele está, então as possibilidades de interrupção foram dobradas.

As quatro conversas ocorreram pelo aplicativo *Zoom meetings* e foram gravadas, voz e imagem. No início, eu detalhava os objetivos da minha pesquisa, lia o termo de consentimento livre esclarecido – TCLE⁶, e explicava que a “entrevista” iria funcionar de forma livre, porque gostaria de ouvir a história de vida do participante. Também fazia algumas perguntas objetivas como qual a idade, qual a identidade de gênero, se trabalhava, dentre outras⁷. Antes desse contato audiovisual, já havia um contato por meio de mensagens de texto pelo aplicativo *Whatsapp*, pelo qual eu já havia explicado a pesquisa, feito o convite e enviado o TCLE para prévia leitura.

A metodologia etnosociológica propõe que através das narrativas de vida é possível conhecer, por meio do contato direto com as pessoas, muito sobre o funcionamento daquilo que se deseja investigar, nesse caso, sobre transmasculinidades na ordem de gênero local, principalmente, quando se sabe muito pouco sobre o que está sendo pesquisado.

Costa e Santos (2020) realizaram uma entrevista com Daniel Bertaux, criador da metodologia etnosociológica. Este afirmou que pesquisadores sociólogos geralmente escolhem temas que já tem alguma afinidade e que ele, pessoalmente, acabou escolhendo temas que eram completamente desconhecidos, e foi atrás de informantes para dizer como tal coisa funcionava, para entender sociologicamente.

[...] Porque a minha ideia central é esta: ninguém conhece a “sociedade” como um todo, mas cada um de nós, cada pessoa tem um conhecimento e até uma profunda compreensão do mundo profissional em que ela ou ele trabalhou por muitos anos e/ou o microambiente social em que ela ou ele viveu. Assim, cada um tem nele/nela saberes, conhecimentos com os quais o pesquisador em sociologia poderia fazer valer. Em *O ofício de sociólogo (Le métier de sociologue)*, Bourdieu e Passeron (1999) escreveram esta frase: “Lidar com objetos que falam é talvez a maldição das ciências humanas”. Apesar de todo o respeito que seus trabalhos me inspiram, acho que essa afirmação (statement) é tão incorreta quanto arrogante. Embora esteja claro que “as pessoas” – e eu me incluo entre elas – têm em grande medida ideias falsas – ou melhor, influenciadas pela mídia – sobre a maioria dos tópicos com que

⁶ Disponível nos anexos.

⁷ “Roteiro” disponível nos anexos.

eles/elas não tiveram experiência direta, acho muito mais plausível perguntar a priori (mesmo para verificá-lo) que, quando se trata dos meios profissionais ou de outros ambientes em que eles trabalharam e/ou viveram e dos quais eles/elas tiveram experiência direta, eles sabem aproximadamente do que eles estão falando [...]. (COSTA; SANTOS, 2020, n.p).

Escolhi essa metodologia e técnica justamente por saber muito pouco sobre o tema e até mesmo as leituras/pesquisas disponíveis eram limitadas. Então, a melhor forma para um contato exploratório seria perguntar diretamente para homens trans o que eles entendiam, percebiam, como viviam sendo homens trans, em Teresina (Piauí).

Dessa forma, iniciei a pesquisa, a metodologia e a técnica acabaram se reinventando a cada participante por conta da demanda, explicarei melhor a seguir. A primeira entrevista foi com João. Já havia feito o contato pelo Whatsapp e os procedimentos que já detalhei. Para iniciar a conversa, pedi para este contar-me sua trajetória de vida enquanto uma pessoa de identidade transmasculina. Minha intenção inicial era intervir o mínimo possível, a fim de compreender o que o participante destaca em sua vida.

Ele estava em casa, em um quarto (aparentemente havia outra pessoa no quarto e constantemente olhava para esta). Esse fato provocou limitações, como pausas, por exemplo, na sua narrativa e em alguns momentos foi necessário intervir para dar continuidade. Assim, percebi que nas outras entrevistas, provavelmente, poderia acontecer a mesma coisa. Mesmo que a técnica de relatos de vida exija o mínimo de intervenções do pesquisador, se eu não interviesse, eu não iria ter informações. Faço esse relato como forma de enfatizar que, mesmo utilizando uma metodologia e técnica de pesquisa, o processo acabou saindo, em alguns momentos, de forma bem “artesanal”. Bertaux, a propósito, afirma que a rigidez metodológica é essencial, mas não suficiente:

[...] Eu sinceramente acredito que o futuro da sociologia está deste lado. Não do lado dos surveys, que certamente fornecem informações úteis sobre a distribuição estatística de tal ou tal fenômeno em uma dada “sociedade” considerada em sua totalidade; porque os limites intrínsecos – por construção: built-in limits – do que um survey pode apreender são muito fortes. Curiosamente, falamos muito pouco desses limites. Mas eu não acho que podemos avançar na sociologia com coeficientes de regressão. Muitos colegas estão impressionados com a aparência ‘científica’ dos modelos de regressão. Mas o semblante de matemáticas não é suficiente para

tornar cientista. E para aqueles que conhecem um pouco sobre a história das ciências, da física em particular, as grandes descobertas são muito menos o resultado do rigor do que da imaginação dos pesquisadores. O rigor é uma condição necessária mas está longe de ser suficiente [...] (COSTA; SANTOS, 2020, n.p).

Então, busco um equilíbrio de forma que o rigor metodológico não limite os resultados e que este também não esteja ausente, afinal é um trabalho científico dissertativo. Houve uma preocupação também em relação à parte teórica, que mudou algumas vezes, principalmente durante a análise das narrativas.

Essa parte foi crucial e me demandou bastante tempo porque, ao iniciar o projeto de pesquisa, elaborei uma hipótese que tinha como base teórica principalmente discussões sobre poder e biopoder, em uma perspectiva Foucaultiana, que enfatizava o poder das instituições e do discurso na regulação dos corpos. Então, inicialmente, acabei me debruçando muito em teorias pós-estruturalistas que tendiam a criticar a identidade e as performances normativas de gênero, reproduzidas por pessoas trans como forma de afirmar, no caso, a masculinidade. E a interpretação que fiz no momento foi que um meio para alcançar o padrão de gênero esperado, era através das tecnologias biomédicas e jurídicas, que funcionavam como um dispositivo normalizador dos corpos.

Ao mesmo tempo em que estava bastante focada nas teorias pós-estruturalistas, busquei também, desde o início, utilizar a perspectiva de gênero de Raewyn Connell, principalmente a discussão sobre masculinidade hegemônica. Esta autora faz uma abordagem materialista a respeito da estrutura de gênero, focada na realidade social e com críticas que dizem respeito à produção do conhecimento, que existe uma dominação dos estudos do Norte Global, ou seja, países como os EUA dominam a produção intelectual e que as teorias lá produzidas (como a teoria Queer que se popularizou nos estudos de gênero) não dão conta de analisar de forma satisfatória a realidade social dos países colonizados, do Sul global, como o Brasil.

Dessa forma, a minha ideia era utilizar ambas as perspectivas teóricas de forma satisfatória, pois tinham pontos relevantes e positivos que poderiam conversar entre si. Após a pesquisa de campo e a leitura das narrativas, não consegui analisar tendo em vista o que tinha produzido sobre poder e biopoder, porque o que chamei de tecnologias biomédicas e jurídicas de normalização dos corpos transgêneros foi relatado pelos participantes, de forma unânime, como um momento de abertura de portas que proporcionou a eles mudanças nas trajetórias de vida e nos corpos que

sempre quiseram, dando uma sensação de bem estar e melhora da autoestima, apesar de problemas e dificuldades, explorados no capítulo 4.

Então, escolhi fazer uma análise que tenha como foco a materialidade, a realidade social, e não sobrepor as vivências relatadas com afirmações apenas sobre o poder das instituições, visto que nas narrativas está presente a agência dos participantes nas mudanças de suas trajetórias de vida, naturalmente, com base naquilo que estava disponível para eles no momento, considerando que a transexualidade masculina faz parte de um processo social.

2 REFLEXÕES SOBRE GÊNERO, MASCULINIDADES E TRANSEXUALIDADE

O presente capítulo se dedica a introduzir estudos teóricos sobre gênero, masculinidades e transexualidade, especificamente sobre homens transexuais. Sendo meu objetivo geral compreender de que forma vivências de homens transmasculinos, que moram na cidade de Teresina - Piauí, são atravessadas pela ordem de gênero, as teorias apresentadas neste se voltam para embasar a definição do problema de pesquisa, auxiliando, também, na interpretação das narrativas, realizada no capítulo 4.

2.1 APORTES TEÓRICOS SOBRE O CONCEITO DE GÊNERO

Para se chegar a uma discussão sobre masculinidade transexual é importante delimitar aqui quais as teorias de gênero são mais adequadas para a pesquisa. Considero a perspectiva estruturalista de Connell como mais completa, mas é importante dialogar com outras correntes, como a pós estruturalista, que vem sendo utilizada para investigar temas como gênero e transexualidade, sendo principais autores: Butler, Foucault, Preciado, Bento e Louro.

Connell e Pearse (2015, p. 91) trazem três visões conflitantes sobre os significados da diferença reprodutiva, sendo estas a do Corpo-máquina, como uma perspectiva biologizante de gênero; Corpo-tela, como uma perspectiva cultural determinista; e quando “colam” a tela na máquina, de forma a juntar as duas formas em uma.

Afirmando que nenhuma das abordagens é suficiente ou satisfatória para compreender o problema, sintetizam sua teoria: “O gênero é a estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais (CONNELL, 2015, p. 48)”. A autora afirma que corpos têm agência (ao mesmo tempo que são objetos) e são construídos socialmente, análises biológicas e sociais não podem ser separadas uma da outra.

No entanto, a autora aponta importantes contribuições dos estudos que abordam a ordem de gênero como uma “tela” (tela em branco onde a cultura pinta imagens), estes vinculados principalmente aos escritos de Foucault, que centram suas análises no que o autor chamou de Vigiar e Punir, ou seja, definições sociais

pautadas em relações de poder e biopoder (disciplina social) que interferem diretamente na formatação dos corpos.

As categorias e as disciplinas são aplicadas por profissões como a medicina, psicologia e criminologia, em um amálgama que Foucault chamou de poder-saber (em francês, rima: *pouvoir-savoir*). Notoriamente Foucault falhou em teorizar o gênero, embora muitos de seus escritos sejam, na verdade, sobre homens em instituições masculinizadas. Contudo, sua abordagem foi utilizada por muitas feministas pós-estruturalistas (como Fraser, 1989), sendo prontamente transformada em uma teoria do gênero ao tratar corpos generificados como produtos de práticas disciplinares. Corpos são 'dóceis' e a biologia se curva ao furacão da disciplina social. (CONNELL e PEARSE, 2015, p. 95, grifos da autora).

A crítica de Connell (2015) com esta abordagem reside na afirmação de que eles apresentam um corpo sem agência, dócil - apenas pintado pelas estruturas sociais, como uma tela em branco. A autora afirma que corpos podem participar de regimes disciplinares porque são ativos, procurando prazer, experiência e transformação.

Trazendo para a realidade desta pesquisa, quando se fala, por exemplo, das relações de poder e biopoder sobre os corpos transmasculinos, todos os participantes se mostraram bem satisfeitos com os resultados obtidos, utilizando tecnologias de saúde, como a hormonização e cirurgias, mesmo estas representando uma adequação à norma vigente de masculinidade e até mesmo transgeneridade hegemônicas, por meio de regimes disciplinares da medicina, etc.

Corpos têm agência dentro de limitadas possibilidades de vida no meio social, funcionando de forma ativa nos processos de socialização. Connell (2016) preza pela materialidade e agência de corpos dentro das estruturas, dentro de processos históricos, uma abordagem que ela afirma partir de um caráter ontoformativo do processo social:

Isso significa um enfoque sobre o poder de criar realidades sociais ao longo do tempo histórico. Estruturas sociais estão sempre em processo de construção, contradição e transformação. Seu poder como determinantes de configurações corporais [bodily outcomes] é reconhecido, por exemplo, no relatório mais recente da OMS sobre os 'determinantes sociais da saúde' (CSDH, 2008). Seu poder determinador não deriva de uma mágica operada por sistemas, mas, precisamente, das dinâmicas históricas nas quais estão envolvidas. A ontoformidade do processo social constantemente envolve

corporificação social. A corporificação social não é mero reflexo, nem apenas uma reprodução, nem somente uma citação. É um processo que gera, a cada momento, novas realidades históricas: novas possibilidades corporificadas, experiências, limitações e vulnerabilidades para as pessoas envolvidas [...]. (CONNELL, 2016, p. 49, grifos da autora).

A autora também endossa a discussão adicionando questões sobre a colonialidade do saber, afirmando que a ciência não existe fora da cultura e da sociedade que a produz, ou seja, as teorias que surgem na metrópole global estão sujeitas às visões de mundo e circunstâncias históricas em que os cientistas da metrópole estavam inseridos(as) no período em que trabalhavam (CONNELL, 2016).

Essa perspectiva me faz refletir sobre a aplicabilidade das teorias Queer e pós-estruturalistas, por exemplo, nos territórios do Brasil, teorias essas que majoritariamente surgiram no norte global sob um caráter ontoformativo de uma metrópole com condições e problemas sociais diferentes, cujos corpos estão inseridos em realidades distintas.

Judith Butler (2017) busca compreender o que é identidade e em que medida as práticas reguladoras que formam e dividem o gênero a compõem, são premissas para saber como essa normatividade acaba definindo os sujeitos e suas experiências através da inteligibilidade do sexo, gênero e desejo.

Enquanto ao feminino é atribuída a passividade, ao masculino se dá o oposto. A estrutura binária gera corpos abjetos, *Queer*. Butler é uma importante autora da teoria e do movimento queer. De acordo com Miskolci (2017) o movimento Queer surge em meados de 1960, em meio a lutas feministas de segunda onda, movimento negro pela luta de direitos civis no sul dos EUA. Para o autor, *Queer* é:

[...] reação e resistência a um novo momento biopolítico instaurado pela aids# [...] a problemática queer não é exatamente a da homossexualidade, mas a da abjeção [...] 'abjeção', se refere ao espaço que a coletividade costuma relegar aqueles e aquelas que considera uma ameaça ao seu bom funcionamento, à ordem social e a política. (MISKOLCI, 2017, p. 23-24, grifos do autor)

Logo, *queer* são aqueles que fogem da norma inteligível. Onde o gênero não é "uma unidade de experiência" de inteligibilidade. Isto aparece visivelmente com homens performando feminilidade e mulheres performando masculinidades - dentre outras "incoerências". Isso implica afirmar que identidade e performatividade são pontos centrais da teoria de Butler, que considera o discurso como produtor e

materializador de normas e comportamentos, mediados por relações de poder. Para Rocha (2014, p. 511):

Butler postula um sujeito como sempre em processo, que se constrói no discurso pelos atos que executa. Assim, a identidade de gênero é conceituada como uma sequência de atos sem ator ou autor preexistentes. A identidade, por exemplo, de mulher, é um devir, um construir sem origem ou fim. A identidade, portanto, está aberta a certas formas de intervenção e de resignificação contínuas, porquanto seja uma prática discursiva.

As definições dicotômicas de gênero limitam os entendimentos da categoria e produzem desigualdades, impedem a luta por uma sociedade igualitária além de ser prejudicial na vida dos sujeitos - reduzidos a esta. Em outras palavras, a *matriz inteligível* de gênero é pautada no binarismo homem - mulher, masculino - feminino, sendo que a coerência de qualquer um dos gêneros “[...] exigem uma heterossexualidade estável e oposicional (BUTLER, 2017, p. 52)”. O binarismo de gênero impõe uma coerência e esta é heteronormativa. Butler por fim afirma que “[...] não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (BUTLER, 2017, p. 56).

Connell e Pearse (2015) fazem uma crítica aos estudos com influência do pós estruturalismo, teoria *queer*, em especial Butler, afirmando que:

[...] A abordagem mais influente enfatizava a fragilidade de todas as categorias identitárias e via o gênero, em princípio, como fluido em vez de fixo. Uma nova onda no pensamento lésbico e gay, que ficou conhecida como teoria *queer*, partiu dessa ideia. Seu coração era uma crítica de constrangimentos culturais, resumidos na palavra ‘heteronormatividade’, que empurravam as pessoas para identidades fixas em binarismos de gênero. Houve um fluxo de energia das novas formas de ativismo político e cultural que desafiaram categorias convencionais, jogaram jogos radicais com os significados do gênero e passaram a ‘queerizar’ tudo o que podia ser visto - problematizando também as velhas formas de ativismo lésbico e gay [...] *gender trouble*, de Butler, tornou-se um ícone de todo esse movimento cultural. (CONNELL e PEARSE, 2015, p. 144, grifos da autora).

É inegável a questão da constante presença dos estudos *queer* norte-americanos (dentro dos estudos de gênero e movimentos sociais). Porém, considero que o movimento *queer*, e posteriormente a sua influência teórica, foram importantes

para ampliar uma discussão que antes era mais restrita, principalmente a respeito da diversidade de práticas de gênero.

Paul Preciado (2011), por exemplo, fala sobre as *multidões Queer* como uma estratégia de organização política, não como um abandono das identidades, mas sobre a formulação e reafirmação de outras possibilidades de existência:

A multidão queer não tem relação com um 'terceiro sexo' ou com um 'além dos gêneros'. Ela se faz na apropriação das disciplinas de saber/poder sobre os sexos, na rearticulação e no desvio das tecnologias sexo políticas específicas de produção dos corpos 'normais' e 'desviantes'. Por oposição às políticas 'feministas' ou 'homossexuais', a política da multidão queer não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como 'normais' ou 'anormais': são os drag kings, as gouines garous, as mulheres de barba, os transbichas sem paus, os deficientes ciborgues... O que está em jogo é como resistir ou como desviar das formas de subjetivação sexopolíticas. (PRECIADO, 2011, p. 16, grifos do autor).

Sobre os processos de 'tornar-se normal', o autor se refere a questões biotecnológicas, que ele evoca como sendo a medicina moderna - a partir de John Money, "[...] que começa a utilizar a noção de 'gênero' para dar conta da possibilidade de modificar cirúrgica e hormonalmente a morfologia sexual das crianças intersexos e das pessoas transexuais" (PRECIADO, 2011, p. 13, grifos do autor). Dessa forma, as estratégias modernas de normalização dos corpos têm fortes marcas de intervenções biomédicas, que inevitavelmente perpassam as questões das identidades, que não se desconectam do corpo material.

No entanto, Preciado (2011) afirma que esses corpos não são mais dóceis e que as multidões Queer possuem estratégias políticas, como a "[...] "Desidentificação" (para retomar a formulação de De Lauretis), identificações estratégicas, desvios das tecnologias do corpo e desontologização do sujeito da política sexual [...]." (PRECIADO, 2011, p. 15).

Dessa forma, a vertente teórica pós-estruturalista que avançou nos estudos sobre corpos não inteligíveis, dentre eles, transgêneros, foi importante por romper uma discussão que antes era dominada pelas ciências biomédicas (como citado anteriormente John Money), onde a transexualidade era vista como uma patologia,

como algo a ser compreendido o porquê da existência, e não as questões sociais envolvidas na inserção social (ou rejeição, no caso) desse grupo, na materialidade.

Até aqui, foi possível discutir algumas importantes perspectivas teóricas dos estudos de gênero. Então, se faz necessário explicar o porquê da teoria de Connell ser a adotada. A autora faz um contraponto à discussão que põe a identidade e o discurso como determinantes nas relações de gênero. Ela o faz explicando o porquê que a perspectiva dos estudos sociais que considera o aprendizado dos “papéis sociais” de gênero, através do processo de socialização, é problemática, afirmando, inclusive, que o modelo de socialização deveria ser abandonado.

Em primeiro lugar, é monolítico, o mundo não consiste em culturas bem homogeneizadas. As culturas são esmagadas, fragmentadas e recompostas por conquistas, colonização, migração e a globalização contemporânea [...]. Em segundo lugar, o modelo da socialização supõe que aprender o gênero seja uma questão de adquirir traços, isto é, regularidades de caráter que produzem regularidades de comportamento [...]. Em terceiro lugar, o modelo da socialização pressupõe que o aprendiz seja passivo e os agentes de socialização, ativos [...]. O modelo da socialização parece deixar escapar o prazer que é óbvio em boa parte do aprendizado de gênero, a resistência com que muitos jovens enfrentam as definições hegemônicas do gênero e a dificuldade em construir identidades e lidar com padrões de conduta em uma ordem de gênero marcada pelo poder, pela violência e por sexualidades alienadas. (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 197).

O caráter ativo dos sujeitos nesse processo de “aprender” o gênero se fez muito presente no decorrer das entrevistas, os rapazes, mesmo com diversas situações que tentavam impedir o livre exercício de suas corporificações transmasculinas, enfrentaram a ordem de gênero dominante, modificando suas trajetórias de vida.

Pereira (2014) aponta diferenças nas perspectivas de Connell e Butler: “[...] a distância é imensa, já que ele [sic]⁸, ao invés de afirmar que o poder é discursivamente construído, afirma que este e as próprias identidades são, fundamentalmente, uma questão de práticas sociais [...]”. (PEREIRA, 2014, p. 115).

Connell e Pearse (2015) afirmam ainda que o aprendizado de gênero dos jovens consiste em aprender o que ela chama de “competências de gênero”, estes aprendem como conduzir a ordem de gênero local, nesta pesquisa, na cidade de

⁸ Quando o texto foi escrito Connell ainda não havia realizado a transição de [gênero e não era reconhecido como transfeminina](#) .

Teresina - Piauí, bem como outros regimes de gênero das outras instituições com as quais precisam lidar, no caso ficou muito presente a família - alguns rapazes tiveram mais facilidade no processo de se compreender como homem trans porque os pais foram compreensíveis e não agiram com reprovação; instituições educacionais - o espaço da universidade foi importante para alguns entrevistados terem contato com grupos de militância; as instituições médico-jurídicas: hoje com legislações que permitem a mudança de nome e gênero, bem como a garantia do direito à transição pelo sistema único de saúde (e também hospitais privados), foi uma parte muito destacada das narrativas; dentre outras, que foram fundamentais no processo de “aprendizado do gênero” e corporificação dos sujeitos, evidenciando que diversas situações pessoais e coletivas são determinantes para fazer-se em gênero.

O aprendizado de gênero toma vários formatos. Desde cedo, nesse processo, o que é aprendido é conectado com outras partes do aprendizado. As crianças aprendem sobre - e criam em suas próprias vidas - configurações das práticas de gênero em suas vidas pessoais às quais chamamos de “feminilidade” e “masculinidade”. Configurações de gênero, sendo padrões de atividade, não são estáticas. A masculinidade e a feminilidade são projetos [...] padrões de uma projeção para vida a partir do presente, para o futuro, trazendo novas condições ou eventos à existência. (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 203).

Essa citação é importante para compreender a masculinidade e a feminilidade como projetos que dependem de outras condições, como de classe e de raça. Condições históricas específicas podem modificar radicalmente, em termos das relações de gênero, a trajetória individual das pessoas, por exemplo, a própria possibilidade de existência, em termos da lei, de homens transexuais.

Uma das informações que considero relevante na minha pesquisa foi que existe uma certa uniformidade temporal da autocompreensão dos sujeitos, nos anos de 2015/2016 quando começaram a se compreender dentro da “identidade” transmasculina. Isso indica que alguns fatores, pessoais e coletivos, contribuíram para uma modificação das possibilidades de corporificação dentro do regime de gênero local. É desse raciocínio que corroboro com a afirmação de Connell e Pearse (2015, p, 205): “Conforme a ordem de gênero muda, novas trajetórias se tornam possíveis”.

2.2 HOMENS E MASCULINIDADES

Medrado et al. (2011) afirmam que masculinidades como objeto de estudos nas ciências humanas iniciaram na década de 1960, impulsionados pelo movimento feminista e o movimento lésbico/gay, que reivindicavam uma revisão dos modos de comportamento dos homens. Continuam afirmando que somente nas décadas de 1980/1990 esses estudos ganharam um aprofundamento teórico e epistemológico. Connell (1995), criadora de um dos principais conceitos dentro dos estudos de masculinidades – masculinidade hegemônica (explorado mais à frente) –, também afirma esse mesmo período como um marco.

Destaco que antes disso já havia estudos dessa temática. Kimmel (2008), em entrevista, ao ser questionado sobre o início recente dos estudos de masculinidade afirma:

Há duas respostas a esta pergunta. Em primeiro lugar, os estudos de homens, como disciplina, ou os estudos das masculinidades, que é o termo que prefiro utilizar, surgiram nos fins dos anos setenta e princípios dos oitenta como reação positiva aos estudos da mulher e ao feminismo. A outra consideração é que os estudos de homens iniciaram quando se começou a estudar os seres humanos, já que praticamente toda a pesquisa se centrava nos homens e em suas obras. Os estudos de homens equivaliam ao estudo da literatura, a filosofia, as ciências políticas ou a história etc., âmbitos em que as mulheres foram praticamente excluídas⁹. (KIMMEL, 2008, p. 15, tradução minha).

Corroborando com as considerações sobre epistemologia (Cf. Cap. 1), estudos de homens e sobre homens sempre existiram, eram os únicos aceitos como ciência de fato. Mas o marco dos anos 60/70/80 que impulsionou estudos sobre homens, de modo a problematizar o lugar e o papel destes na sociedade, de forma crítica e direcionada para as desigualdades e violências de gênero que as práticas de masculinidade produziam, foi o movimento feminista. Dessa forma, as áreas do conhecimento que se voltam para as questões sociais, como a história, antropologia,

⁹ No original: “[...] Hay dos respuestas a esta pregunta. En primer lugar, los estudios de hombres, como disciplina, o los estudios de las masculinidades, que es el término que yo prefiero utilizar, surgieron hacia finales de los años setenta y principios de los ochenta como reacción positiva a los estudios de la mujer y al feminismo. La otra consideración es que los estudios de hombres empezaron cuando se comenzó a estudiar a los seres humanos, ya que prácticamente toda la investigación se centraba en los hombres y en sus obras. Los estudios de hombres equivalían al estudio de la literatura, la filosofía, las ciencias políticas o la historia etc., ámbitos en los que las mujeres habían sido prácticamente excluidas [...]”. (KIMMEL, 2008, p. 15).

psicologia, sociologia, dentre outras, passaram a contribuir para essa pesquisa sobre como a masculinidade influencia nas práticas de gênero (KIMMEL, 2008).

Raewyn Connell (1987; 1995; 2005; 2013) faz suas primeiras sistematizações concretas sobre masculinidade, especificamente utilizando o termo “masculinidade hegemônica” em *Gender and power* (1987), tomando emprestado o termo hegemonia da teoria de Gramsci, onde 'hegemonia' significa uma ascensão social alcançada em um jogo de forças sociais que se estende além de disputas de poder bruto para a organização vida e processo cultural. Neste conceito, a ascensão de um grupo de homens sobre outro, alcançada com a ponta de uma arma, ou pela ameaça de desemprego, não é hegemonia. A ascensão que está embutida na doutrina e prática religiosas, no conteúdo da mídia de massa, nas estruturas salariais, no projeto de moradias, nas políticas e assim por diante (CONNELL, 1987).

A autora utiliza como exemplo testes psicológicos que tinham como objetivo mapear personalidades de homens e mulheres, fazendo distinções essencialistas – como homens dominadores, que gostam de carros e esportes e mulheres passivas, que gostam de moda e maquiagem –, sem, no entanto, considerar as ordens estruturais do gênero. A autora afirma que homens e mulheres, na verdade, possuem mais semelhanças do que diferenças e que essas distinções são sobre práticas sociais de gênero, socialmente estabelecidas por relações de poder – uma estrutura de dominação dos homens sobre as mulheres.

O conceito de masculinidade hegemônica contribui, ao mostrar o caráter estrutural da masculinidade, como algo que vai além das relações privadas, ou seja, se localizam em uma ordem estrutural de gênero. Homens são plurais e convivem em diferentes determinações. Diferenças raciais, econômicas, etárias, orientação sexual e aqui, destacando, identidade de gênero (homens transexuais), são fundamentais para determinar quem ocupa os lugares de privilégio e dominância na escala de estratificação social.

Esse caráter estrutural da masculinidade acaba orientando as mais diversas relações sociais e políticas que envolvem homens e mulheres ao redor do mundo:

[...] As práticas de gênero dos homens levantam importantes questões de justiça social, considerando-se a escala da desigualdade econômica, a violência doméstica e as barreiras institucionais à igualdade das mulheres. [...] Estamos lidando com questões de importância para a sociedade global, assim como para a vida pessoal [...]. (CONNELL, 1995, p. 186).

Esta citação aborda diretamente problemas que vão além do ambiente privado (ou questões de individualidade) relacionados às masculinidades e aos homens, vinculando, inclusive, a masculinidade aos homens cis¹⁰, um problema a respeito das práticas de gênero dos homens. A autora trouxe exemplos que envolvem guerra, degradação ambiental, pandemia; estes seriam suficientes para afirmar que as normativas regulatórias de gênero implicam na construção de práticas de gênero do homem e da masculinidade como um problema estrutural.

De acordo com Connell (1995, p. 188), masculinidade é:

[...] uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar de 'masculinidades' [...].

Logo, diversos tipos de masculinidade coexistem na mesma sociedade e se modificam ao longo da história sem que isso signifique perder o caráter de dominação dos homens sobre as mulheres. As relações de gênero são complexas e englobam economia e estado, abarcam também a família e a sexualidade, em dimensões internacionais (CONNELL, 1995).

Os homens estão em posição de superioridade na *arena reprodutiva*, pois a eles são dadas condições vantajosas, como aponta Saffioti (2001), de dominação-exploração sobre as mulheres. Connell (2016) afirma que essa masculinidade também possui uma série de desvantagens – afinal com a performance agressiva, com a maior cobrança de emprego para prover e o acesso ao público – assim como os homens controlam as instituições coercitivas de poder, também são alvos de violência.

“[...] As desvantagens são, de modo geral, as condições das vantagens [...] os homens que mais se beneficiam não são os mesmos que pagam pela maioria dos custos desses benefícios [...]” (CONNELL, 2016, p. 99). Assim, classe, raça, diferenças nacionais, regionais e geracionais fazem parte da *categoria homem*, logo, as relações de gênero são muito diferentes entre os homens.

¹⁰ Mais à frente o texto *Female masculinity*, de Halberstam (1998), que trata sobre masculinidade em corpos biologicamente não masculinos, será abordado, este é um marco que desvincula a masculinidade do ser homem.

A autora também afirma que no gênero, a prática social se dirige aos corpos, sendo assim, as masculinidades são corporificadas: “[...] Nós vivenciamos as masculinidades (em parte) como certas tensões musculares, posturas, habilidades físicas, formas de nos movimentar, e assim por diante [...]” (CONNELL, 1995, p. 189).

A questão da corporificação da masculinidade é essencial para perceber esta não como inerente ao sexo masculino. É também muito importante a masculinidade em corpos não biologicamente masculinos pois, quando excluídos os determinantes exclusivamente biológicos, ficam visíveis as práticas de masculinidade que são construídas socialmente, ou quais os modelos de masculinidade hegemônica vigentes no momento.

Os estudos sobre masculinidade em corpos não biologicamente masculinos ou que fogem das práticas heterossexuais é mais recente e foram impulsionados pelas pesquisas *Queer*. Kimmel (2008) aponta os estudos *Queer* e os estudos *gays* como tendo o mesmo nível de importância do feminismo na construção dos estudos críticos de gênero sobre masculinidades. Estes, ao questionarem a rigidez da identidade, os essencialismos na divisão binária entre homem e mulher, na heterossexualidade compulsória, acabavam por questionar também o que se compreendia como masculinidade.

Carolyn Dinshaw (2008), também em entrevista, quando questionada sobre de que forma os estudos *Queer* (ela sendo uma especialista em teoria *Queer*) se integram com os estudos de masculinidade, responde de forma a destacar uma antiga discussão acadêmica sobre teorias essencialistas ou construcionistas:

[...] eu acho que a questão da masculinidade tem a ver com o essencialismo, que continua em vigor apesar de poder ser questionado. Alguns dos trabalhos mais interessantes realizados sobre a masculinidade são os que analisam a masculinidade feminina, por exemplo Judith Halberstam [sic] *Female Masculinity*, publicada em 1998. O seu trabalho rompe a ligação essencialista entre o homem e a masculinidade. No entanto, esse tópico atrai pouca atenção da mídia; Tenho a impressão de que se alguém tivesse organizado uma conferência sobre masculinidade feminina, como a que organizou sobre o homem e a masculinidade em Barcelona, não teria recebido da imprensa a mesma atenção que o seu congresso; eles não teriam se interessado. (DINSHAW 2008, p. 85, tradução livre¹¹).

¹¹ Original: [...] creo que el tema de la masculinidad tiene que ver con el esencialismo, que continúa vigente a pesar de que puede ser cuestionado. Parte del trabajo más interesante que se ha llevado a

Dentro dos estudos sobre masculinidade ainda imperam as pesquisas sobre homens cisgênero. Halberstam (2008) trabalha com uma hipótese de que é mais fácil reconhecer a masculinidade moderna por meio da observação do que ele denomina de *Female masculinity* e exemplifica por meio dos filmes de ação de James Bond – em que a masculinidade do personagem principal (agressivo e exagerado) contracenava com sua chefe, M., uma senhora que o autor classifica como Butch (uma lésbica masculinizada – que no filme representa uma masculinidade alternativa mais convincente que a do próprio Bond), e um cientista maluco, afeminado, casualmente chamado de Agent Q. (de *queer*); esses dois exemplos, respectivamente, de uma *female masculinity*¹² e de uma masculinidade *gay* – de acordo com o autor, demonstram a completa dependência que as masculinidades dominantes têm das masculinidades minoritárias.

Mas, a questão mais importante sobre o texto de Halberstam (2008) são as categorizações que ele faz em torno da não rigidez da masculinidade ao homem, tanto cisgênero quanto transgênero. O conceito de *Female masculinity* vem da insatisfação do autor nos estudos acadêmicos que utilizam a categoria lésbica como guarda-chuva para englobar performances de gênero não normativas em corpos biologicamente com o sexo feminino, visto que muitos sujeitos transcendem (não no sentido de superar, mas de não se encaixar) a orientação sexual lésbica, sendo essa categorização limitada para questões de identidade.

Outra questão importante é que este é um texto originalmente publicado em 1998, fortemente influenciado pelo movimento *Queer* dos Estados Unidos da América (EUA). Então, os conceitos principais são categorizados de acordo com a

cabo sobre la masculinidad es el que analiza la masculinidad femenina, por ejemplo la obra de Judith Halberstam [sic][#] *Female Masculinity*, publicada en 1998. Su trabajo escinde la conexión esencialista entre los hombres y la masculinidad. Sin embargo, este tema atrae poco la atención mediática; tengo el presentimiento de que si alguien hubiera organizado unas jornadas sobre la masculinidad femenina, como la que ustedes han organizado sobre los hombres y la masculinidad en Barcelona, no habría recibido la misma atención por parte de la prensa que su congreso ha tenido; no habrían estado interesados. (DINSHAW 2008, p. 85).

¹² No texto original, em inglês, o autor utiliza o termo *Female masculinity*, na tradução para o espanhol foi utilizado *Masculinidad femenina*, mas pessoalmente acredito que essa tradução deturpa um pouco o significado pois *female* é relacionado ao sexo feminino, fêmea, um corpo não biologicamente fêmea. *Femenina*, no entanto, remete à feminilidade e esta acaba sendo uma construção social de papéis de gênero normativamente direcionados ao comportamento feminino, o polo oposto da masculinidade (em uma exemplificação bem simplória). O conceito de uma *Female masculinity* é justamente de uma masculinidade em corpos não biologicamente masculinos, e não uma masculinidade na feminilidade, isso seria admitir que feminilidade é uma característica imbricada ao corpo do sexo feminino. Dessa forma, optei por me referir ao conceito no idioma original.

cena local de corpos biologicamente fêmeas (*Queer*, com exceção do FTM – que é o sujeito transexual *Female to male* – ou de fêmea para macho, que é uma categoria binária, grupo abordado nesta pesquisa inclusive) que performavam masculinidade: a butch, o tomboy, a stone butch, transgender, FTM. Na edição traduzida para o espanhol (2008), o autor faz algumas considerações sobre essas categorias e tenta adaptar para a realidade de outros países:

Na verdade, existem muitas palavras em espanhol para se referir à mulher masculina, como “marimacha”, “macha”, “manflora”, “bucha”, “papi” e “bombeiro”, “caminhoneiro”, “chicazo” e esses termos, usados em diferentes culturas de língua espanhola, indicam a presença nessas culturas de subculturas com gêneros queer para mulheres. Termos como “marimacha” ou “macha” capturam perfeitamente a ideia da fusão de um comportamento masculino com o corpo de uma mulher. No entanto, outros termos, como “bombero” e “camionera”, implicam uma masculinidade relacionada ao trabalho, ou uma noção de classe social ligada à normatividade de gênero; e outros como “chicazo” (tomboy), implicam uma noção de diversidade de gênero baseada na idade. (HALBERSTAM, 2008, p. 1, grifo do autor, tradução livre¹³).

Ao observar essas variações, fica mais fácil compreender porque até o ano de 2010 (ÁVILA, 2014), havia pouca visibilidade da transexualidade masculina, também na realidade do Brasil, onde socialmente não existiam grandes diferenciações identitárias dentro daqueles(as) que performam uma *female masculinity*, caindo no guarda-chuva conceitual de lésbica. O termo “sapatão”, por exemplo, é utilizado de forma pejorativa para classificar mulheres que têm posturas masculinas, e remete a um acessório de vestimenta, um estilo que geralmente era associado a mulheres que se relacionavam com outras mulheres. No entanto, foi ressignificado pela comunidade lésbica e é amplamente utilizado por mulheres que se relacionam com mulheres, não mais de forma pejorativa. Já o termo “caminhoneira”, que assim como no espanhol, é usado de forma a remeter a uma masculinidade associada com o

¹³ No original: “De hecho, hay muchas palabras en castellano para referirse a las mujeres masculinas, como «marimacha», «macha», «manflora», «bucha», «papi» y «bombero/a», «camionera», «chicazo» y estos términos, utilizados en diferentes culturas hispanohablantes, indica la presencia en estas culturas de subculturas con géneros queer para las mujeres. Términos como «marimacha» o «macha» captan perfectamente la idea de la fusión de una conducta masculina con un cuerpo de mujer. Sin embargo, otros términos, como «bombero/a» y «camionera», implican una masculinidad relacionada con el trabajo, o una noción de clase social ligada a la normatividad de género; y otros como «chicazo» (tomboy), implican una noción de la diversidad de género basada en la edad”. (HALBERSTAM, 2008, p. 1, grifo do autor).

trabalho e classe social, é utilizado para nominar mulheres com uma postura mais masculinizada que a “sapatão”, esse também ressignificado pelo movimento lésbico.

É importante fazer essa classificação para entender os limites e as diferenças entre identidades lésbicas, ou de *female masculinity*, da identidade FTM – de homem trans. No Brasil, é ligeiramente recente a aparição da identidade homem trans, o que é confirmado por alguns(as) autores no capítulo seguinte. De acordo com a minha pesquisa, na cidade de Teresina ocorreu um aumento na aparição de homens trans assumidos a partir do ano de 2015. Isso se dá por diversas questões, também exploradas mais à frente.

Destaco também que hoje estão emergindo outras identidades transgênero não binárias, ganhando visibilidade principalmente no *ethos* social da *internet* e redes sociais. Essas identidades não binárias masculinas não foram especificamente tratadas no texto de Halberstam (2008) com o mesmo nome, mas penso que estejam no mesmo guarda-chuva que o autor chama de identidades transgênero masculinas. São pessoas que não se assumem socialmente como “homem” ou como “mulher”, e buscam utilizar pronomes neutros, o que também não é uma regra já que alguns preferem ser tratados apenas no masculino.

Enfim, a emergência dessas identidades indica limitações na gramática da língua portuguesa e, na falta de opção, acabaram surgindo termos “informais”, como desprezar as terminologias gendradas em “a/o” por um “e/u”, a exemplo da frase “boa noite a todos e todas” que ficaria “boa noite a *todes*”. Penso que essa prática deriva um pouco do que já vem ocorrendo nos EUA, que na gramática do inglês existe um pronome neutro para se referir à terceira pessoa do plural: *they/them*, que no português é gendrado com *eles* e *elas*. Então, existe um limite discursivo na língua portuguesa para se referir a identidades não binárias. Não destaco isso como forma de desprezar os novos termos que vêm surgindo, pois pessoalmente acredito que se a sociedade está sempre em mudança a linguagem precisa seguir esse fluxo.

3 TRANSMASCULINIDADES

Neste capítulo, exploro estudos sobre homens transgêneros e masculinidades, bem como discussões sobre patologização, tendo em vista as legislações brasileiras que se direcionam às pessoas transgênero.

Henry Rubin (2003)¹⁴ faz um resgate dos estudos de sexo e gênero tendo como tema a transexualidade masculina. De acordo com ele, em sociologia, a Etnometodologia aparece como percurso mais utilizado, consistindo assim em relatos de vida e autobiografias de pessoas trans. Ele entrevistou 22 homens trans e os principais resultados da pesquisa afirmam que o corpo material é um dos elementos mais significativos na formação da identidade pessoal.

O autor trabalha com um conceito de “Dialética da identidade” (*A dialectic of identity*) que consiste no “paradoxo” entre experiência vivida e categorias culturais abstratas (subjetividade), ou seja, é sobre os indivíduos lidarem com questões que perpassam categorias históricas variáveis (em um tempo histórico específico) quando buscam por reconhecimento intersubjetivo (RUBIN, 2003). Um exemplo seria pensar o que qualifica um homem trans em 2021, quando existe esse termo para nomear essa identidade, e como esses sujeitos se compreendiam há 20 ou 30 anos, quando o volume de informações sobre essa identidade era quase inexistente.

[...] Todas as experiências devem estar situadas dentro do fluxo da história. Embora a experiência não deva ser descartada como uma fonte válida de conhecimento, ela também não deve ser tomada sem crítica e sem reflexão sobre os termos e condições históricos que tornam tal experiência significativa para o sujeito e para outros. Os FTMs neste estudo usam categorias historicamente específicas e relações entre categorias para dar sentido às suas experiências. Para compreender o horizonte de significados culturais dentro dos quais esses sujeitos FTM tornam suas experiências inteligíveis, é necessário fornecer uma história dessas categorias significativas [...]. (RUBIN, 2003, p. 12, tradução livre¹⁵).

O autor segue analisando estudos (feministas e não feministas) que abordam

¹⁴ “Self-Made men: Identity and embodiment among transsexual men”.

¹⁵ No original: “[...] All experiences must be situated within the flow of history. Although experience should not be discounted as a valid source of knowledge, it should also not be taken uncritically and without reflection on the historical terms and conditions that make such experience meaningful to the subject and to others. The FTMs in this study use historically specific categories and relationships between categories to make sense of their experiences. To understand the horizon of cultural meanings within which these FTM subjects make their experiences intelligible, it is necessary to provide a history of these meaningful categories [...]” (RUBIN, 2003, p. 12).

a transexualidade e afirma que estes sempre acabam caindo nas mesmas falhas: não destacando as diferenças entre a transexualidade masculina e a feminina, ou seja, consideram estas experiências distintas como únicas e semelhantes; também não fazem uma distinção entre experiências cisgênero e transgênero, e no caso por exemplo de Janice Raymond's (1979), citada por Rubin (2003), que considera as intervenções corporais envolvidas no processo de "mudança de sexo" como violadoras da integridade da pessoa humana.

Rubin (2003) cita diversos outros estudos que caem nestas mesmas falhas teóricas e metodológicas, ao analisar experiências transmasculinas. Além disso, a maioria desses sujeitos são de origem norte-americana ou europeia, que não retratam as experiências trans do Brasil¹⁶. O autor continua afirmando que esses estudos falharam em dar suficiente credibilidade à subjetividade transgênero e que os trabalhos políticos e acadêmicos feministas sobre gênero desde os anos 70 estão comprometidos em considerar a subjetividade feminina, desta forma proporcionando ao mundo um ponto de vista feminino da experiência.

Afirmo, como forma de pontuar, que o movimento feminista não está isento de críticas e que existem diferenças muito evidentes entre experiências trans e cisgênero que não devem ser ignoradas. Historicamente, o movimento lutava por direitos de pessoas cis e heterossexuais, a adesão de outras causas se deu gradualmente de forma a criar subcategorias ou tipos de movimento feminista, que possuem conflitos entre si. Algumas vertentes até hoje se apresentam de forma transfóbica. Sendo o feminismo plural, não é justo que metodologias de pesquisa feministas sobre a transexualidade (como as citadas por Rubin, 2003) sejam postas como forma de essencializar a epistemologia feminista como transfóbica.

Ainda de acordo com Rubin (2003), já sobre os estudos acadêmicos especificamente sobre transexuais (não necessariamente feministas), os homens trans são excluídos ou tratados de forma a não diferenciar a experiência vivida por estes das experiências vividas de mulheres trans:

[...] Apenas recentemente os FTMs foram considerados separados das MTFs¹⁷. O relato sociológico de Holly Devor sobre FTMs em 1997 é o primeiro desse tipo. James Green, então chefe da FTM Internacional, declarou para a primeira Conferência apenas de FTM

¹⁶ Halberstam (2008) afirma que o Brasil é conhecido por meio da "identidade" travesti, logo, existem estudos e mais visibilidade sobre as identidades transfemininas.

¹⁷ Do inglês "Male to Female", ou seja, de "Macho para Fêmea".

das Américas, em agosto de 1995, que a maioria das pessoas supõe que o transexualismo é sobre 'homens de vestidos'. Agora, o transexualismo [sic] FTM está emergindo como um fenômeno distinto, não redutível a uma imagem espelhada do transexualismo MTF. É importante tentar entender os FTMs em seus próprios termos [...]. (RUBIN, 2003, p. 18, grifos do autor, tradução minha).¹⁸

O reconhecimento das distinções entre FTMs e MTFs também foi um passo importante para a comunidade FTM, que têm necessidades distintas. A diferença é importante para a não universalização de categorias; Pelúcio (2012) afirma que poucas dicotomias marcaram tanto as discussões feministas como os impasses entre diferença/igualdade, porque enquanto a diferença entre os sexos unificava por exemplo uma experiência comum entre as mulheres (sendo este um forte recurso político) esse mesmo elemento unificava a categoria mulheres sem respeitar a diferença entre elas, afinal, gênero não é o único determinante das relações sociais, o mesmo ocorre com homens trans.

Gottzén e Straube (2017) fizeram uma revisão bibliográfica de estudos que investigam sobre a masculinidade transexual e concluíram que o ambiente científico acadêmico pouquíssimo produz sobre o tema, tanto os estudos focados em questões de gênero, quanto os focados em masculinidades.

[...] Afirmar que os estudos de masculinidade prestaram pouca atenção à masculinidade trans e/ou a corpos em transição, infelizmente, não é um exagero. Existem, no entanto, alguns estudos iniciais que incluíram homens trans (por exemplo, Devor, 1989; cf. Ekins & King, 2006; Kessler & McKenna, 1978). A literatura que se concentra explicitamente nas experiências dos homens trans surgiu no final dos anos 90 e no início dos anos 2000 (a feminilidade trans até o momento não foi um tópico nesse campo). Esses estudos incluem os de Green (2005) mencionados acima, como os de Devor (1997), Rubin (1998, 2003) e Vidal-Ortiz (2002), mas também de Cromwell (1999) e Hale (1998). Mas enquanto essa literatura discute e teoriza homens e masculinidade, poucos se relacionam com a teoria da masculinidade e a literatura sobre estudos da masculinidade. Suspeitamos que isso se deva à abordagem problemática do campo à categoria não marcada de masculinidade

¹⁸ No original: “[...] Its is only quite recently that FTMs have been considered apart from MTFs. Holly Devor’s 1997 sociological account os FTMs is the first of its kind. James Green, then head of FTM Interntional, said in his kaynote adress to the first ALL-FTM Conference of the Americas, in August 1995, that most people assume transexualism is about ‘men in dresses’. Now, femele-to-male transexualism is emerging as a distinct phenomenon, not reducible to a mirror image of male-to-female transexualism. It is important to try to understand FTMs on their own terms (RUBIN, 2003, p. 18) [...]”.

cisgênero e à falta de interesse em modalidades trans e queer [...]. (GOTTZÉN; STRAUBE, 2017, p. 219, tradução minha).¹⁹

As especificidades da masculinidade em identidades transmasculinas são produzidas através de diferentes vivências, conflituosas em termos globais, mas com suas particularidades interseccionais – assim como foi dito. Homens trans (transhomens, FTM, dentre outras nomenclaturas) também estão inseridos na estrutura de produção capitalista, convivem com o racismo estrutural, estão sujeitos às normativas legais dos seus países, dentre outros fatores.

O corpo aparece novamente na arena reprodutiva, um corpo transgressor. Logo, como se engendra um homem transexual? O homem é construído, hegemonicamente, como sujeito agressivo, provedor, heterossexual – estando no topo das relações de poder, isso estando associado a outros determinantes como raça e classe social.

Ao formular o conceito de masculinidade hegemônica, Connell (1987; 1995) estabeleceu um modelo que é globalmente aceito, mas que não é o único. Existem masculinidades, as que não estão no padrão hegemônico são subordinadas, seja por razões de cor, classe social, orientação sexual ou inteligibilidade entre sexo e gênero.

Homens trans se posicionam e portam-se como masculinos, tendendo a buscar modificações corporais para construir-se/adequar-se – mas isto é uma regra? Na verdade, esta é uma categoria plural. O fato é: homens transexuais também estão presentes no espectro das masculinidades, no processo de corporificação social.

Além das diferenças dentro da categoria identitária (na experiência) é importante atentar para a questão espacial. O homem trans que vive no Brasil não vai possuir as mesmas vivências que homens trans que vivem em outros países. Até mesmo dentro do próprio país existem diferenças, a exemplo da multiplicidade

¹⁹ No original: “[...] To state that masculinity studies have paid little attention to trans masculinity, and/or transing bodies in general is unfortunately not an exaggeration. There are, however, some early studies that included trans men (e.g. Devor, 1989; cf. Ekins & King, 2006; Kessler & McKenna, 1978). Literature explicitly focusing on the experiences of trans men emerged in the late 1990s and early 2000s (trans femininity has so far not been a topic in this field). These studies include the ones Green (2005) mentioned above, such as the studies by Devor (1997), Rubin (1998, 2003) and Vidal-Ortiz (2002), but also by Cromwell (1999) and Hale (1998). But while this literature discusses and theorizes men and masculinity, few relate to masculinity theory and masculinity studies literature. We suspect this is due to the field’s problematic approach to the unmarked category of cisgendered masculinity, and the lack of interest in transing and queer embodiments [...]” (GOTTZÉN; STRAUBE, 2017, p. 219).

cultural dentro do território brasileiro. Destarte, pesquisas e teorias produzidas no exterior (norte global em sua grande maioria) não são suficientes para abordar a experiência transmasculina vivida no Brasil.

[...] Nossa drag, por exemplo, não é a mesma do capítulo 3 do Problemas de Gênero de Judith Butler (2003), nem temos exatamente as drag king das oficinas de montaria de Beatriz Preciado [sic], ou sequer podemos falar de uma história da homossexualidade do mesmo modo de David M. Halperin, ou da Aids como o fez Michel Warner. Nosso armário não tem o mesmo 'formato' daquele discutido por Eve K. Sedgwick. Cito aqui o quinteto fantástico do queer. Ainda que entre nós alguns nomes sejam mais familiares que outros, foi essa a bibliografia que chegou com mais força até nós a partir do território queer euro-americano [...]. (PELÚCIO, 2012, p. 413).

Esse olhar específico para os fatos ocorridos no Brasil é importante para que não sejam reforçados os estereótipos de uma herança epistemológica colonialista. A presente pesquisa investiga sobre a situação de transmasculinos que vivem em Teresina (Piauí). Dessa forma, utilizar somente referências bibliográficas do norte global não seria um comprometimento com uma ciência justa e limitaria as interpretações a respeito da ordem de gênero local.

3.1 ESTUDOS SOBRE TRANSMASCULINIDADES NO BRASIL

Já tratando sobre as pesquisas voltadas para a transmasculinidade no Brasil, faço alguns destaques. O trabalho mais completo (no sentido de ser uma etnografia que se propõe explorar a temática de forma ampla) que se dedicou a pesquisar sobre a emergência dos FTM no Brasil (que tive a oportunidade de ler) é a tese doutoral de Ávila (2014). Esta utilizou a internet como espaço de sociabilidade para ter acesso a homens trans (sul e sudeste do país). Ela parte da justificativa de que a partir de 2010 ocorre uma maior visibilidade desses sujeitos, tanto nas mídias quanto dentro do próprio movimento LGBT, se constituindo assim como uma nova (ou algumas novas) identidade no cenário do país. As principais contribuições desta tese são as observações sobre não haver um modelo universal e único de transmasculinidade, que constantemente se produzem e reproduzem. Outro ponto importante é que estas podem ser consideradas masculinidades alternativas e incluídas em práticas de dominação, subordinação e marginalização (como todas as

pessoas envolvidas nas relações estruturais de gênero, obviamente em diferentes níveis). A autora afirma ainda que:

[...] As transmasculinidades, ao produzirem uma masculinidade sem pênis, podem ser tomadas como um desestabilizador de masculinidades hegemônicas, rejeitando a arbitrariedade do sexo e do gênero e questionando a certeza de sermos homens ou mulheres [...]. (ÁVILA, 2014, p. 15).

Pessoalmente, acredito que as discussões sobre a emergência dessa visibilidade e seus motivos são importantes. Ávila (2010) afirma que transexuais masculinos têm menos visibilidade social que mulheres trans. No entanto, percebe uma crescente visibilidade desses sujeitos (ÁVILA, 2013). Visibilidade essa que, de acordo com a autora, pode ser atribuída às resoluções voltadas ao “processo transexualizador” normatizado no Sistema de saúde pública brasileiro, também ao crescente número de autobiografias publicadas em livros.

Sobre isso, acrescento canais do *YouTube* protagonizados e direcionados a homens trans, aparições nas mídias televisivas e redes sociais, a exemplo da novela da rede Globo “A força do querer”, que apresentou como personagem um homem trans e seu processo de transição de gênero (Ivan). A narrativa mostra este tendo conflitos com o corpo e normas de gênero até conhecer “T”, interpretado por Tarso Brant – homem trans influencer que ficou conhecido no Brasil por tornar público seu processo de transição de gênero, em redes sociais e diversos programas televisivos; além de ser o ator, a sua história pessoal foi a inspiração de Glória Perez, criadora da novela, para o personagem de Ivan.

Retornando às considerações de Ávila (2013) sobre a crescente visibilidade de homens trans, por último ela aponta a criação da Associação Brasileira de Homens Transexuais, ou seja, a organização destes sujeitos em grupos²⁰.

[...] No entanto, é preciso destacar que esta condição que permitiu, em certa medida, maior visibilidade aos transhomens foi possível a partir do poder médico sobre os corpos e autonomia dos sujeitos. Por outro lado, permitiu também trazer os transhomens à cena para o público em geral, mais habituado a ler e ouvir histórias de travestis e transexuais femininas [...]. (ÁVILA, 2013, p. 14).

²⁰ Na cidade de Teresina (estado do Piauí), atualmente, existe a Associação de Homens Trans Masculinos (ATRAMS), que se declaram, através de rede social: “Visamos igualdade e nos posicionamos de forma horizontal, plural e não partidário. Somos corpos políticos”.

De volta aos tópicos que facilitaram a visibilidade, sintetizo com base no que afirmou Ávila (2013), adicionando alguns outros fatores, como: (1) O processo transexualizador do SUS, através da portaria Nº 2.803 de 2013, que redefine e amplia o citado processo; o Decreto Nº 8.727, de abril de 2016, que dispõe e regulamenta o uso do nome social em âmbito Federal, Provimento nº 73 de 2018 do Conselho Nacional de Justiça que dispõe sobre a possibilidade de mudança de nome e gênero no registro civil.

No estado do Piauí, a Lei Nº 5.916 de novembro de 2009 “Assegura às pessoas travestis e transexuais a identificação pelo nome social em documentos de prestação de serviço quando atendidas nos órgãos da Administração Pública direta e indireta e dá outras providências.” (Lei 5.916/09, 2009, online)²¹; em 2014 a Universidade Estadual do Piauí aprova a utilização do nome social²², e UFPI²³ somente em 2015²⁴.

(2) As autobiografias, canais de homens trans no *youtube*, bem como *blogs* e *sites*; aparição destes em mídias televisivas em entrevistas bem como sendo retratados como personagens fictícios²⁵. (3) A organização em grupos como a Associação Brasileira de Homens Trans - ABHT, no Piauí a Associação de Trans Masculinos - ATRAMS e o Coletivo 086.

Enfatizo esses três pontos como importantes nesta análise pois me deparei com a questão de o porquê nos EUA por exemplo, tendo em vista as pesquisas de Halberstam (1998) e Rubin (2003), já havia uma comunidade de FTMs mais consolidada já na década de 1990 e nos anos 2000, e no Brasil é um fenômeno mais recente, principalmente no Piauí – que é onde estou investigando. Onde estavam

²¹ PIAUÍ (Estado). Lei nº 5.916/09, de 10 de novembro de 2009. Assegura às pessoas travestis e transexuais a identificação pelo nome social em documentos de prestação de serviço quando atendidas nos órgãos da Administração Pública direta e indireta e dá outras providências. **Lei 5.916/09 - Utilização do Nome Social.** Piauí, PIAUÍ, Disponível em: <https://www.leisdopiaui.com/single-post/2017/03/12/lei-591609-utiliza%C3%A7%C3%A3o-do-nome-social>. Acesso em: 25 ago. 2021.

²² Disponível em: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2014/08/uespi-aprova-uso-de-nome-social-por-estudantes-travestis-e-transexuais.html>. Acesso em 25/08/2021.

²³ No documentário “Felicidade no olhar transbordou” produzido pelo Núcleo de Pesquisa sobre Crianças, Adolescentes e Jovens – NUPEC, vinculado à Universidade Federal do Piauí, estudantes transgênero da Universidade Federal do Piauí relatam como se deu a aplicação e efetivação do uso do nome social na universidade, relatam muito despreparo dos professores e funcionários do quadro administrativo, um dos participantes afirma que durou 2 anos o processo para efetivamente conseguir acessar os direitos.

²⁴ Disponível em:

https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Resolucao_03.15_CONSUN_Nome_Social.pdf. Acesso em 25/08/2021.

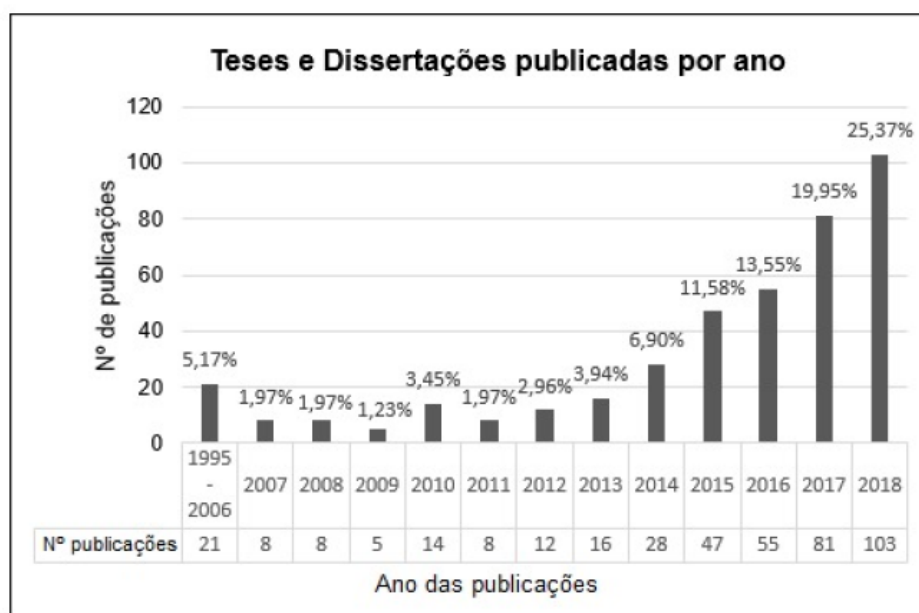
²⁵ Como o caso de Tarso Brant e o personagem Ivan, da novela *A força do querer*.

esses homens trans? O que limitava suas existências? Retomo estas questões posteriormente.

Outra pesquisa brasileira muito importante, que se dedicou a sistematizar a produção nacional sobre homens trans (de acordo com o portal da CAPES), foi a tese de Santos (2020). A autora estuda sobre transmasculinidades em espaços universitários no sul do país, com uma abordagem diferenciada, pois tem um recorte de multiplicidade espacial, realizada em um programa de Doutorado em Geografia. A imagem a seguir é um gráfico construído pela autora para ilustrar as produções acadêmicas sobre transexualidade no Brasil:

FIGURA 1 - Teses e dissertações sobre transexualidades no Brasil 1995-2018

Gráfico 1 – Teses e Dissertações publicadas no Catálogo da CAPES por ano sobre transexualidades.



Fonte: Pesquisas publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Nota: Informações organizadas pela autora.

Fonte: Santos (2020, p. 51).

Ainda de acordo com a autora, já sobre homens trans, esse número é ainda mais reduzido, de 406 pesquisas, apenas 21 foram exclusivamente sobre homens transgênero:

[...] totalizando apenas 21 pesquisas que discutem exclusivamente sobre corpos transmasculinos, o que representa 5,17% do total de trabalhos sobre tais identidades. Isto é, quase 94,83% das dissertações e teses brasileiras publicadas são relacionadas sobre

(ou em conjunto com) as travestis e mulheres trans [...]. (SANTOS, 2020, p. 52).

A autora faz um breve resumo de todas as pesquisas, e estas se situam na grande maioria nas áreas das ciências humanas, e em menor número, na saúde. Os principais temas são sobre Transmasculinidades, processo de transição, despatologização, corpo, saúde (SANTOS, 2020).

As produções brasileiras estão muito ligadas às questões sobre patologização, pois como afirmou Ávila (2014), um dos principais motivos da emergência de homens trans é o processo transexualizador do SUS. Sobre essa afirmação, acredito que de fato o acesso à saúde foi uma mudança na ordem de gênero, permitindo mudanças e possibilidades no processo de corporificação social.

Outras autoras se dedicam a explorar a transexualidade e sua relação com o poder médico sobre os corpos, já que estes podem funcionar como práticas reguladoras, como é o caso de Berenice Bento (2017) e Flavia Teixeira (2009).

Teixeira (2009) pesquisou sobre os impactos do discurso médico-jurídico na legitimação social de pessoas que buscavam a cirurgia de transgenitalização, concluindo que este põe em risco a vida desses sujeitos:

[...] São pessoas que se constituíram através da produção de um corpo, cirurgicamente ou não, para se tornarem 'reais', para serem autênticas, categoria êmica que só possui sentido no contexto das disputas entre o que é ou não considerado legítimo e humano [...]. Foi uma preocupação desse trabalho compreender os esforços desses sujeitos para se sentirem em consonância com seus desejos. Ao mesmo tempo que eles questionam, reiteram e desorganizam a categoria naturalizada do humano, denunciam, implícita ou explicitamente, que as normas de gênero não estabelecem um consenso absoluto na vida social, desafiam as fronteiras entre a experiência individual e a necessidade de reconhecimento social [...]. (TEIXEIRA, 2009, p. 20, grifos da autora).

Isto significa dizer que, mesmo aparecendo como desviantes das normativas de sexo/gênero, existe uma fórmula para diminuir os impactos da diferença, que é então feita regra e comercializada, de modo a vender o corpo ideal. O mesmo é feito com cisgêneros, mas culturalmente não se estigmatiza nem torna patológico aquilo que não foge da regra do sexo equivalente ao gênero.

3.2 CORPORIFICAÇÃO SOCIAL E A PATOLOGIZAÇÃO DA TRANSEXUALIDADE

Este tópico se dedica a abordar recursos que funcionam como estruturadores das práticas de gênero. Se no anterior conhecemos como são os padrões de masculinidade hegemônica e qual a situação da masculinidade trans, neste exploro o que está disponível sobre legislações e garantias de direito para homens transgênero.

Historicamente, práticas e identidades de gênero que desviam das normas de inteligibilidade, especialmente a transexualidade, vêm sendo abordadas de forma diagnóstica, como um corpo e mente que precisam de ajustes. Essa visão não está apenas no imaginário popular, ela é ancorada em normativas biomédicas e jurídicas que possibilitam/normatizam a existência e os limites dessa.

Atualmente, a patologização da sexualidade se dedica aos “transtornos de gênero”, não mais à homossexualidade, sem que isso anule o padrão heteronormativo, que está implícito na inteligibilidade entre sexo e gênero (BENTO; PELÚCIO, 2012). Judith Butler (2017) afirma que compreender o que é identidade e em que medida as práticas reguladoras que formam e dividem o gênero a compõem, são premissas para saber como essa normatividade acaba definindo os sujeitos e suas experiências através da inteligibilidade do sexo, gênero e desejo.

As pessoas, de modo geral, buscam diversas formas de se encaixar em grupos de sociabilidade – como família, escola, amigos, parceiros(as) sexuais – tendo por base práticas de gênero socialmente normativas, visto que estamos imersos em um sistema que hegemonicamente ainda é dividido por diferenças sexuais e práticas de gênero (CONNELL, 2015). Atender às normativas de masculinidade e feminilidade é um caminho para tornar-se inteligível. No caso dos homens trans, quanto mais semelhantes a homens cisgêneros, mais estarão atendendo às expectativas do padrão hegemônico desejado de masculinidade.

Os recursos disponíveis para atender a essas normativas vão desde questões pessoais como um tipo ideal de aparência física, um modo específico de comportamento, até mesmo as práticas sexuais – como estas devem ocorrer e com quem. Estes são comercializados, literalmente, e fazem parte do capitalismo contemporâneo. Estar de acordo com os modelos hegemônicos é estar em uma posição privilegiada de poder, é ter um corpo passível de ser considerado uma vida, como afirma Butler (2018). Mas até que ponto esses recursos funcionam como

reforço de normativas e até que ponto funcionam como ponte de acesso à subjetividade desejada? É possível viver sem reproduzir práticas normativas de gênero?

Paul Preciado (2011) faz uma análise das normativas sobre sexo e gênero de forma a apontar que estas também têm um caráter político dentro do sistema capitalista, biopolítico e explica:

[...] A sexopolítica é uma das formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Com ela, o sexo (os órgãos chamados 'sexuais', as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) entra no cálculo do poder, fazendo dos discursos sobre o sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida [...]. (PRECIADO, 2011, p. 11, grifos do autor).

Roberto Machado, na introdução ao livro *Microfísica do poder* (1989), afirma que, para Foucault, poder tem existência própria e formas específicas nos níveis mais elementares – os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social, funcionando como uma rede de dispositivos/mecanismos onde não há escapatória – o poder é disciplinador e produz individualidades, sendo assim o indivíduo uma produção do poder e do saber. Então, desse ponto, Preciado (2011, p. 12) argumenta a “[...] heterossexualidade não como uma prática sexual, mas como um regime político que faz parte da administração dos corpos e da gestão calculada da vida [...] tecnologia biopolítica, destinada a produzir corpos straight [...]”.

De acordo com Bertolini (2018), a disciplina foucaultiana, a partir do século XVII, centrou-se no corpo como máquina, ou seja, no adestramento dos corpos. A partir do século XVIII aparece a biopolítica, centrada no coletivo – controlando a natalidade, a mortalidade, longevidade – questões que de modo geral envolvem a saúde. Preciado (2011) faz uma crítica a importantes fatos que não foram incluídos nas investigações de Foucault sobre os controles da vida, mesmo este autor já tendo contato com conteúdo feministas, movimento *gay* etc.:

[...] nada disso o levou a considerar verdadeiramente a proliferação das tecnologias do corpo sexual no século XX: medicalização e tratamento das crianças intersexos, gestão cirúrgica da transexualidade, reconstrução e ‘aumento’ da masculinidade e da feminilidade normativas, regulação do trabalho sexual pelo Estado, boom das indústrias pornográficas... Sua rejeição à identidade e ao

ativismo gay levá-lo-á a forjar uma retroficção à sombra da Grécia Antiga [...]. (PRECIADO, 2011, p. 13, grifos do autor).

O conceito de saúde é importante para compreender os mecanismos tecnológicos de normalização dos corpos, como afirmou Preciado (2011), pois é a partir e em nome desse que se iniciam os processos de patologização da transexualidade.

Até chegar a alguma definição de saúde, um longo caminho foi trilhado. Primeiro, por conta das mudanças ocorridas no século XVIII, devido à ressignificação do que se tinha como hospital (o que legitimou o que hoje conhecemos por medicina moderna), também porque em meio a isso, avanços ocorreram nos estudos de anatomia, a questão do que se entendia por patológico e enfermo, enfim, a questão é que o conceito de saúde era negligenciado e posto como mero detalhe em relação ao exercício da medicina. O surgimento da clínica no século XVIII marca o surgimento da medicina moderna, em que o médico aparece como figura detentora de poder, que produz disciplina no ambiente hospitalar (FOUCAULT, 1989).

A transformação do hospital, ou seja, a medicalização desse, ocorreu purificando aquilo que era nocivo aos pacientes. Estudos foram realizados, o espaço físico mudou, bem como a maneira e o público usuário do espaço. A reorganização hospitalar transformou esse em um disciplinador.

[...] Na perspectiva foucaultiana, a era do biopoder nasce com o desenvolvimento de disciplinas diversas (como Exército, conventos, escolas e hospitais) no decorrer da época clássica; no aparecimento dos problemas de natalidade, de saúde pública, de habitação e de migração no terreno das práticas políticas e observações econômicas; e na explosão de técnicas diversas para se obter a sujeição dos corpos e o controle das populações [...]. (BERTOLINI, 2018, p. 89).

Com estes novos moldes, foi possível aprimorar o conhecimento em anatomia, formar novos médicos munidos de instrumentos técnicos e sistemas de abordagens. Um conhecimento mecanicista que ao aprimorar-se, negligenciava o conceito de saúde. O entendimento da saúde como estado de não doença era enxergar o indivíduo como um corpo orgânico, onde tudo, fisiologicamente, estava ocorrendo bem. Esta abordagem naturalista supervalorizava o saber biomédico, excluindo fatores importantes como as relações sociais por trás do adoecimento, ou

a possibilidade de viver bem, mesmo estando doente. Esses fluxos redefinem aquilo que consideramos como normal, como saudável.

Batistella (2007) menciona diversos autores contemporâneos que refutam esse conceito, como Almeida Filho e Andrade (2003) – estes afirmam que o conceito de doença contém aspectos não fisiológicos, portanto, culturais. Nessa perspectiva, o conceito é ampliado para a saúde como uma possibilidade de adoecimento, ou seja, a clínica exige do médico o contato com indivíduos completos, não apenas com seus órgãos. Isto significa dizer que nem tudo que ocorre no corpo humano diz respeito ao saber tecnicista médico, alguns fatores são subjetivos – uma abrangência da integralidade do ser humano, das suas condições de vida, de moradia, seus sentimentos e afins.

Um marco de redefinição do conceito de saúde foi a instituição da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1948, como um completo estado de bem-estar físico, mental e social, e não apenas a carência de doença ou enfermidade. A dimensão disciplinadora da organização da saúde acaba estabelecendo normativas sociais, ou absorvendo estas que já foram criadas por outras formas de poder, isto é – aquilo considerado “normal” ou “bem-estar” é variável de sociedade para sociedade, impossibilitando uma norma universal. Quando esse aspecto de subjetividade não é respeitado e o saber biomédico se sobrepõe às realidades culturais – relações de violência são estabelecidas.

Mas essa concepção também teve seus proveitos normalizadores, como aponta Preciado (2011):

[...] Assistimos nos anos 1950 a uma ruptura no regime disciplinar do sexo. Anteriormente, e em continuidade com o século XIX, as disciplinas biopolíticas funcionaram como uma máquina de naturalizar o sexo. Mas essa máquina não era legitimada pela ‘consciência’. Ela o será por médicos como John Money, que começa a utilizar a noção de ‘gênero’ para dar conta da possibilidade de modificar cirúrgica e hormonalmente a morfologia sexual das crianças intersexos e das pessoas transexuais [...]. (PRECIADO, 2011, p. 13, grifos do autor).

Dessa forma, os padrões normativos de gênero (que já definiam quem era normal e quem era anormal) passaram a funcionar como base de tecnologias de normalização do corpo através de intervenções médicas, diagnósticos, enfim, para

além do discurso (ou uma materialização desse discurso) e mais do que nunca no corpo.

Preciado (2011, p. 13) chama de “império dos normais”, e que a partir desse marco (as intervenções de John Money), existe uma dependência da “[...] produção e da circulação em grande velocidade do fluxo de silicone, fluxo de hormônio, fluxo textual, fluxo das representações, fluxo de técnicas cirúrgicas, definitivamente, fluxo dos gêneros [...]”. E que é desta forma que se desempenha uma “[...] normalização contemporânea do corpo [...].” (PRECIADO, 2011, p. 13).

Já no livro *Testo yonqui*, Preciado (2008) aborda essas considerações lançando o conceito de “capitalismo farmacopornográfico”, utilizando teorias e a própria experiência de vida – pois a obra acompanha o autor em um processo de hormonização com testosterona²⁶. Ele traz um histórico de avanços farmacológicos e biomédicos, dentre alguns acontecimentos importantes: o surgimento e aprimoramento de próteses para membros mutilados (no período da primeira guerra) e o isolamento de moléculas naturais de progesterona – que em 1946 proporcionou a sintetização da pílula anticoncepcional.

A “des-circuncisão”, por exemplo, foi uma das cirurgias mais buscadas nos Estados Unidos da América pós segunda guerra, por motivações claramente sociais impulsionadas pelo regime nazista²⁷. Em 1953, ocorre o primeiro caso midiático de transexualidade, um soldado do exército americano que se torna “Chistine”. Em 1958 é feita a primeira Faloplastia (cirurgia que permite a construção de um pênis a partir de pele e músculo), visando a mudança do sexo feminino para o masculino (PRECIADO, 2008).

Em 1966, é sintetizado o primeiro antidepressivo. Nos anos 1970, John Money “inventa” o termo gênero e o diferencia de sexo, afirmando que é possível mudar o gênero de um bebê até os oito meses de idade. Em 1972, é lançado o filme

²⁶ Nesse momento, Preciado se declarava como um “pirata do gênero”, que utilizava o hormônio Testosterona de forma independente, sem diagnóstico, relatando de forma quase pornográfica os momentos de aplicação. Também afirmava não querer mudar de nome ou gênero. Já no livro “Un apartamento en Urano” (2019), Preciado já relata sua mudança de nome e gênero e que o fez dentre outros motivos por estar enfrentando alguns conflitos, visto que tinha uma aparência masculina, com barba e outros caracteres sexuais secundários e quando tinha que ir a um aeroporto, por exemplo, encontrava problemas já que os seus documentos tinham um nome feminino. Isto faz refletir sobre a impossibilidade, pelas formas que estão organizadas as instituições, de viver além da binariedade homem - mulher. Hoje, a não binariedade ganha espaço, em países como a Argentina, por exemplo, já é possível em documentos como o ‘RG’ se declarar como uma pessoa não binária, assim como já ocorre no Canadá, Austrália e Nova Zelândia (G1, 2021).

²⁷ A circuncisão é o procedimento de remoção do prepúcio do pênis. É praticado culturalmente pelo povo judeu devido à mandamentos religiosos.

pornográfico *Deep Throat*, que marcou gerações, sendo bastante consumido em várias partes do mundo. Em 1975, a homossexualidade sai dos registros patológicos do Manual diagnóstico de transtornos mentais – DSM. “[...] Em 1983 a transexualidade (disforia de gênero) foi incluída na lista do DSM como enfermidade mental [...]” (PRECIADO, 2008, p. 31).

Preciado (2008) conclui afirmando que assim é formado um novo tipo de capitalismo, com novos dispositivos de controle da subjetividade, formando a nova economia mundial. “Os processos de governo biomolecular (fármaco) semiótico-técnico (pornô) da subjetividade sexual.” (PRECIADO, 2008, p. 33).

[...] O verdadeiro motor do capitalismo atual é o controle farmacopornográfico da subjetividade, cujos produtos são a serotonina, a testosterona, os antiácidos, a cortisona, os antibióticos, o estradiol, o álcool, o tabaco, a morfina, a insulina, a cocaína, o citrato de sildenafil (viagra) e todo aquele complexo material-virtual que pode ajudar a produção de estados mentais e psicossomáticos de excitação, relaxamento e descarga de onipotência e total controle [...] (PRECIADO, 2008, p. 37).

A medicina como “religião da modernidade” acaba passando como detentora dos saberes legitimados, que devem ser aceitos sem questionamento, produzindo subjetividades, decidindo o que é “normal” e o que é “patológico”. A definição das práticas de gênero exige que padrões sejam seguidos, em função da ordem. O ser homem carrega as exigências da masculinidade, bem como a mulher, da feminilidade. As funções sociais modelam o corpo – seios grandes, modelo ideal de vulva, magreza, pênis grande, peitoral atlético, barba; as formas corporais fazem parte da composição dos papéis de gênero – e existe um amplo mercado que busca prover essas adequações.

No entanto, se alguém do sexo feminino (mulher cisgênero) deseja aumentar os seios, diminuir a barriga e até modificar esteticamente a vulva para “sentir-se bem” com o próprio corpo, o fará sem nenhum diagnóstico necessário, não há nada de errado em ser mulher e seguir extremos para alcançar a feminilidade.

Mas, se o sexo for feminino e o sentir-se bem com o corpo é não ter seios grandes (não ter seio algum), ter barba e qualquer coisa que se aproxime do masculino, certamente haverá um diagnóstico envolvido, no discurso de gênero hegemônico não é “normal” sair da norma cisgênero.

Assim, de acordo com as teorias pós-estruturalistas citadas, quando a conformidade do sexo e gênero não acontece e o sujeito sente que a sua existência ocorre de outra maneira, quando toda a ordem social impõe uma necessidade de ser inteligível, a alternativa dada é tornar-se inteligível – o tratamento para os corpos abjetos é torná-los adequados, através de um diagnóstico de transexualidade. A hormonização, a mastectomia ou mamoplastia masculinizadora²⁸, bem como a readequação sexual são procedimentos cirúrgicos que fazem parte de algumas corporalidades transmasculinas.

Logo, a transmasculinidade faz parte do regime “farmacopornográfico”, e assim com outras identidades de gênero (ou todas, as que não são cisgênero principalmente, no sentido de que a patologização aponta um anormal) tem a sua subjetividade moldada a partir de dispositivos de biopoder, quando o gênero se torna uma categoria diagnóstica. Logo, as modificações corporais do processo transsexualizador se tornam, em partes, instrumentos de controle para garantir a inteligibilidade entre sexo e gênero.

Gêneros inteligíveis são, dessa forma, os modelos socialmente aceitos. Letícia Nascimento (2021), pesquisadora transfeminista, afirma que o problema da patologização da transexualidade está diretamente relacionado com a norma social que põe pessoas cisgênero como referências de normalidade, sendo as identidades trans vistas como desvios do modelo de normal. Ela explica esse fenômeno como uma relação de poder que se faz vigente através de discursos que afirmam as corporalidades cis como naturais e as trans como artificiais.

Essa marcação como natural é exatamente a raiz do problema, pois, enquanto as pessoas cis têm um gênero ‘normal’, as pessoas trans* têm um gênero anormal, patológico, desviante e falso. Os indivíduos cisgêneros se autodeterminam como homens e mulheres de verdade, já que percebem que sua congruência pênis/gênero masculino e vagina/gênero feminino é validada socialmente, sobretudo pelos discursos médico-psiquiátricos, que se constroem a partir da moral, e não de uma neutralidade. De acordo com a psicóloga travesti Céu Cavalcanti (2019), durante o século 20, um forte aparato discursivo médico-psiquiátrico contribuiu para a criação de um paradigma patologizante que enquadrou as pessoas trans* em moldes diagnósticos. O estigma da doença contribuiu para a

²⁸ Existe uma problematização nestes termos, pois a cirurgia de Mastectomia caracteriza-se na retirada da mama por motivos de doença, como câncer de mama. Já a mamoplastia masculinizadora, é o termo correto para a cirurgia de readequação corporal do sujeito trans homem, com a transformação do peitoral feminino em um masculino.

subalternização das identidades trans*. (NASCIMENTO, 2021, p. 98, grifos da autora).

Assim, olhando para a identidade homem transgênero, se tem como referência de normalidade o homem cisgênero, como uma produção artificial deste último, um corpo desajustado que precisa se enquadrar. Ao se abandonar a premissa de que a cisgeneridade é o modelo ideal, se abandona também a noção de que transexuais são “o patológico”. “O conceito de cisgeneridade convida as pessoas cis a se colocarem diante de um espelho para que mirem a si mesmas e percebam que seus gêneros são tão artificiais e produzidos como os das pessoas trans*.” (NASCIMENTO, 2021, p. 97).

Do ponto de vista estrutural, o discurso hegemônico vai na direção em que somente as identidades transgêneras são artificiais. Um exemplo bem claro pode ser apreendido através do livro *Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois* (2011), uma obra autobiográfica de João W. Nery (1950-2018), um dos primeiros homens transexuais no Brasil a assumir a identidade masculina e viver (ilegalmente no início) como homem e até mesmo realizar intervenções cirúrgicas de readequação sexual. Em um trecho de sua autobiografia, relata uma conversa com um amigo deficiente visual, onde tenta explicar a sua transexualidade:

Meu amigo cego ia vendo cada vez mais profundamente. Estava sério quando retrucou: - Só não estou entendendo uma coisa: o meu problema é físico, indiscutivelmente, e o seu? É físico ou mental? - É físico [...] nasci com um corpo errado, que não me serve para nada. Se a solução estivesse na cuca, teria tentado de tudo para ajustá-la ao corpo. [...] A minha esperança é que a ciência evolua, e eu possa, um dia, ajustar essa carcaça ao meu cérebro...”. (João Nery, 2011, p. 110).

No diálogo, percebe-se uma comparação explícita da transexualidade como uma comorbidade do corpo, como a cegueira do amigo, que afirma esta como um “problema” físico. A esperança é, então, depositada na ciência, para que essa evolua e resolva tal problema. Neste mesmo trecho, o autor adiciona uma nota de rodapé (que apareceu somente na 4ª reimpressão do livro, em 2011):

Hoje vejo mais como um problema social. Creio que a cultura é que tem que evoluir. Talvez, se tivesse nascido numa sociedade que aceitasse a diversidade sexual sem discriminações, em que fosse possível ter o gênero que desejasse, independentemente do corpo do nascimento, ou se não houvessem tantos preconceitos

naturalizantes sobre as normas de gênero, talvez as cirurgias não fossem tão necessárias. Afinal, ninguém nasce mulher, homem ou qualquer outra designação, mas 'nos tornamos', como já dizia Simone de Beauvoir'. (João Nery, 2011, p. 110, grifos do autor).

É possível observar, então, a mudança do discurso na direção do que Nascimento (2021) destacou, a transexualidade não como uma patologia que tem a cisgeneridade como referência, mas sim um problema da ordem social que não tolera gênero como um constructo diverso.

Nascimento (2021) afirma que, de acordo com o historiador nordestino Elias Veras, o poder Farmacopornográfico no Brasil começa a circular com evidência na década de 80, sendo a figura de Roberta Close²⁹ um destaque, principalmente depois do ensaio sensual desta para a revista Playboy. Ela afirma ainda que a curiosidade a respeito da não conformidade entre sexo-gênero-desejo foi para além do fetiche e pornografia:

Por outro lado, o enigma, a confusão de Roberta Close coloca o gênero em evidência como performance, em uma dimensão estilizada, já que fabrica um corpo com contornos femininos que expõe a plasticidade do gênero, que, longe de ser natural, é artificial. Além disso, a possibilidade de circulação no cenário midiático começa a causar fissuras no CISTema. Em todo país, o fenômeno Roberta Close também é experimentado por outras corporiedades que não se encaixam na ordem sexo-gênero-desejo, e, aos poucos, experiências antes enquadradas dentro das homossexualidades passam a fissurar, fazendo emergir as transgeneridades como possibilidades, especialmente as travestigeneridades. (NASCIMENTO, 2021, p. 135).

Apesar da evidente objetificação gerada pela curiosidade sobre o corpo não cisgênero, os impactos de tornar pública a existência de Roberta Close abriu portas para que outras pessoas que se identificavam da mesma forma, do ponto de vista do gênero, pudessem ter uma referência. Sobre homens transmasculinos, a lógica da fetichização também se aplica. Thammy Miranda, por exemplo, homem trans que hoje é vereador do de São Paulo, no início da carreira teve sua identidade de gênero e sexualidade sempre em pauta (de forma objetificada) nas mídias televisivas, atuando também como modelo e ator. Da mesma forma, foi Tarso Brant, homem trans que ficou conhecido como modelo, gerando curiosidade na mídia a respeito de

²⁹ Modelo que ficou muito conhecida no Brasil, especialmente nas décadas de 80 e 90, sendo a primeira mulher trans a posar para a revista Playboy.

sua sexualidade e identidade de gênero, e em 2017 se tornou referência para um personagem da novela *A força do querer*. Estes, de certa forma, acabaram se tornando referências nacionais como transmasculinos, ocupando até cargos políticos, como foi o caso de Thammy.

A partir do que foi visto neste tópico, é possível observar que uma das afirmações mais importantes para compreender a despatologização da transexualidade, percebida após a leitura de Nascimento (2021), é que fazer-se em gênero, para qualquer corporalidade, em qualquer formato, é artificial, é um processo construído, ao longo da história.

Também foi possível apreender que é importante discutir sobre cisgeneridade para compreender o processo de patologização da transexualidade, já que esta primeira é tida como modelo de normal, do que é aceito e esperado, perpassando o corpo em nível individual e coletivo. Isto é problemático, pois limita corporalidades que não se enquadram como cisgênero, que para existir da forma que desejam, legalmente, é necessário um laudo médico, burocracias para mudança de nome, e outras tecnologias para fazer-se em gênero, onde este para transgêneros é algo artificial, construído, fetichizável como estranho, e para cisgêneros aparece como algo natural.

3.3 LEGISLAÇÕES BIOMÉDICAS E JURÍDICAS SOBRE TRANSGÊNEROS NO BRASIL

Nesta seção é feita uma análise de algumas legislações brasileiras que perpassam o diagnóstico da transexualidade bem como as questões jurídicas no processo de mudança de nome e gênero.

Rubin (2003) destaca que, a respeito da história dos homossexuais, esta é sobre tratamentos indesejados e um marco importante foi a remoção do diagnóstico homossexual do DSM, em 1974 e que sem dúvida, o fim dos tratamentos indesejados foi uma conquista. Já sobre a história de transexuais, é sobre abrir caminho para “tratamentos” desejados e que esta história também é de sucesso, mas seu fim é a criação, e não a remoção, de um diagnóstico. Com a criação da categoria diagnóstica, os transexuais tornaram-se reconhecíveis e os tratamentos, quando desejados, foram disponibilizados.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a transexualidade da lista de transtornos mentais da Classificação Internacional de Doenças (CID), mudou de categoria passando a integrar o CID-11: “condições relacionadas à saúde sexual”, como “incongruência de gênero”. Sobre o Manual diagnóstico de transtornos mentais, problematizado por Bento (2017), que o faz através de uma análise de gênero como uma categoria diagnóstica:

[...] Ao identificar o disfórico de gênero o DSM está usando como parâmetro de medição aquilo que é considerado socialmente aceitável para meninos e meninas. Foi assim no DSM III, continuou assim no DSM IV e ficou consolidado no DSM V. Como identificar uma criança com ‘disforia de gênero’? Por definições culturais do que é adequado a cada sexo [...] (BENTO, 2017, p. 43).

A autora afirma ainda que não há exame clínico para diagnosticar a incongruência de gênero presente no diagnóstico transexual. No Brasil, de acordo com o Conselho Federal de Medicina – Resolução Nº 2.265 de 20 de setembro de 2019:

Art. 1º Compreende-se por transgênero ou incongruência de gênero a não paridade entre a identidade de gênero e o sexo ao nascimento, incluindo-se neste grupo transexuais, travestis e outras expressões identitárias relacionadas à diversidade de gênero.

§ 1º Considera-se identidade de gênero o reconhecimento de cada pessoa sobre seu próprio gênero.

§ 2º Consideram-se homens transexuais aqueles nascidos com o sexo feminino que se identificam como homem.

§ 3º Consideram-se mulheres transexuais aquelas nascidas com o sexo masculino que se identificam como mulher.

§ 4º Considera-se travesti a pessoa que nasceu com um sexo, identifica-se e apresenta-se fenotipicamente no outro gênero, mas aceita sua genitália.

§ 5º Considera-se afirmação de gênero o procedimento terapêutico multidisciplinar para a pessoa que necessita adequar seu corpo à sua identidade de gênero por meio de hormonioterapia e/ou cirurgias. (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2019).

Essa Resolução é recente e ainda está sendo aplicada, como alguns dos homens trans desta pesquisa iniciaram o processo transexualizador, ou de “afirmação de gênero” antes de 2019, é importante observar a Resolução Nº 1955 de 12 de agosto de 2010, revogada com a Resolução Nº 2.265/19:

Art. 3º Que a definição de transexualismo obedecerá, no mínimo, aos critérios abaixo enumerados: 1) Desconforto com o sexo anatômico natural; 2) Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; 3) Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; 4) Ausência de outros transtornos mentais. (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2010)

A legislação antiga também utilizava como justificativa normativas do código penal para afirmar uma licitude ética sobre os procedimentos e que estes não eram “mutilações”. É perceptível a mudança do discurso a respeito da transexualidade, que na nova resolução perdeu o sufixo “ismo” que designa uma doença. A nova resolução também faz uma definição ampliada, já trabalhando com o termo “identidade de gênero”, não se atendo exclusivamente às identidades homem e mulher.

De acordo com a nova resolução já é possível realizar intervenções com bloqueadores de puberdade em transgêneros adolescentes (de acordo com os critérios médicos estabelecidos e consentimento dos responsáveis) em caráter experimental, conforme o Art. 9 parágrafo 2.

§ 2º Em crianças ou adolescentes transgêneros, o bloqueio hormonal só poderá ser iniciado a partir do estágio puberal Tanner II (puberdade), sendo realizado exclusivamente em caráter experimental em protocolos de pesquisa, de acordo com as normas do Sistema CEP/Conep, em hospitais universitários e/ou de referência para o Sistema Único de Saúde. (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2019).

A partir dos 16 anos é possível iniciar a hormonoterapia transversal, os procedimentos cirúrgicos podem ser realizados a partir dos 18 anos, com no mínimo 1 ano de acompanhamento.

Art. 10. Na atenção médica especializada ao transgênero é permitido realizar hormonioterapia cruzada somente a partir dos 16 (dezesseis) anos de idade, de acordo com o estabelecido no Projeto Terapêutico Singular, sendo necessário o acompanhamento ambulatorial especializado, conforme preconiza a linha de cuidados específica contida no Anexo II desta Resolução.

§ 1º Os procedimentos cirúrgicos de que trata esta Resolução só poderão ser realizados após acompanhamento prévio mínimo de 1 (um) ano por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

Art. 11. Na atenção médica especializada ao transgênero é vedada a realização de procedimentos cirúrgicos de afirmação de gênero antes dos 18 (dezoito) anos de idade.

§ 1º Os procedimentos cirúrgicos de que trata esta Resolução só poderão ser realizados após acompanhamento prévio mínimo de 1 (um) ano por equipe multiprofissional e interdisciplinar.” (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2019).

Sobre as questões jurídicas de mudança de nome, algumas legislações foram relevantes. A adoção do uso do nome social, por exemplo, aparece como uma política de respeito a identidades trans em diversos espaços, na cidade de Teresina houve uma grande repercussão sobre esta como um direito dentro de Instituições de Ensino Superior.

Na UFPI, foi a partir da resolução Nº 003/15 do Conselho universitário que “Aprova a utilização do nome social na universidade Federal do Piauí – UFPI, para travestis e transexuais.” (UFPI, 2015). Em matéria jornalística divulgada no Portal eletrônico Meio Norte (2014), é reconhecida a aprovação do uso do nome social na UFPI como uma conquista do movimento estudantil, através da mobilização da comunidade acadêmica – que contribuiu com um abaixo assinado com cerca de 500 assinaturas, estas entregues para a reitoria da instituição. Foi, então, articulada uma parceria com a OAB Piauí, com a comissão de diversidade sexual, que elaboraram a proposta da Resolução e a defenderam perante o conselho universitário.

Até então se ampliava nacionalmente a utilização do nome social, política essa que facilitava a inclusão e o respeito à dignidade da pessoa trans, no entanto, insuficiente, pois era apenas uma forma de mascarar o nome do registro civil, que permanecia o mesmo e era solicitado para diversas situações.

Foi somente em 2018 que se tornou legalmente possível fazer a alteração do nome civil e gênero em documentos oficiais (RG, CPF, Certidão de nascimento, dentre outros), fato este possibilitado através de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) por meio de uma Ação Direta por Inconstitucionalidade (ADI 4257):

O Supremo Tribunal Federal decidiu no dia 1º de março 2018, que é possível a alteração de registro civil por travestis e transexuais sem que seja necessária a realização de procedimento cirúrgico. A decisão foi feita na ação direta de inconstitucionalidade ADI 4275 ajuizada pela Procuradoria Geral da República para que o artigo 58 da Lei 6.015/1973 (a lei de registros públicos) fosse interpretado de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana previsto na Constituição Federal, permitindo a alteração do nome e gênero no registro civil por meio de averbação no registro original. (ANTRA, 2018, p. 2).

Esta Conquista também veio através da mobilização de movimentos sociais e permite que hoje seja possível mudar o nome civil e o gênero diretamente em documentos oficiais, sem precisar utilizar a resolução do nome social, evitando constrangimentos.

Contexto esse que se comunica com outras conquistas que impactam diretamente nas vivências transexuais no Brasil, como afirmou Ávila (2014), no caso, o processo transexualizador do SUS, tendo a atenção básica como porta de entrada, pautada nas diretrizes da integralidade, atenção multiprofissional e humanizada (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013). As “adequações” corporais são ofertadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sendo a cirurgia de readequação sexual permitida somente depois de acompanhamento multiprofissional de no mínimo dois anos.

4 NARRATIVAS DE HOMENS TRANSGÊNERO EM TERESINA – PIAUÍ

Este capítulo se dedica a fazer uma análise a respeito dos relatos de vida de João, Alex, Nicolas e Elyfer, conforme explicitado na metodologia (cf. capítulo 1). A fim de didaticamente proporcionar uma leitura analítica do processo dos sujeitos em suas narrativas, elencamos *categorias analíticas*, com base na exploração do material produzido a partir da escuta dos participantes, sendo estas: Autorreconhecimento como homem transexual; O processo de transição; Vivendo como homem transexual. É feita uma análise das narrativas, a fim de investigar como a ordem de gênero permeia suas trajetórias de vida quanto homens trans.

Narrativa 1 - João: “Fui me entendendo e me encontrando nessa identidade.”

João, 22 anos, pansexual, estudante universitário, não estava trabalhando no momento. Conheci através de uma indicação de amigos próximos que sabiam que eu buscava entrevistar homens trans. Começou a se compreender como transmasculino em 2016, aos 17 anos, durante o ensino médio. Iniciou a terapia hormonal em 2018 (SUS), aos 18 anos, e posteriormente fez cirurgia de mamoplastia (particular). Já retificou a maior parte dos documentos e destaca as dificuldades burocráticas para o acesso a este serviço, que até hoje não conseguiu mudar todos. Ao contrário dos outros, iniciou o processo de acompanhamento médico pelo SUS e foi atendido por profissionais qualificados, alguns conheceu por indicação de outros homens trans que já haviam iniciado a transição. Destaca as dificuldades em relacionamentos afetivos, que as pessoas (homens e mulheres), não querem se relacionar com ele por ser homem trans, e quando querem muitas vezes é objetificando o corpo como um fetiche e que chegou até mesmo a sofrer ameaças de morte quando utilizou um aplicativo de relacionamentos para homens que se relacionam com homens. Apesar das dificuldades relata ter uma boa relação com a família, e que a primeira vez que ouviu falar de homens transgêneros foi através do pai, que lhe enviou uma entrevista com um homem trans de São Paulo.

Narrativa 2 - Alex: “[...] com o tempo eu percebi que me via como homem, eu sempre fui um homem”.

Alex, 19 anos, pansexual, estava prestes a ingressar o ensino superior, trabalha com telemarketing. Foi uma indicação de Elyfer, começou a se perceber como homem em 2016 (entre 15 e 16 anos de idade), durante o ensino médio, vendo vídeos no youtube e pesquisando sobre o tema. Somente em 2019, ao completar 18 anos e atingir a maioridade, iniciou a terapia hormonal (convênio de saúde) e retificou os documentos civis. Teve alguns problemas em casa, mas sempre foi apoiado pela mãe. Precisou mudar de escola porque a mesma não sabia como proceder na matrícula de estudantes transgêneros, como utilizar o nome social e demais medidas para respeito da identidade. A escola nova tinha conhecimento dos trâmites e a matrícula ocorreu sem problemas. Relatou ter ficado com medo de, por ser um homem negro, sofrer algum tipo de discriminação por policiais ou na rua, sendo visto como marginal, mas até o momento não tinha ocorrido. Falou também que já entrou no trabalho com o nome retificado e aparência masculina e não teve problemas nesse ambiente. Estava noivo e falou que antes da transição tinha inseguranças com o corpo, que dificultavam em suas relações afetivas, e que estas melhoraram bastante com o processo de transição e que tinha outros problemas sobre relacionamentos afetivos, mas não era por ser homem trans. A transição melhorou bastante a autoestima e este se mostrou bastante satisfeito com os resultados até então. Por fim, relatou que ser homem trans em Teresina, na experiência dele e de alguns conhecidos, não é tão marginalizado.

Narrativa 3 - Nicolas: “[...] Nem ouvia falar, transexualidade de homem. Mulheres era mais fácil, né? Que eram sempre as travestis, as mulheres transgêneras [...]”.

Nicolas, 31 anos, bissexual, estudante universitário de instituição privada, trabalha com telemarketing. Também foi uma indicação de Elyfer; começou a transição em 2015 ao receber apoio de uma ex namorada, mas antes já tinha ouvido falar sobre homens transgêneros e tinha vontade de iniciar a transição. Somente em 2018 iniciou a terapia hormonal (convênio de saúde) e em 2020 fez a cirurgia de mamoplastia (pelo convênio de saúde). Relata o momento da cirurgia como sendo muito difícil e que recebeu um inesperado apoio de familiares, que não achou que teria porque até hoje alguns o tratam pelo pronome feminino (dentre outros conflitos). Afirma que apesar de estar satisfeito com a transição esta trouxe alguns

problemas psicológicos, que começaram desde a hormonização (não especificou o que era) e com a cirurgia passou a ter crises de pânico e ansiedade, pelo medo de morrer ou algo dar errado no procedimento. Afirmou que ser homem trans é difícil, mas hoje está mais fácil porque tem informações e direitos, que antes (5/10 anos atrás) ninguém ouvia falar o que era. Relatou também não ter problemas no trabalho, que muitos nem sabem que ele é um homem trans. Afirmou que não deveria haver divisão entre cis e trans, que são homens e mulheres independente da genitália, fez críticas sobre homens trans que mostram o corpo (seios) em redes sociais antes da cirurgia, que isso aumenta o ódio da população contra transgêneros de modo geral e que essa opinião foi recebida de forma negativa em grupos de transmasculinos que ele participa. Para ele, ser homem trans de verdade é enfrentar a sociedade e dar a cara a tapa, ter responsabilidades e caráter.

Narrativa 4 - Elyfer: “Ser um homem trans não é nada fácil”.

Elyfer, 28 anos, hétero, estudante universitário, no momento estava em busca de emprego. Conheci através da militância, membro atuante da Associação de transmasculinos do Piauí - ATRAMS. Começou no processo de autocompreensão em 2016 (23 anos) e iniciou nos processos de intervenções corporais (terapia hormonal) (convênio de saúde) e mudança de nome e gênero no registro civil em 2018 (25 anos). Em sua narrativa destaca uma série de dificuldades sobre ser homem transexual em Teresina, como dificuldades em ter acesso a direitos básicos e informação; conflitos familiares com a mãe (no início principalmente), que ocorreu em paralelo à exibição da novela televisiva da Rede Globo “A força do querer” onde o personagem Ivan também estava descobrindo sua identidade transgênero, o que gerou conflitos em casa, onde ainda não havia se assumido como transgênero, mas que atualmente a relação familiar melhorou muito. Hoje, após o conturbado período de transição, relata ter dificuldades com relacionamentos afetivos, onde é difícil encontrar alguma mulher que queira se relacionar com um homem trans e enfrentar as críticas sociais em relação a isso. Destacou que é importante romper com padrões normativos de masculinidade, que muitas vezes é reproduzido até mesmo por outros homens trans (discurso do homem provedor, da aparência masculina). Afirmou estar bastante satisfeito com os resultados da transição, que esta aumentou sua qualidade de vida, autoestima, bem como ciclo de amizades e possibilitou um

retorno da vontade de ter sonhos e metas para além da sua identidade de gênero.

4.1 AUTORRECONHECIMENTO COMO HOMEM TRANS

A primeira categoria analítica - "Autorreconhecimento como homem trans" foi destacada porque considerei importante saber do sujeito da pesquisa como "se encontrou na identidade transmasculina". As respostas encontradas foram permeadas por questões que envolvem um contexto social histórico, ou seja, a emergência da identidade transmasculina em dialética com as condições materiais da ordem de gênero naquele determinado tempo histórico, por exemplo, as discussões e visibilidade que essa identidade passou a ter, as legislações sobre o processo transexualizador, nome social e retificação de nome e gênero em documentos. Como o "se sentir diferente" se encontra com a definição da identidade homem transexual. Ávila (2014), a propósito, aponta uma emergência na identidade transmasculina no Brasil a partir de 2010. Nesse sentido, a identidade transmasculina, enquanto processo social passou a ser visibilizada a partir desse momento histórico (Cf. cap 3).

Rubin (2003) afirma que o processo de tornar-se um homem trans não termina com o "se sentir diferente" desde a infância, por exemplo. Para além disso, ainda existe um caminho de formulação de uma identidade específica para esse sentimento, no caso, a identidade de homem transmasculino. A partir disso, ele se refere à um esquema formulado a respeito de uma rota não sequencial para uma identidade, em cinco (5) passos: (1) Experienciar um sentimento subjetivo de diferença; (2) Encontrar uma categoria apropriada e associar o sentimento de diferença a um significado dentro dessa categoria; (3) Aceitar a categoria como descritiva da experiência; (4) Procurar uma comunidade; (5) Tomar decisões sobre a transição.

Connell e Pearse (2015, p.216), ao fazerem considerações sobre narrativas de mulheres trans, que tratam do reconhecimento:

As narrativas de mulheres transexuais falam em reconhecimento: às vezes, um momento dramático, às vezes, aumentando gradualmente a autopercepção, mas centralmente uma questão de reconhecimento de um fato sobre si mesmas, de que são mulheres, embora tenham corpos de homens. No entanto, esse reconhecimento é amedrontador, porque a contradição central na transexualidade é

poderosa. Esse fato vai totalmente de encontro ao que todos ao redor sabem e ao que a mulher transexual sabe também, sendo também reconhecida como homem (ou menino, uma vez que isso muitas vezes acontece na infância). Não há como fugir desse terror: o gênero é intransigente, tanto como uma estrutura da sociedade como uma estrutura da vida pessoal. (CONNELL E PEARSE, 2015, p. 216).

Embora as autoras falem de mulheres trans, o reconhecimento da transexualidade masculina pode ser pensado num processo semelhante.

João, ao se manifestar sobre como se compreendeu como homem trans, disse:

Acho que eu tinha lá por volta de 16 anos, do fim dos 16 para os 17 anos, e aí foi quando começou basicamente e “estourou”, porque ninguém ouvia falar. A gente ouvia falar mais sobre mulher trans, que era tratado de uma forma mais pejorativa, marginalizado, mas de certa forma era o que a gente ouvia falar: mulher trans e travestis. Eu nunca tinha ouvido falar sobre homem trans, e aí meu pai uma vez tava... passou no Fantástico se não me engano uma entrevista com um menino trans de São Paulo, e aí ele me mandou. Nessa época eu já fazia acompanhamento psicológico e psiquiátrico inclusive, porque eu estava passando por uma fase muito difícil, e aí a gente foi conversando sobre, fui me entendendo e me encontrando nessa identidade. Depois disso foi muito mais fácil acessar os próximos passos. (João, 01/2021).

Com o relato é possível perceber que João ouviu falar sobre transexualidade masculina somente no final da adolescência, através do pai, que enviou uma entrevista - o que evidencia a importância da mídia como meio de mostrar vivências, assim como afirmou Ávila (2013), sobre que fenômenos podem ter contribuído para a emergência da transmasculinidade o Brasil, dentre eles as autobiografias de homens trans (cf. capítulo 3)³⁰. Ele relata o momento que se encontrou com a identidade, ou seja, quando o sentimento de se sentir diferente encontrou um significado, como no esquema proposto por Rubin (2003), sobre os passos (1), (2) e (3).

Porém, é importante destacar que João enfatiza também que somente ouvia falar sobre mulheres trans e de forma pejorativa, o que reforça as afirmações teóricas sobre a invisibilidade em relação às identidades transmasculinas e na importância de abordar vivências de homens e mulheres transgênero de forma

³⁰ Como o caso de Tarso Brant e o personagem Ivan, da novela *A força do querer*.

específica, visto que as condições materiais para a existência destes são diferentes (cf. capítulo 3 com os autores: Rubin, 2003; Gottzén e Straube, 2017; Ávila 2014; Santos, 2020).

Isso implica concluir que, para homens trans, o processo de autoidentificação como transmasculino foi mais tardio porque não havia muitas referências para se ter como base, e uma identidade depende de condições sócio-históricas para existir ou mesmo ser reconhecida, que conforme Ávila (2014), no Brasil foi a partir de 2010. Isto fica ainda mais evidente, ao perceber uma uniformidade no período temporal (2015/2016) - em que os participantes desta pesquisa se encontraram com a identidade transmasculina.

Então, cruzando a idade de João hoje (22 anos) com a idade que ele relata no seu processo de autocompreensão enquanto transmasculino (16/17 anos), é possível deduzir que foi na adolescência, nos anos 2015/2016, o encontro dele com essa identidade sexual e que a partir disso pode acessar os “próximos passos”, no caso, o acesso às tecnologias biomédicas e jurídicas para transição de gênero, ou seja, o passo (5) de acordo com o esquema de Rubin (2003).

Já para Alex:

Como pessoa LGBT eu me vi em 2014/2015, no caso, no tempo lésbica, mas bem antes disso eu já me via diferente. Eu sempre gostei de... assim... eu sempre tive um misto de amizades, amigo de meninos e meninas, sempre brinquei muito com os dois, tão tal que quando eu era pequeno gostava muito de brincar com Barbie, boneca, sempre gostei, gostei muito, mas de certa forma eu não me sentia encaixado, gostava de brincar mas, ao mesmo tempo não entendia porque não podia brincar de outras coisas... Aí quando fui crescendo, uns 13/14 anos eu comecei a ver que sentia atração por meninas, e fiquei meio confuso porque não sabia o porquê daquilo ser “errado”, aí eu fui crescendo, entrei no 9º ano que foi quando comecei a me relacionar com meninas mas eu não me sentia a vontade, livre. Daí então... entrei no ensino médio e descobri no Youtube, quando estava pesquisando... enfim, sobre essas coisas, e eu descobri a transexualidade. No tempo eu pensei que eu era uma pessoa do gênero fluído, mas aí com o tempo eu percebi que me via como homem, eu sempre fui um homem. A partir dali eu pesquisei, foi um período bem difícil de aceitação, tanto minha própria de me aceitar como homem trans tanto da minha família, né, porque é sempre muito difícil pros dois lados, tanto pra gente como pessoa trans como pra família da pessoa trans. (Alex, 01/2021).

Ele destaca primeiro ter se entendido como lésbica, como afirma Rubin (2003), é um fato comum na genealogia da identidade transmasculina, já que esta

última muitas vezes não aparece como uma possibilidade (veja, os participantes relatam que não sabiam da existência de homens trans), então se posicionam na identidade lésbica como um guarda-chuva que abarca todas as pessoas com o sexo feminino que se relacionam com mulheres e ou tem expressão de gênero masculina (HALBERSTAM, 2008). Importante lembrar também que práticas de gênero estão inseridas na história e em constante mudança, ou seja, as possibilidades de performance (bem como os modelos hegemônicos) e identidade de cinco anos atrás são diferentes das possibilidades de hoje.

A trajetória de Alex em se encontrar com a identidade transmasculina também se encaixa no esquema de Rubin (2003), onde o (1) durante algum tempo se localizou se compreendendo como mulher lésbica, mas o sentimento de diferença não encontrou um significado pleno dentro da categoria (2), o que só foi apaziguado quando ele se compreendeu como homem transexual (2) e (3). Através de vídeos na internet soube da possibilidade da existência de identidades que não são cisgênero, e eventualmente se compreendeu como homem transgênero - sendo este um período permeado de conflitos internos e com a família. Também foi por volta do ano de 2016 que esse fato ocorreu.

Ao fazer referência à infância, enfatiza sentir diferenças nas brincadeiras de “menina” e de “menino”, não compreendendo os limites e barreiras já impostas sobre seu sexo, e mais tarde sobre a orientação sexual. Essa parte é interessante porque mostra que mesmo se compreendendo como homem, Alex não reforça sua masculinidade com o estereótipo sobre gostar de brincar apenas com “coisas de menino”, ele na verdade não assimilava porque existia essa divisão. É importante como exemplo para enfatizar as diferenças entre identidade e práticas de gênero, já que ser homem transexual não é um pré-requisito para um rompimento com normas de gênero que definem práticas normativas de masculinidade e feminilidade (CONNELL e PEARSE, 2015).

Sobre o relato de Nicolas:

Acho que desde que eu nasci me sinto desse jeito [...]. E eu acho que desde pequeno mesmo que eu me identifico, só que pra transsexualidade, pra fazer e me entender mesmo, foi desde 2015 pra cá. E foi quando eu cortei o cabelo, comecei a pesquisar mais sobre o assunto, mas, desde pequeno mesmo eu acho que eu já, já gostava dessas coisas. Quando eu ia, por exemplo, fazer compras, com a mãe, de roupas, a mãe ia pra do feminino, eu ia pro lado

masculino e a mãe dizia assim: “vai logo, que eu sei que tu quer ir pro outro lado”, e tchau, tendeu? Então já é uma coisa que a gente já, eu digo que a gente já nasce assim, entendeu? (Nicolas, 01/2021).

Ele destaca que sempre se sentiu diferente (1), que é algo de nascença, mas não sabia que isso era transexualidade, traz relatos da infância, sobre observações de familiares a respeito dele recusar coisas ditas “de menina” e gostar mais de coisas ditas “de menino”, como forma de reforçar o fato de “já nascer assim”. Foi somente a partir de 2015 (somente por volta dos 25/26 anos de idade) que começou a se compreender como homem trans (2), (3), e destaca o momento que cortou o cabelo como um fato importante para a afirmação da identidade, como um símbolo da experiência de ser homem e da masculinidade.

Para ele foi um momento mais "tardio", quando comparado com João e Alex, que se compreenderam como homens trans ainda na adolescência. Convém explicar que na adolescência de Nicolas, que já tem 31 anos, a identidade transmasculina não havia se “popularizado” como possibilidade. O que pode ser interpretado como uma mudança na ordem de gênero em determinado período histórico, no caso, por volta de 2015/2016, que foi quando os participantes relataram o momento de autocompreensão - retomando considerações de Ávila (2015), quando esta afirma que no Brasil, somente a partir do 2010, a identidade transmasculina no Brasil começou a emergir.

Para Elyfer, sobre sua masculinidade e ser um homem trans:

Eu iniciei tarde, em 2016, ou seja são 4 anos, mas pra chegar nesses quatro anos foi todo um processo de percepção, muitas dúvidas, não tinha certeza, procurei observar outras pessoas ao meu redor, foi nessa época que conheci muitos meninos trans e eu vi que estava na dúvida “meu deus, será se sou isso mesmo, será que é isso”, cheio de caraminholas na cabeça sem saber o que ia fazer da vida, mas chegou um momento que parei, sentei e pensei, “não, alguma coisa aqui tá faltando”, aí foi o momento que parei pra estudar, entender, conhecer vivências que tive acesso (poucas), porque hoje em dia os meninos têm acesso à informação, um leque de possibilidades... [...] Na época ela [a mãe dele] estava vendo aquela novela (que está até passando agora outra vez) “A força do querer” que foi o boom da transexualidade masculina no Brasil, porque até então não existia homens trans, até antes dessa novela eu não sabia de homens trans, não sabia da existência, se existiam estavam muito bem escondidos. Passou a novela... bum. Aí o pessoal diz “ah mas tu só se entendeu como homem trans depois da novela?” Eu digo “não, eu só consegui ter uma coisa pra eu me colocar como base, na novela”, que

querendo ou não, não chega a 10% do que uma pessoa trans sofre, muito diferente da realidade embora seja um princípio de realidade. [...] mas a novela pra mim foi um desserviço. Antes dela eu já estava me colocando socialmente como um homem trans, só que na família ainda não existia o conhecimento sobre isso, e algumas atitudes que ela (minha mãe) via na novela ela via nas relações comigo. Aí a gente brigava todo capítulo da novela que passava o dito personagem. Eu via certas coisas ali que eu estava passando mas não tinha coragem de dizer, aí enfim, gerou o conflito familiar, mas consegui contornar a situação, me mantendo calmo pra me entender e colocar isso pra minha família. Pra mim o principal é minha família saber, o resto a gente só leva, é tranquilo... Mas hoje minha mãe assiste a novela de uma outra forma, ela tá até confirmando aqui. Então, a novela em si foi muito importante, foi ruim pra mim porque eu ainda não tinha a coragem de falar. A importância dessa novela foi surreal, pra muitos foi depois dela que saíram do armário, muitos mesmo. (Elyfer, 03/2021).

Elyfer faz uma associação interessante da sua trajetória como homem trans a uma novela (*A força do querer*, 2017) que tinha um personagem homem trans que estava no processo de autorreconhecimento, assim como ele. Destaca que a novela foi importante como referência para outros homens trans, pessoas que tinham o sentimento de diferença (1), mas ainda não sabiam ou não tinham uma referência sobre para se reconhecer como homem trans (2), eventualmente se identificando na categoria (3). A trajetória dele de autorreconhecimento se deu, ao observar outros homens trans que conhecia, no ano de 2016, e pesquisar mais sobre o assunto até que veio a certeza, quando aceitou a identidade homem transgênero como descritivo da experiência (3), também com forte influência de uma comunidade de homens trans que já começava a se consolidar (4).

Também afirma que ser um transgênero masculino é mais “fácil” quando comparado a ser uma mulher trans ou travesti; afirma que existe uma dificuldade de acesso aos serviços de saúde, bem como os sociojurídicos, por falta de informação e que somente tem acesso a estes por orientação de outros homens trans que já acessaram os serviços, ou seja, existe uma rede de apoio (4) (entre os homens trans) que ajuda com informações, que de acordo com ele são negligenciadas pelos poderes públicos.

Sobre o autorreconhecimento, é importante retomar Connell e Pearse (2015, p. 216), ao fazerem considerações sobre narrativas de mulheres trans, que tratam do reconhecimento, como algo aterrorizante [...] “Não há como fugir desse terror: o gênero é intransigente, tanto como uma estrutura da sociedade como uma estrutura

da vida pessoal”., mas estas também se aplicam às narrativas de vida de homens trans.

Essa intransigência do gênero como uma questão social e pessoal é o que torna o momento do autorreconhecimento como transmasculino, nas trajetórias de vida como as de João, Alex, Nicolas e Elyfer, um momento difícil, conflituoso e amedrontador, já que é uma mudança não somente sobre o indivíduo, é um rompimento na ordem social de gênero. E o que se destaca nas narrativas apresentadas é que a autoidentificação não está relacionada a idade e sim com o tempo histórico da visibilidade da identidade transmasculina, no relato deles, nos anos de 2015 e 2016. Ou seja, como um processo social e não apenas individual.

Em todos os relatos (com exceção de João), existe uma pausa temporal de no mínimo dois anos após o período de autocompreensão (etapa 1, 2, 3, 4) e, no caso, a materialização dos direitos sobre mudanças no corpo (terapia hormonal, cirurgias, até mesmo coisas que não envolvem questões biomédicas como cortar o cabelo e roupas masculinas), no nome (uso do nome social ou mudança de nome e gênero nos documentos de identificação civil); ou seja, decisões sobre a transição (5).

Esse tempo até o início das mudanças no corpo, que envolvem instituições biomédicas e a retificação de nome e gênero, têm motivos específicos em cada narrativa. Dessa forma, o próximo tema trata sobre o processo de transição em si, de como decorreu, após os sujeitos compreenderem que eram homens transgêneros, quais eram as possibilidades disponíveis, a fim de compreender o impacto nas trajetórias pessoais.

4.2 O PROCESSO DE TRANSIÇÃO

Os processos médico-jurídicos para tornar-se homem foram destacados como marcantes nas trajetórias dos participantes desta pesquisa, já que funcionaram como um meio de alcançar algo desejado (mudanças no corpo) bem como o reconhecimento social destes.

A discussão sobre a patologização da transgeneridade é inevitável neste tópico, visto que se baseia no princípio de que o cisgênero é o normal, e o transgênero o patológico - tendo este o seu gênero construído artificialmente; argumento este criticado por Nascimento (2021), que afirma que todos os gêneros

são construídos artificialmente, logo o transgênero não deve ser considerado um problema da ordem pessoal, como uma patologia do corpo, e sim da ordem social, partindo do pressuposto de que identidade de gênero transcende as normativas sociais e históricas a respeito do que é um homem e masculinidade, e o que é uma mulher e feminilidade, bem como do binarismo. No entanto, as normativas burocráticas que tornam o transgênero algo patológico possibilitaram o acesso a intervenções corporais desejadas, como cirurgias e hormonização, bem como a mudança de nome e gênero.

Connell e Pearce (2015, p. 215), fazem uma afirmação importante, que apontam as autobiografias transexuais, a propósito de críticas ao processo de transição:

[...] Enquanto histórias de transgêneros enfatizam, em geral, a fluidez do gênero, as autobiografias transexuais enfatizam, sobretudo, a estabilidade do gênero e até sua intransigência. Isso é por demais claro no melhor estudo sociocientífico do gênero em transição, *Self-made men* (Homens que fazem a si mesmos) (2003), de Henry Rubin. O projeto de gênero [...] é consistente ao longo do tempo - não importa o quão errado seja em termos da corporificação social convencional.

É importante destacar que procedimentos como a terapia hormonal, cirurgia de mamoplastia masculinizadora, dentre outros, não são obrigatórios ou desejados por todos os homens transgênero. No entanto, nesta pesquisa, os 4 participantes estão em terapia hormonal e fizeram retificação da maioria dos documentos civis, mas somente João e Nicolas fizeram o procedimento de mamoplastia, os outros não deixaram claro se desejam fazer.

Sobre a transição, Connell e Pearce (2015, p. 217), tratam das dificuldades do processo de mudança de gênero:

Não há nada de bonito na mudança de gênero; são medidas drásticas com resultados severos. Embora a atenção da mídia e a dos estudiosos tenham focado obsessivamente a cirurgia, esta é a única parte do tratamento médico, o qual é apenas uma parte da transição. Uma enorme quantidade de outras tarefas é necessária. Isso inclui levantar fundos; ter apoio pessoal, cuidados pós-operatórios, documentação legal; encontrar moradia; lidar com crises de relacionamento; lidar com locais de trabalho e arranjar trabalho; lidar com mudanças corporais; obter reconhecimento social; lidar com a hostilidade. Qualquer um desses fatores pode se tornar central.

João ao relatar como foi o processo de transição, afirmou que o acompanhamento psicológico foi fundamental no momento de autocompreensão (3), que a partir dele teve a certeza de querer mudanças no corpo (5), em um primeiro momento com a terapia hormonal:

[...] Nesse acompanhamento ainda com o psicólogo ele me sugeriu então, já quando a gente começou a conversar sobre isso, sobre esse entendimento de identidade de gênero, sobre o que é ser homem e ser mulher. Não era nem aqui (Teresina), eu estava morando com o meu pai (Imperatriz - Ma), passei 3 meses lá com um acompanhamento 3x por semana. Então, a gente conversou bastante. Quando voltei pra Teresina, fui direto no médico da família e conversei com ele, ele disse que já tinha ouvido falar sobre isso e que ia me encaminhar pra endócrino, e pra outro psicólogo daqui. Aí comecei a fazer o acompanhamento com a endócrino, fiz exames de sangue para checar se estava tudo certo e foi, ainda bem que eu encontrei no HU (Hospital Universitário) minha primeira consulta e lá eu já tinha ouvido falar sobre, com alguns meninos trans que havia entrado em contato tipo o xxx que era estudante na mesma universidade na época. Quando eu comecei a me entender como homem trans eu fui buscar grupos e tal, comecei a conversar com meninos daqui, fazer amizade, e eles me indicaram, o xxx no caso, que me indicou a endócrino do HU, porque outros meninos tinham procurado em vários outros lugares e encontravam endócrinos que se recusavam a fazer esse tipo de tratamento, diziam que não conheciam e tal, e lá no HU tive sorte, primeira consulta a doutora me passou alguns exames e quando voltei com o resultado a gente começou a fazer a terapia hormonal, que a gente não chama tratamento, é terapia hormonal, porque é um acompanhamento que a gente vai fazer pelo resto da vida, e agora já vai fazer 4 anos que eu tô na terapia hormonal. (João, 01/2021).

O acompanhamento de João foi realizado pelo SUS, sendo o primeiro contato o psicólogo, e o ambulatorial com um médico da família (atenção básica) que prontamente fez um encaminhamento para endocrinologista (profissional responsável pelo acompanhamento da terapia hormonal). Sendo esta última também preparada para lidar com a demanda, foi uma indicação feita por outros homens trans, ou seja, os grupos de apoio que se articularam a partir de outras experiências de transmasculinos da cidade (4) que já haviam procurado endocrinologistas e recebido respostas negativas, sob a justificativa de não saberem da existência desse procedimento.

João, em comparação com os outros entrevistados, foi o que de forma mais rápida conseguiu acessar o direito ao acompanhamento multiprofissional, sendo fatores contribuintes: profissionais capacitados, a maior idade (ele já tinha 18 anos

quando buscou, ao contrário de Alex que tinha 16 e teve que esperar³¹), a indicação através dos grupos de apoio (a vivência de outros homens trans mostrou profissionais que eram qualificados) e o apoio da família.

Com isso, podemos perceber que, mesmo existindo uma legislação que garante o direito, ainda dependia do conhecimento (ou boa vontade) de muitos profissionais, um fator individual que tem grande impacto na trajetória do sujeito que está buscando o serviço. Alex, por exemplo, relata quando foi buscar a utilização do nome social na escola que estudava:

[...] que eu tive que trocar de escola por causa disso, foi a escola em si, os professores, a coordenação, não quiseram, não é que não quiseram, não tinham o entendimento preciso pra acolher uma pessoa trans. Daí eu queria mudar meu nome na chamada e eles falaram que não podia menor de idade fazer essas coisas, enfim. Acabei tendo que mudar de escola, fazer meu 3º ano em outra escola, e nessa foi completamente diferente, fui super bem recebido, desde o diretor até a tia da cozinha, todo mundo me respeitava. [...] porque assim, no tempo que eu estudava já podia botar o nome na chamada, só que não tinham conhecimento e nem eu, nem eu e nem eles sabiam. Quando eu saí de lá fiz uma pesquisa e vi que poderia, tinha que ter um documento e ser assinado pelos meus pais e diretor da escola, aí podia fazer a mudança normalmente. [...] Aí na outra escola, como eu já tinha conhecimento e antes de mim já haviam tido outras pessoas trans também, o diretor já tinha o conhecimento e tudo mais, quando cheguei com os documentos ele disse “eu sei, eu já tenho ciência desses documentos porque já tiveram outras pessoas aqui ano passado”, aí pra mim foi bem de boa, bem de boa mesmo [...]. (Alex, 01/2021).

A escola antiga não tinha um preparo para receber estudantes trans, o que impediu que Alex tivesse acesso ao direito do uso do nome social, o contrário ocorreu na escola nova, onde o diretor já sabia sobre os trâmites e tudo ocorreu com facilidade, também motivado por uma questão de ordem particular, já que o preparo existia porque na escola nova já havia outros estudantes trans.

Isso se confirma quando o participante relata que o fato de ele ter se assumido como transmasculino na escola antiga pode ter sido um fator contribuinte para que outros estudantes trans se assumissem e a escola hoje ter preparo para recebê-los:

Hoje já é bem diferente de que quando eu estava, porque quando eu estava fazia parte de muita militância da escola, do meio LGBT, quando me assumi como pessoa trans na escola, que veio à tona e

³¹ Neste período ainda estava vigente a Resolução Nº 1955 de 12 de agosto de 2010.

todo mundo ficou sabendo, aí começou a surgir mais pessoas trans também e tudo mais, e acho que atualmente já é bem diferente, que já pode... Mas acho que atualmente está diferente, porque meus outros amigos, que continuaram na escola [...] falaram que depois que eu saí mudou bastante coisa, que outras pessoas trans apareceram, surgiram e elas sim foram respeitadas então, tipo, se pra mim não deu certo eu fiz com que pra essas pessoas pudessem, porque de certa forma eu fui um dos primeiros a vir a público e colocar pra escola [- *abriu portas, né?*], é, tipo isso. (Alex, 01/2021).

Connell e Pearse (2015) afirmam que a existência de pessoas trans trazem uma real transformação societária na ordem de gênero dominante em certa sociedade, tornando possíveis novas trajetórias de vida, como foi o caso. Os amigos de João que indicaram uma profissional de saúde qualificada, os homens trans que Elyfer conhecia e passou a observar no momento em que se questionava sobre sua identidade e até mesmo a história do personagem da novela, o fato da experiência negativa de Alex na escola antiga ter aberto precedentes para uma atualização na forma que a escola recebia pessoas trans - todos são fatores da vida pessoal de transexuais que proporcionaram mudanças significativas em outras trajetórias de vida e instituições.

Ainda sobre a narrativa de Alex, ele relata como foi para ter acesso a algo que desejava muito, a terapia hormonal, que com 15/16 anos já tinha certeza do que queria, mas como era menor de idade e não tinha um completo apoio da família, apesar da mãe apoiar e até acompanhar em consultas com psicólogo e endocrinologista, só conseguiu iniciar a terapia hormonal e a retificação de nome e gênero aos 18 anos.

Importante lembrar que a possibilidade de retificação do nome só se tornou possível a partir do ano de 2018, então quando ele iniciou a transição médico-jurídica (2019) já era algo acessível.

As teorias que versam sobre o poder das instituições e discursos sobre os corpos, como as de Foucault, que Connell e Pearse (2015) definem como as abordagens da “tela” (cf. Capítulo 2), centram uma crítica sobre as instituições médico-jurídicas funcionarem como dispositivos de controle e de normatização sobre como deve ser e parecer uma pessoa trans. De fato, principalmente quando observamos que essas normas são geridas por uma patologização das identidades trans e se apoiam em modelos conservadores sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, é clara a atuação da ordem de gênero como reguladora de corpos.

No entanto, no decorrer desta pesquisa - analisando as narrativas, todos os quatro participantes se mostraram satisfeitos com os resultados das intervenções médico-jurídicas e tinham buscado estas exaustivamente e por iniciativa própria. Por vezes, tentei me centrar nas teorias de poder e biopoder para a análise, mas sempre que o fazia, a interpretação que se tornava viável sobre as falas era de que os sujeitos se renderam aos mecanismos de normalização do Estado e, ao buscar a harmonização e cirurgias, estavam caindo na busca do padrão da masculinidade hegemônica. Mas esse é um problema para quem? Estamos todos inseridos na ordem de gênero, cisgêneros e transgêneros, essa ordem se apoia em práticas de masculinidade e feminilidade que são construídas socialmente e mudam de acordo com o fluxo dialético das transformações sócio-históricas, ou seja, não nascemos mulheres, como a conhecida frase de Beauvoir, ou homens, nos tornamos, e nos tornamos todos. Dessa forma, observo que sim, existe uma ordem dominante de gênero que opera por meio de instituições e reforça o que se entende como homem e como mulher. Porém, a decisão de seguir esses padrões é livre (dentro das possibilidades existentes), e já é livre para cisgêneros.

Sobre o processo de transição de Alex:

[...] quando completei 18 anos foi um abrimento de portas pra mim, porque foi quando consegui fazer a retificação do meu nome, fiz 18 anos em setembro e em outubro já estava com meu nome retificado, foi bem rápido e em novembro comecei a me harmonizar, novembro de 2019, agora eu tô com 1 ano e 3 meses em terapia hormonal [...] e pra mim foi muito bom porque eu não tinha autoestima nenhuma, antes disso! As pessoas me falavam “tu é bonito, não sei o que”... mas eu não me via assim, não me via bonito, tinha muita disforia com meu corpo, muita disforia. Aí com a terapia, o tratamento hormonal foi diminuindo isso, diminuindo a disforia, diminuindo a vergonha que eu sentia do meu corpo, porque no início, quando eu comecei a fazer sessões com a psicóloga eu não conseguia nem me olhar no espelho, tipo, eu tinha um espelho aqui no quarto mas eu tampava, ou às vezes nem olhava e isso foi mudando quando eu fiz as sessões com a psicóloga, daí minha autoestima só foi alavancando, não que ela seja lá essas coisas atualmente, a gente ainda trabalha com isso, ainda está trabalhando isso. Mas se for comparar com 3 anos atrás, foi muita diferença, muita conquista que eu tive, muita conquista, e é isso... (Alex, 01/2021).

O que encontrei de “unanimidade” nas narrativas foi que os participantes são pessoas que sempre se sentiram diferentes de cisgênero, embora a identidade transmasculina ainda não tivesse “emergido” socialmente, a partir de dado momento,

por causa de múltiplos fatores. Porém, foi importante para eles, quando puderam existir da forma desejada, como no relato acima. Pode não ser uma conclusão politicamente correta do ponto de vista de alguns estudos ou movimentos sociais, onde queremos acreditar em uma sociedade que não se apoie em padrões normativos de masculinidade e feminilidade, mas também não é viável ou correto atribuir uma culpa somente aos transgêneros, por buscarem recursos de masculinidade para concretizar suas identidades masculinas.

Ainda sobre o acesso à saúde, outro fator se mostrou determinante, a idade de João e Alex, sendo mais jovens (ambos iniciaram a transição (5) com 18 anos, em 2017 e em 2019, respectivamente), ao contrário de Nicolas e Elyfer - que passaram vários anos questionando sobre a própria identidade. Esses dois últimos podem ter sofrido mais pelo fato da transmasculinidade não ter se colocado como um processo social na fase de sua adolescência, então os serviços de saúde para eles surgiram após essa fase da vida tão questionadora, por exemplo.

Alex (19 anos atualmente) coincidiu de iniciar a hormonização (em 2019) e já ser possível a retificação de nome e gênero (ADI entrou em vigor em 2018), por ser jovem ainda não tinha emitido muitos documentos (então não precisou retificar, apenas emitir já com o novo registro civil). Ele também ainda não havia ingressado no ensino superior; Elyfer (28 anos atualmente) já havia ingressado e o processo de transição foi visível para toda a comunidade acadêmica, sendo burocracias sobre mudança de nome na chamada e em documentos da universidade um longo e custoso problema).

Sobre o processo de transição de Nicolas:

Quando começou a nascer os primeiros, porque assim, a voz grossa eu sempre tive, engrossou mais com o hormônio, mas a voz grossa sempre tive. E aí, quando começou a nascer os primeiros pelinhos, que eu comecei a olhar, eu digo, “eita, meu Deus do céu!”. Aí comecei a me sentir bem no espelho, entendeu? Aí o próximo passo foi fazer a cirurgia. Depois da cirurgia, cara, eu me senti bem, mas também como eu tenho um pouco de, eu criei, por conta do hormônio, problemas pessoais, eu tenho uma síndrome do pânico e ansiedade, trabalho, essas coisas, entendeu? É, eu fiquei um pouco com síndrome do pânico por conta da cirurgia. Porque assim, quem nunca fez uma cirurgia e vai fazer a primeira vez, se sente com medo, assim, assustado. E eu me assustei, no dia que eu fui fazer a cirurgia, acabei criando síndrome do pânico, medo de morrer, né? Tipo assim, meu Deus, será que eu vou acordar? Meu Deus, será que vai dar certo? Aí acabei ficando com aquele medo de morrer, entendeu? [...] mas fora isso, eu tô feliz [...], assim, eu ainda não tô

com o resultado 100%, porque eu só tô com três meses operado, ainda muito recente, [...] fora isso, tá tudo bem, entendeu? Então, eu me sinto bem no espelho, sendo quem eu sou, que essa pessoa estava escondida, o “Nicolas” tava escondido. (Nicolas, 01/2021).

Destaca os impactos a nível pessoal, positivamente melhorando a autoestima e alcançando mudanças desejadas, mas negativamente porque estes procedimentos continuam sendo intervenções médicas no corpo, até mesmo cirúrgicas; inseguranças que, como no caso acima, continuaram incomodando, para ele fora um processo traumático. Connell e Pearse (2015) afirmam que esta é uma questão da ordem da corporificação, ou seja, mudanças no corpo que envolvem ajuda biomédica - psicólogos, psiquiatras, endocrinologistas, cirurgiões -; e procedimentos diversos - terapia hormonal e mamoplastia - sendo, os citados, utilizados de alguma forma pelos participantes desta pesquisa - e que essas mudanças compõem um processo inevitavelmente traumático.

Todos os participantes, em dado momento da narrativa, falam sobre a importância dos grupos de homens transgênero em suas trajetórias, que através deles tiveram informações, o que mostra a força dos movimentos sociais não só para a conquista de direitos, mas para a efetivação destes, Elyfer relata:

[...] Mas as pessoas que não têm contato comigo e não têm contato com pessoas próximas a mim, ou seja, que não fazem parte desses grupos como a ATRANS, o coletivo 086, ficam perdidos. Recentemente teve um caso em que eu ajudei duas meninas transexuais que trabalham como profissionais do sexo [...] elas conseguiram retificar, porque elas estavam sendo praticamente enroladas pela Defensoria Pública, que por causa da pandemia todo atendimento ficou reduzido, reduzido ao WhatsApp, pela Defensoria, né? Pra dar entrada por lá, porque é um processo que é gratuito, você não tem tantos custos, como você teria custos com o procedimento no cartório, porque no cartório tem taxas e chega até mais ou menos por volta de duzentos e cinquenta, trezentos reais em média pra mudar a certidão de nascimento, além de outros documentos. E assim, as meninas não tinham informações, elas chegaram em amigos próximos, falaram da situação dela, em situações rotineiras e esses dois amigos próximos chegaram pra mim e disseram “Elyfer, tu pode ajudar essas meninas a resolver?”, aí peguei na mãozinha delas, liguei lá na defensoria e a partir daí [...] ou seja, quem não faz parte desses grupos, realmente não tem informação [...]. (Elyfer, 01/2021).

É possível perceber a importância dos grupos de apoio e de como estes são uma iniciativa particular, que através da militância ajudam outros transgêneros com

informações a respeito de garantias de direito, que deveriam inclusive ser disponibilizadas de modo mais acessível pelas instituições responsáveis.

Neste tópico foram abordadas considerações importantes a respeito do processo de transição e de fatores estruturais e pessoais que foram determinantes para a efetivação do direito ao acesso a tecnologias para transição de gênero, visando o reconhecimento social e adequações corporais.

Todos os participantes afirmam que hoje têm um bom relacionamento com a família, apesar de alguns membros não chamarem pelo nome ou pronome corretos. Todos também, com exceção de João (relatou que o núcleo principal da família apoiou desde sempre), afirmam que tiveram muitos conflitos no início da transição, e que foi melhorando com o tempo. As burocracias para mudança de nome e gênero são destacadas como demoradas e, quando feitas em cartório, têm altos custos.

Em nível estrutural, tendo em vista que a cidade de Teresina hoje possui um ambulatório especializado no atendimento de transgêneros, bem como a Resolução do Conselho Federal de Medicina Nº 2.265/19 que modifica as possibilidades do processo de transição, homens transgêneros que desejarem um acompanhamento para terapia hormonal, até mesmo de menor idade (se consentido pelos responsáveis), vão ter um acesso mais fácil, quando comparado aos rapazes que foram entrevistados nesta pesquisa.

Sobre a cirurgia de mamoplastia, mais procurada por homens transgênero, é possível realizar por meio de convênio de saúde, como no caso de Nicolas, de forma particular, como João, ou pelo Sistema Único de Saúde, popular por uma espera de anos até a realização do procedimento. Dessa forma, questões de classe são fundamentais, pois quem tem melhores condições financeiras vai ter acesso a todos os procedimentos de forma mais rápida.

4.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORDEM DE GÊNERO NA VIDA PESSOAL

Nesta seção é feita uma análise focada na vida dos participantes como homens transgênero, principalmente após o início do processo de transição, bem como sobre a masculinidade destes, a fim de identificar de que forma a ordem de gênero se materializa na vida pessoal. Dentro das quatro narrativas foram destacados impactos em meios sociais específicos, principalmente a família,

relacionamentos afetivo-sexuais, trabalho e instituições de ensino como escola e universidade, bem como consequências das burocracias da transição.

4.3.1 João

Sobre a trajetória de João, em relação às dificuldades que enfrentadas, por causa de falhas nas burocracias de retificação de nome:

Até hoje tenho alguns problemas em órgãos públicos, quando se usa o sistema do governo ele não foi atualizado então aparece o nome antigo, não sei porque, mas na minha conta do banco ainda aparece o nome antigo, no SUS aparecia e tive que ir num posto... a moça teve que resolver manualmente porque o sistema em si não atualizou. Em várias situações desse tipo, como quando fui fazer inscrição na Residência Universitária, tive problemas porque no sistema do governo ainda estava o nome antigo aí a pessoa não queria aceitar, eu não sei como atualiza mas ainda tem problemas desse tipo que a gente tem que mandar email, fazendo declaração assinar e se comprometer porque se não, não vai. (JOÃO, 01/2021).

A burocracia é uma parte bem destacada em todas as narrativas. Os quatro participantes relataram dificuldades com essa mesma questão, Nicolas falou que sofreu constrangimentos ao precisar de atendimento em um posto de saúde e no documento do SUS ainda estar o nome antigo, Alex precisou esperar a maior idade para iniciar a hormonização, precisou mudar de escola para ter seus direitos respeitados, Elyfer enfatiza que o poder público não facilita informações essenciais para trâmites do momento de transição e que estas acabam circulando por conta da iniciativa dos movimentos sociais.

Sobre a relação com a família, João destaca:

[...] na minha família a gente sabe que vai encontrar pessoas que querem dar palpites, se meter, mas pra mim sempre foi uma coisa que botei na minha cabeça que tendo conversado com minha mãe, meu pai, pronto, o resto das pessoas podiam falar o que quisessem. Nessa época (início da transição) eu fazia ensino médio, eu tive problema com colega de turma, mas na família não. Meus tios, alguns por exemplo, vó, eu não espero muito que ela fosse me chamar ou acostumar com o nome novo rápido, uma avó começou a me tratar no meu nome social ano passado, depois que ela viu um programa na tv, ela não se contentou só comigo, precisava ver outras pessoas. E a outra avó ainda hoje não se refere a mim no nome social, mas respeita e me aceita, me ajuda, mas não se refere

a mim no nome social, mas o resto da família toda foi bem tranquilo. (JOÃO, 01/2021).

A avó assimilou a identidade do rapaz depois que viu sobre transexualidade masculina na televisão, provavelmente percebendo que não era algo que acontecia somente na família dela. Apesar do desrespeito quando familiares não utilizam o nome correto, ele demonstra compreensão e a situação parece estar apaziguada. Ele afirma que o problema na escola foi com colegas de turma que se recusaram a usar o nome social sob justificativa que eram religiosos e não aceitavam, e que ele cortou relações com essas pessoas. Por fim, quando questionei se já havia sofrido algum tipo de preconceito, João destacou os problemas que tem com relacionamentos afetivos:

Agora que você falou disso, tenho uma reclamação a fazer, porque além de ser difícil de achar um local de fala³² também é difícil achar um parceiro, porque a gente, eu, vou falar por mim, parece que estou falando por uma legião, mas é só eu, não acho um local. Os homens gays não gostam porque eles vivem numa lógica muito falocêntrica e padrão e aí a gente acaba não tendo muita chance nesse tipo de relação. As mulheres héteros não querem, as lésbicas já entra no caso de que eu não sou uma mulher e aí uma pessoa bissexual, é difícil achar uma que queira porque entra sempre em várias questões, do órgão sexual, de ser mais uma coisa fetichista. Entrei uma vez em um aplicativo de relacionamento, nessa vez eu sofri uma violência, sofri até ameaça de morte, a pessoa falou que sabia onde eu estava, que eu era isso ou aquilo, que eu estava me passando. Compartilhei com meus amigos na época, brincando, mas fiquei muito chateado com isso, tanto é que nunca mais voltei pra esse tipo de coisa, fiquei meio traumatizado, e é isso, é bem difícil a gente encontrar uma pessoa. As vezes quando alguém quer, já aconteceu muitas vezes onde homem cis hétero com uma espécie de fetiche estranho, querendo ter experiência e não sei o que, uma coisa bem sebosa mesmo, então é mais difícil nesse ambiente [afetivo sexual?] sim. (JOÃO, 01/2021).

³² O comentário inicial sobre o lugar de fala foi motivado depois de uma pergunta que fiz sobre a relação dele com movimentos sociais, como o feminismo. Sobre isso ele falou que se incomoda com o feminismo radical que tem levantado pautas transfóbicas e que hoje, por ter uma passabilidade como “cis-hétero-branco” não encontra mais um lugar de fala dentro do movimento. Então perguntei onde ele se sentia confortável dentro da militância: “É a pergunta que eu me faço todo dia (risos) porque eu penso assim, sou um homem trans, eu posso falar por homens trans, mas como no feminismo por exemplo tem o feminismo branco, o negro, o da elite, periferia, dentro do grupo de homens trans é a mesma coisa, que eu sendo trans, não é a mesma coisa de um trans negro, um trans mais marginalizado do que eu e aí não me sinto a vontade a falar por todos no meu próprio meio. Não me sinto à vontade no feminismo, ainda falo mais ou menos quando diz respeito à orientação sexual, quando vai falar sobre pansexualidade por exemplo, mas sobre identidade de gênero ainda não achei o meu lugar”. (JOÃO, 01/2021).

Das quatro narrativas esse fato se destacou como sendo um dos mais graves em relação à preconceito e transfobia, sofreu ameaças, inclusive de morte por parte de um usuário de aplicativo de relacionamento. João é um homem pansexual, ou seja, sente atração por pessoas de várias identidades de gênero e mesmo assim tem dificuldades em encontrar parceiros, sejam homens ou mulheres cisgênero, heterossexuais, bissexuais - de acordo com ele por causa do órgão genital, seja por não querer (no caso de mulheres hétero e homens gays que ele aponta estarem numa lógica falocêntrica de desejo), seja por focar no órgão genital, no caso de homens héteros que o enxergam como fetiche.

4.3.2 Alex

Alex se manifestou sobre a relação dele com a família hoje, se eles aceitam e respeitam sua identidade:

[...] tirando o meu pai o resto da minha família toda já se esforça ao máximo pra me tratar no masculino, me chamar pelo meu nome, assim, as pessoas que se importam realmente comigo se esforçam e já estão bem de boas com isso, mas se for comparar quando eu me assumi como homem trans, comparar de lá pra cá, tiveram muitas evoluções, estão bem de boas já. (ALEX, 01/2021).

A boa relação com a família, apesar dos problemas com o pai, é provavelmente um dos fatores que influenciaram positivamente a trajetória de Alex. Ele Começou a se entender como transmasculino aos 16, no ensino médio já utilizava o nome social na escola - isso em um contexto de legislações que já permitiam o uso do nome social e da transição, principalmente no ano de 2019, quando ele aos 18 anos iniciou a hormonização e retificou os documentos.

Essas questões acabaram influenciando na sua entrada no mercado de trabalho, que se mostraram sem dificuldade na busca de emprego e mesmo em relação há algum tipo de problema no ambiente de trabalho por ser trans:

Não, não, não foi difícil. Esse está sendo meu primeiro emprego formal de carteira assinada, porque eu já entrei lá, querendo ou não, não gosto nem de usar essa palavra, mas já entrei como uma pessoa passável, um homem passável, um homem que você vê na rua e não desconfia que é uma pessoa trans, eu já entrei lá com meu nome retificado, com a fisionomia de um homem cis, então não sofri nada mesmo em relação ao trabalho. [...] É tipo isso mesmo, eu não senti

ainda necessidade de contar pras pessoas que sou trans e vou deixar e deixo fluir, porque não acho necessário em todo lugar que a gente chega a gente falar “olha eu sou trans”, não acho necessário, porque uma pessoa trans é normal como outra pessoa, não precisa andar identificando e tudo mais. Aí cheguei no trabalho e quem viu, quem percebeu que sou trans, beleza, pode chegar em mim e falar “te conheço de algum lugar”, tipo “ah te conheço da ATRAMS” por exemplo e eu “ah cara beleza e tudo mais”, mas é uma coisa que eu não acho necessário saber, chegar falando pra todo mundo, não é receio, é questão de que pra mim é algo normal... (ALEX, 01/2021).

Isto também se relaciona com o ser homem, investigar sobre vidas transexuais é fazer uma análise sobre todas as dimensões da ordem de gênero, não somente sexualidade ou identidade (CONNELL, PEARSE, 2015). As autoras apontam ainda um estudo de Kristen Schilt e Matthew Wiswall (2008), que afirma uma penalização econômica para homens e mulheres na transição, mas homens transexuais são mais bem pagos após a transição do que antes, enquanto mulheres trans perdem por volta de um terço da renda.

Neste caso não é possível comparar se a renda dos participantes aumentou ou diminuiu, porque os que trabalham estão nas primeiras experiências de emprego, não relatando problemas. O trabalho, para alguns participantes, também foi uma emancipação no sentido de levantar fundos para os custos da transição, como no caso de Nicolas, que realizou esta pelo convênio de saúde fornecido pela empresa, que cobriu inclusive a cirurgia de mamoplastia.

Alex é um homem negro, e a questão racial foi sentida de alguma forma em relação à identidade de gênero e mesmo ao racismo estrutural:

Tem e bastante, eu não cheguei a sofrer com isso, mas muitos amigos meus sofreram muito, porque tipo, é você sair de um corpo desejado que é o corpo de uma mulher negra pra um corpo marginalizado que o corpo de um homem negro. Eu não sofri com isso, porque, não sei, eu não, eu atualmente acho que eu não transmito... como é que posso falar, não sei, graças a Deus nunca fui abordado é.. por policiais, mas eu sei que se eu for abordado um dia, porque pode acontecer isso, eu vou ser tratado como um ladrão, um fora da lei. [...] querendo ou não, os policiais quando eles veem um homem negro na rua eles já ficam desconfiados. Isso nunca aconteceu comigo, de ser revistado e tudo mais, mas tenho muito medo, foi uma das coisas que me deixou com muito medo quando me vi como homem trans, porque a partir do momento que me vi como homem e homem negro fiquei pensando “meu deus, eu vou sofrer muito abuso, de diversas formas, como ser perseguido em lojas pelos atendentes, pressão de policiais, enfim...” mas graças a deus nunca aconteceu comigo e tenho fé que não vai acontecer

nunca, tenho fé que a gente só vai progredir com questões nesse quesito, de tratar as pessoas negras como escória da sociedade. (ALEX, 01/2021).

Apesar de dizer que nunca sofreu nenhum preconceito direto por ser negro é possível perceber, através dos receios do rapaz, que ele teme um dia ocorrer, principalmente no sentido de ser tratado como marginal por policiais. O que é bastante problemático porque denuncia o racismo estrutural dessa instituição, que vem sendo discutido na mídia, principalmente depois da onda de protestos do movimento internacional antirracista do “Black lives matter”, que ganhou força após a morte de um homem negro por policiais (nos EUA) e gerou um debate internacional a respeito da violência policial contra negros.

Sobre o caráter estrutural do racismo, no Brasil, por exemplo, homens negros e jovens são o maior número de vítimas de assassinatos, como mostra o atlas da violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2020):

Apenas em 2018, para citar o exemplo mais recente, os negros (soma de pretos e pardos, segundo classificação do IBGE) representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8. Comparativamente, entre os não negros (soma de brancos, amarelos e indígenas) a taxa foi de 13,9, o que significa que, para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos. (IPEA, 2020, p. 47).

Logo, questões raciais também são determinantes nas trajetórias dos sujeitos, relacionadas inclusive com questões de gênero, que no caso de Alex se refletem no receio de sofrer algum tipo de violência, que se diferencia das experiências de homens transmasculinos que não são negros.

Sobre ser homem trans na cidade de Teresina:

[...] eu posso dizer que com a minha vivência até agora é bem de boas, não é tão marginalizado, pelo menos não no meio que eu vivo, pode ser que seja sim, mas no meio que eu vivo, com os amigos trans que eu tenho, não é tão marginalizado quanto é por exemplo em São Paulo, Rio de Janeiro, é mais confortável, pelo menos pro homem trans, já pra mulher trans já é outra coisa, aqui em Teresina é um dos locais que mais tem infelizmente... é... assassinatos de pessoas... de mulheres trans. Mas no caso da vivência de um homem trans, é bem de boas viver aqui em Teresina, e é isso.

Do ponto de vista dele, ser homem transgênero em Teresina não é algo muito marginalizado, fato esse que podemos atribuir às garantias de direito efetivadas ao longo de sua trajetória de vida, apesar de algumas dificuldades.

O participante faz uma comparação entre homens e mulheres transgênero, que mulheres trans e travestis são vítimas de assassinato, transfeminicídio³³. Mulheres transexuais estruturalmente vivem em situação de vulnerabilidade e risco, no Brasil³⁴ por exemplo, a expectativa de vida destas é de apenas 33 anos, sendo o país com maiores taxas de assassinato (ANTRA, 2021).

Além do ódio pela transgressão de gênero existe o ódio pelo feminino, sobre isso e também sobre racismo, Nascimento (2021) pontua:

O extermínio da juventude brasileira, em especial a negra, também pode ser constatada entre pessoas trans*. De acordo com Benevides e Nogueira (2021), 56% das vítimas de transfobia letal estavam entre quinze e vinte e nove anos de idade em 2020, e nos anos de 2019 e 2018, temos 59,2% e 60,5%, respectivamente, entre jovens da mesma faixa etária. Por regiões, o nordeste aparece como uma preocupação constante, concentrando 39% dos casos em 2017, 36% em 2018, 37% em 2019 e 43% em 2020, e o sudeste aparece sempre em segundo lugar nesse ranqueamento por regiões. Cabe ainda assinalar que os dados consideram pessoas trans* de modo plural, ou seja, travestis, homens e mulheres transexuais e transmasculinos, mas, de modo preponderante, 100% das vítimas em 2020 são do gênero feminino, o que reforça a noção apresentada de que o ódio às feminilidades é uma política colonial que alicerça a brasilidade. (NASCIMENTO, 2021, p. 179).

Então, de fato, quando comparados a mulheres trans e travestis, homens transexuais têm uma menor taxa de assassinatos (drasticamente menor), o que mostra que, como afirmou Nascimento (2021), crimes de ódio contra pessoas trans são motivados também por questões de feminilidade, sobre o ódio contra o feminino.

³³ “Faz parte dos interesses de uma práxis transfeminista desnaturalizar a categoria gênero. Por isso, há importância de realizar esse debate ao introduzirmos o conceito de feminicídio, originalmente pensado para punir crimes de ódio e desprezo contra identidades femininas de mulheres cisgêneras. Entretanto, cada vez mais, o feminicídio passa por um alargamento conceitual de modo a garantir que mulheres transexuais e travestis também estejam amparadas juridicamente por este dispositivo. Travestis, mulheres cisgêneras e transexuais compartilham uma vulnerabilidade social por performarem identidades de gênero femininas em suas realidades sociais diárias. (NASCIMENTO, 2021, p. 167).

³⁴ De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (2021): “[...] Em 2020, o Brasil assegurou para si o 1º lugar no ranking dos assassinatos de pessoas trans no mundo, com números que se mantiveram acima da média. Neste ano, encontramos notícias de 184 registros que foram lançados no Mapa dos assassinatos de 2020. Após análise minuciosa, chegamos ao número de 175 assassinatos, todos contra pessoas que expressavam o gênero feminino em contraposição ao gênero designado no nascimento [...]”.

O que não inviabiliza, no entanto, uma série de outros problemas vinculados à transmasculinidade, como explorados ao longo deste trabalho dissertativo.

4.3.3 Nicolas

Nicolas se manifestou sobre as mudanças que notou, na forma que as pessoas o tratam, depois que se assumiu como homem trans. Comentou que hoje, quem não o conhecia antes da transição o trata no masculino³⁵ e quem conhecia antes geralmente tem alguma dificuldade, mas afirma não se importar com quem não “acerta o pronome” porque a aceitação tem que partir dele consigo e não esperar que as pessoas o aceitem. Sobre ele ter uma aparência masculina com “passabilidade”:

É, lá na empresa poucas pessoas sabem. E um dia desse aí uma menina que chegou pra mim, que, ó, já conversa comigo há muito tempo, lá na empresa, aí era um dia antes da visibilidade trans, que foi dia vinte e nove de janeiro, eu disse: “eita, amanhã é meu dia”. Ela: “como assim?” “Amanhã é o dia da visibilidade trans”, ela: “ahm? Não tô entendendo”. Aí eu digo, “não, é porque eu sou um homem trans”, e ela: “o quê, é mentira?” E é porque eu já converso com ela há muito tempo, ó. E ela: “não, não, não, é mentira”. Eu digo, “não, é sério, eu sou um homem transgênero, eu nasci no feminino, só que hoje...”, e ela “meu deus não tem quem diga, eu tenho um outro colega da gente ali, que eu sei que ele é, porque ele já tem uma feição mais feminina e tu não cara? Pelo amor de Deus, não tem quem diga, não sei o que”. Que bom que eu tô assim, passável, né? Porque, assim, a gente se sente bem, pô. Quando começou a nascer os primeiros..., porque assim, a voz grossa eu sempre tive, engrossou mais com o hormônio, mas a voz grossa sempre tive. E aí, quando começou a nascer os primeiros pelinhos, que eu comecei a olhar, eu digo, “eita, meu Deus do céu”. Aí comecei a me sentir bem no espelho, entendeu? (NICOLAS, 01/2021).

Logo, com a aparência masculina, vem o tratamento social que as pessoas direcionariam a um homem cisgênero, como é possível notar com o comentário da colega de trabalho, que sabia que um terceiro era trans pelas “feições femininas”, logo, a “passabilidade” é apenas uma questão superficial - porque quem o conhecer de forma mais íntima vai saber em algum momento que se trata de um homem trans,

³⁵ Um comentário de Nicolas sobre a relação com a família: “Como eu te falei, eu não forço eles me chamarem de “ele, ele, ele”, não forço. Vai do tempo deles. Os meus sobrinhos de um ano, de quatro anos, tenho uma sobrinha de quatro anos, ela só me chama de tio. Ele, eu digo assim pra minha família: “cara, se uma criança de quatro anos entendeu, vocês não podem entender?” Só digo isso.” (NICOLAS, 01/2021).

e não cisgênero. A reação pode ser de surpresa, sem grandes problemas, como neste caso, ou de discriminação, como ele relatou posteriormente:

[...] aqui em Teresina, eu sou muito conhecido, porque eu tenho um fã clube [...]. Teve essa pessoa que era do nosso meio também, que tipo assim, eu senti que ela tava com preconceito comigo depois que eu fiz a cirurgia, ela já tinha preconceito comigo, que eu não sei se era brincadeira, não sei se era sério, porque a gente deixou de se falar. E nesse dia, depois que eu fiz a cirurgia, lá do nada, mudou comigo, me bloqueou, entendeu? Aí eu fui falar com ela no grupo, ela disse, eu não tenho nada pra falar contigo, não sei o que. Pra mim, foi preconceito? Como é que você não faz nada com a pessoa? Aí ela sempre diz assim: “ah, eu nunca vou te chamar de ele não, pra mim sempre vai ser mulher”. Antes, né? (antes da cirurgia) Mas eu levava na brincadeira. Aí depois da cirurgia, comentou no status de uma amiga minha, que ela postou minha foto no dia que eu fiz a cirurgia, aí minha amiga falou que ela disse assim: “ah, porque que ela fez? Ela fez isso, não sei o que, não sei o que”. Começou a falar um monte de coisa lá. Poxa, eu tive mais preconceito com pessoas que eram meus colegas, meus amigos. Do que mesmo com a minha família. Mas pra mim, me importei não. No dia eu fiquei assim, “meu Deus, como é que pode”, porque nunca tinha passado por isso, né? Mas fiquei de boa. (NICOLAS, 01/2021).

É possível perceber o constrangimento sobre as declarações preconceituosas, principalmente depois da cirurgia. Então, quando se fala sobre passabilidade, é um fato que tem limites na questão de “privilégios”, ou seja, não garante para o sujeito uma vida isenta de vivências sobre ser transmasculino (ou vivências que um homem cisgênero teria), o que infelizmente inclui possíveis discriminações e violências motivadas por questões de gênero, ou seja, transfobia.

Em dado momento da entrevista o participante falou da relação dele com movimentos sociais (uma parte importante em todas as narrativas é a relação dos rapazes com outros homens trans e essa muitas vezes acontece por meio de grupos como a ATRAMS e o Coletivo 086 que promovem pautas de militância:

Eu fazia parte da ATRANS, mas aí praticamente não existe mais. Eu ajudo muito o xxx, [...] do coletivo 086. [...] mas eu assim aquele militante de ir pra rua, eu não sou não. [sobre o feminismo] Não, eu sempre fui machista, eu nunca fui assim, eu sou daqueles caboclo bruto mesmo, do interior (risos). Entendeu? Então, eu sempre fui machista, nunca me senti assim feminista e tal [...]. Eu me considero um homem machista, porque deixa eu tentar te explicar uma coisa aqui, eu não concordo muito em relação a transexualidade, sabe? Eu não concordo muito em ver homens trans postando nas redes sociais, foto sem camisa sem ter que ter feito a mastectomia. Aí eu já

fui até removido de grupos de trans, porque é uma coisa que eu não aceito. Eu, como eu te falei, tem que se aceitar é você mesmo, mas aí eu particularmente quando eu tinha seios eu não fazia. Porque a sociedade não está preparada pra isso. Eu, como eu falei no grupo, eu convocaria qualquer homem trans que não tenha feito a mastectomia para andar sem camisa no meio da rua. Ele vai apanhar. Entendeu? Então você expor na rede social também, você não está militando. Ali você tá criando ódio, você está criando rancor das pessoas. [...] Eu tô falando sobre expor o seu corpo. Beijo, beijo, eu super apoio, beijar um homem, quiser beijar, homem, mulher que quiser beijar a mulher em qualquer lugar, eu super apoio, entendeu? Mas essa coisa de você mostrar seu corpo em redes sociais, no meio da rua, tipo, até mulheres transexuais quando vão pra parada gay, eu não concordo, entendeu? Porque ali não é a forma de militância, as pessoas vão enxergar a gente como um corpo, o que você pode usar. É o meu ponto de vista. Então, me considero muito machista, eu não concordo com isso. Aí os meninos já me chamaram de machista, transfóbico, bolsonarista (risos). Não, Deus me livre. (risos).

Nicolas mostra que tem uma opinião diferente do discurso que se tem como normal em grupos de transmasculinos que ele participa e, que por conta disso, é taxado de conservador. Afirmo que essa “exposição” do corpo como uma forma de militância vai gerar ódio nas pessoas, que não estão acostumadas, ou não aceitam transexuais, em especial quando cruzam fronteiras do gênero (como um homem com seios), isso pode ser visto de forma pejorativa pelas pessoas e atrasar na verdade uma aceitação social, que poderia acontecer de forma mais pacífica se os homens trans se corporificassem como homens cis.

Nicolas é o mais velho entre os entrevistados (31 anos), por isso na sua fala, o contato com a identidade transmasculina aparece mais tardio:

[...] Nem ouvia falar, transex ualidade de homem. Mulheres era mais fácil, né? Que era sempre os travestis, as mulheres transgêneras, é mais fácil ver. Agora homem trans mesmo era difícil demais. Quase nem tinha em Teresina, hoje tem um grupo aqui que tem mais de quarenta homens transgênero. Eu costumo até brincar um pouquinho, Maria, com uns amigos meus aí, eu e as amigas minhas também que se identificam, porque tenho muita amiga lésbica, né? Eu brinco, aí, brincadeira, mas tem algumas pessoas que se zangam, mas eu brinco. “Rapaz, hoje toda sapatão quer ser homem trans, toda sapatão macho quer ser homem trans (risos)”. Aí as meninas “é mesmo, é mesmo, pelo amor de deus, há 10 anos ninguém nem via isso aqui agora todas querem ser homem trans”. E pensa que é fácil ser homem trans. Tem umas aí, eu digo “umas”, porque pra mim ser trans não é só você ter barba ou algo do tipo, não. Tem umas aí que se dizem trans só pra entrar na modinha, chamar atenção. [...] É usar a militância da gente, LGBTQI+ pra chamar atenção, que é expor, entendeu? De outra forma. Aí, como

não tem como mais como chamar atenção, eu vou, vou agora, por exemplo, ser trans, ser lésbica, agora eu vou ser gay, tendeu? Pra ganhar seguidor, essas coisas de rede social... (NICOLAS, 01/2021).

Nicolas, antes de se assumir como homem trans, passou muitos anos vivendo como lésbica. Como já afirmei anteriormente, na genealogia da transmasculinidade (cf. capítulo 3 com Rubin, 2003; Halberstam, 2008), essas identidades estavam interligadas a contragosto pois homens transexuais eram vistos como lésbicas masculinas (ou seja, mulheres) e lésbicas masculinas acusadas de “querer ser homem” (na verdade, estas continuam sendo mulheres só que com performances não normativas de feminilidade, ou performances de masculinidade).

Então ainda perdura um discurso que vem da necessidade de demarcação dos limites dessa identidade, no caso, o que é ser um homem trans “de verdade”, que acabam se ancorando em padrões normativos de masculinidade.

Perguntei para Nicolas o que era um “homem trans de verdade:

Ser homem trans é o cara que ele não tem medo de dar a cara a tapa pra sociedade, entendeu? É a pessoa se auto aceitar, como eu falei, não precisa de aceitação das pessoas, ser homem vai ser muito mais que uma genitália, entendeu? Acho que ser homem é ter caráter, é uma coisa que eu tenho muito hoje. Esse homem é ser responsável com a vida, ter amor a família, acho que isso é ser homem, cara. Eu acho que, ó, às vezes eu falo para os meninos, que acho que nem deveria existir essa palavra, homem trans, mulher trans, é homem ou mulher e pronto, entendeu? Então, pra mim ser homem hoje não é ser o que eu sou, mas é entender que a vida dum pessoa que ela resolve se auto transformar, transbordar, que a vida de uma pessoa que se aceita autotransformar não é fácil, e a gente tem que dar a cara a tapa pra sociedade mesmo, entendeu? Então acho que ser homem trans hoje é se dar a cara a tapa. Mas hoje em dia, como eu te falei, tá muito mais fácil. A aceitação tá muito mais fácil, porque tem leis agora, tendeu? Plano de saúde, cobriu [...] é porque existe uma lei, todo plano tem que cobrir, se tiver laudo médico, entendeu? Então, hoje em dia tá muito mais fácil. Antigamente era mais escondido. Hoje, hoje as pessoas também não têm aquela vergonha de, “ai, eu sou homem trans. Aí, eu sou mulher trans”. Entendeu?” (NICOLAS, 01/2021).

Com o relato também é possível perceber que, nos últimos 6 anos, o número de transmasculinos em Teresina cresceu significativamente, pelo menos em termos de visibilidade, bem como se ampliou o “espectro” das transmasculinidades, com mais homens trans se assumindo publicamente, as noções de como devem ser e parecer esses sujeitos se modificaram.

Nicolas, ao mesmo tempo que reforça alguns estereótipos sobre o que é ser um homem, desconstrói outros, além de reconhecer que hoje, por conta de leis, está mais fácil. Assim, jovens transmasculinos hoje vão ter condições materiais muito mais favoráveis para existir e ter acesso à direitos e serviços, como foi observado na trajetória de Alex.

4.3.4 Elyfer

O participante fala sobre passabilidade e pressão social para uma masculinidade normativa:

Essa pressão existe na minha vivência. [...] Uma vez a gente teve uma roda de conversa na Potycabana e a pergunta que a psicóloga fez pra todo mundo, tinham muitos homens trans nessa roda de conversa, “o que é ser homem pra você?” Aí alguns dos meninos responderam “ah, ser homem é ter responsabilidade, é prover a pessoa que você tá junto com ela”, todo aquele discurso que o homem cis provedor da residência tem, e eu falei “ser homem é não se colocar e se encaixar dentro de estereótipos que nos são dados”, eu falei e o pessoal ficou “meu deus” e os próprios meninos ficaram “ah mas não sei o que, não sei o que”, gerou toda uma discussão nessa simples pergunta. Aí assim, essa pressão social existe mesmo e muitos meninos reforçam e cobram de outros. Eu nas minhas vivências tento romper um pouco com isso, não vou romper dilacerando, metendo a faca, porque não tem como, mas tento desconstruir em alguns debates que eu vejo. (ELYFER, 01/2021).

Ao longo da narrativa ele destaca algumas vezes a importância de romper com estereótipos normativos de masculinidade. Relata que a falta de informação, para ele, foi um grande problema e observa que outras pessoas transgênero, especialmente mulheres trans, têm a mesma dificuldade. Sobre o processo de transição, afirmou que sofreu mais no início, quando ainda não fazia terapia hormonal, apenas se “travestia” com roupas masculinas e cobria o cabelo com um boné, que sentia pressão até mesmo dos próprios grupos de homens trans, onde alguns reforçam um estereótipo normativo de masculinidade e, aqueles que ainda não iniciaram hormonização, que tem aspectos considerados “femininos” na aparência, sofrem mais preconceito. Para iniciar a terapia hormonal, afirmou já estar com dois anos de transição, e que, até o fazer, foi um longo processo que perdurou por conta da falta de informações.

Sobre as mudanças que ele sentiu após o início da transição:

Quando eu era uma mulher lésbica eu nunca tive tantos contatos sociais, era mais da escola, pra casa, universidade, não tinha muita proximidade das pessoas, era uma vida mais assim, tranquila. Aí depois que me assumi homem trans meu ciclo social se ampliou de uma forma que não consigo nem mensurar. Hoje digo que tenho mais amigos, mais pessoas que me entendem, mais pessoas que estão comigo, a maioria dos meus amigos hoje são homens trans, os mais próximos, as pessoas que me conheceram antes da transição continuaram amigos graças a deus porque tem muito disso, de você se assumir trans e as pessoas te isolarem, te afastarem, excluírem mesmo por questões de “ahh o que as pessoas vão pensar de fulano, era mulher agora é homem...”, tem muito disso, graças a deus as pessoas que foram verdadeiras comigo permaneceram nesse processo e eu ganhei muitos amigos, às vezes alguns curiosos que se aproximam pra saber mais sobre essas coisas e depois falam por trás de você, mas de certa forma meu contato social é até tranquilo, as pessoas me tratam no masculino, as que não me conheceram antes. Tem muito disso sobre o contato social, você consegue se colocar mais, participar mais em vários ambientes, faculdade, em uma escala de 0 à 10, melhorou 11. (ELYFER, 01/2021).

Reconhece uma mudança significativa nas relações sociais, onde encontrou uma comunidade de transmasculinos que se tornaram amigos e compartilham de vivências em comum, apesar de algumas pessoas que o conheciam antes da transição terem se afastado. Em contrapartida, relata problemas com relacionamentos afetivos:

Primeira coisa é que as mulheres cis não querem se relacionar conosco, as mulheres trans algumas dizem “ah, não tem barba, não quero”. Assim, muitas das meninas que eu me relacionei depois que me assumi como homem trans são meninas bissexuais e trans, mas trans eu nunca me relacionei com uma que seja bi, mas cis a maioria são bissexuais. É complicado porque a maioria não quer, diz “ah mas falta alguma coisa, não é homem de verdade”, é tanta coisa... Raro se encontra uma menina que esteja decidida a assumir uma pessoa trans, porque acontece de chegar na família e dizer “ah tô namorando um carinha, fulano”, aí só com um tempo a família vai descobrir que é trans, porque se disser que é trans gera toda uma problemática “ah termina, isso não dá certo, isso é coisa do demônio, o mundo tá perdido...”. Eu depois que me assumi como homem trans só namorei uma pessoa, em quatro anos, muitas vezes nem digo que sou trans, ou digo com medo. Mas tem certo momento que eu chego e digo “olha eu sou trans”, mas como já tive problemas com isso, sempre que chego pra conversar com uma menina, seja no whatsapp ou uma festa, eu digo “sou trans”, aí ela já desiste logo. É raro uma relação que a pessoa te assuma e compre a briga contigo, porque é comprar uma briga com toda a sociedade. Aí diz “ah tá ficando com um homem que é mulher, tá ficando com uma lésbica

caminhoneira, é sapatão...”, já chega a pejar a menina de sapatão, e é constrangedor né, você que tá se relacionando com ela e tá jogando toda essa carga emocional pra cima dessa pessoa fica acoado, tem que ter muita força de vontade para namorar com uma pessoa trans, penso nesse sentido. E eu falo muito da solidão da pessoa trans, porque não querem se relacionar com a gente. Amigos a gente encontra e sustentam com a gente, graças a deus, agora amorosamente somos solitários, eu me vejo como uma pessoa solitária nessa área da minha vida. (ELYFER, 01/2021).

Assim como João, Elyfer também afirma ter muitos problemas com relacionamentos afetivos, onde, a partir de sua experiência, afirma que geralmente mulheres cis não se interessam porque o corpo foge do cisnormativo (assim como mulheres trans), um homem sem pênis. E que a maioria das mulheres que ele se relaciona são bissexuais, mas o relacionamento acaba sendo atravessado por discriminações que geram uma carga emocional - como o preconceito da família da outra pessoa a respeito da transexualidade.

A família associa a relação entre uma mulher cis e um homem trans de forma a desconsiderar que o transmasculino seja um homem, enxerga como lésbica, então a própria sexualidade de uma mulher hétero é questionada caso ela se relacione com um homem trans.

Por fim, apareceu na sua narrativa o que ele via como positivo que veio através da identidade transmasculina:

Através da minha identidade eu consegui ter pessoas no meu ciclo social que sejam verdadeiras comigo, que sejam meus amigos de verdade porque até então eu não tinha. Me trouxe uma coisa de ter foco, objetivo de chegar em algum local, isso com a transição me veio de forma muito facilitada, consigo ter metas, consigo ser eu, socialmente falando, então o melhor pra mim é isso, ser eu. Responsabilidade, foco, objetivo pra conquistar meus sonhos, que não são poucos e ter amigos de verdade, e o respeito da minha família, apesar das dificuldades, tem o respeito. (ELYFER, 01/2021).

Apesar das dificuldades que enfrentou, assim como os outros participantes, relata que hoje está satisfeito em poder ser quem é de verdade e que isso trouxe benefícios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas de gênero, que são norteadas pelos padrões de masculinidade hegemônica, privilegiam a dominância de homens cisgênero sobre mulheres, e também sobre outros homens – estes últimos por questões econômicas, raciais, etárias e identitárias enfrentam uma série de discriminações sociais para serem reconhecidos como homem. Ou seja, homens trans precisam de um esforço diferente de homens cisgênero para existir enquanto homem, um esforço que adentra a corporificação, pois o sexo destes o classificam enquanto fêmea e o conflito social das suas existências é justamente a não inteligibilidade do sexo e do gênero.

Com os resultados destaca-se o impacto da ordem de gênero ter ocorrido de modo diferente em relação aos mais jovens e os mais velhos. A visibilidade da identidade transmasculina junto aos participantes no cenário nacional e, mesmo local, ajudou os mais jovens a se reconhecerem como tal ainda na adolescência. Além disso, conseguiram acessar os direitos relativos à “transição”, mais cedo. Isso, não significa dizer que não tiveram problemas familiares ou em outros espaços.

Os mais velhos passaram por um processo de transição mais tardio (quando comparado aos primeiros) e destacam nas narrativas que ser homem trans é difícil. Eles também só conseguiram ter acesso aos direitos e a possibilidade de existir como homem trans no mesmo período temporal que os mais novos, pós adolescência, ou seja, passaram mais tempo tendo conflitos com a própria identidade e com familiares e outros espaços sociais. A relação com a família acaba sendo mais conflituosa no início, felizmente todos afirmam que hoje tem uma boa relação com a mesma. E sobre os problemas de acessar direitos, todos relataram algum tipo de preconceito que sofreram, ou algum tipo de dificuldade.

No que se refere às legislações biomédicas e jurídicas que tratam de direitos relacionados a mudanças no corpo, bem como documental, tais como acesso a serviços relacionados a corporalidade, o nome e o gênero, foi perceptível a importância delas na vida dos participantes, embora permeadas por dificuldades burocráticas. O mesmo se deu em relação aos mais jovens e aos mais velhos, que demoraram mais tempo para acessar tais serviços.

É importante mencionar que a cidade de Teresina hoje possui um ambulatório especializado no atendimento de transgêneros, bem como a recente Resolução do Conselho Federal de Medicina Nº 2.265/19 que modifica as possibilidades do processo de transição, de homens transgêneros que desejarem um acompanhamento para terapia hormonal, até mesmo de menor idade (se consentido pelos responsáveis), vão ter um acesso mais fácil, quando comparado aos rapazes de idade mais avançada que foram entrevistados nesta pesquisa.

Nesse processo de transição corporal, a mamoplastia se destaca. A cirurgia é uma das mais procuradas por homens transgênero e é possível se realizar por meio de convênio de saúde, de forma particular, ou pelo Sistema Único de Saúde. Este último, o SUS, é viável, porém é visto como gratuito e popular e, infelizmente significa uma espera de anos até a realização do procedimento. Dessa forma, questões de classe são fundamentais, pois quem tem melhores condições financeiras vai ter acesso a todos os procedimentos de forma mais rápida, pois pode optar por fazer por meio particular ou privado, como apareceu nas narrativas de alguns participantes desta pesquisa.

De modo geral, a orientação sexual dos participantes mostra uma ampliação das noções de masculinidade e do que é ser homem. Embora se perceba reproduções que podem ser consideradas machistas, aparecem outras que questionam o patriarcado e o machismo. Porém, essa é uma das questões que precisam ser mais exploradas.

Uma questão, entre os participantes, que se destacou como uma consequência de sua identidade transmasculina, em suas narrativas de vida, foi a dificuldade de se relacionar afetivamente ou amorosamente. Ainda permanece no imaginário social velhas questões que permeiam essa identidade, tipo a legitimidade da transmasculinidade, por não ser biológica ou natural, ou ainda sendo mais óbvio, o órgão sexual masculino (ou a ausência dele) como determinante do ser homem.

Hoje, tendo em vista as possibilidades materiais de existência, bem como o contexto social, político e econômico, a despatologização não pode excluir dos serviços do sistema único de saúde a garantia do direito ao atendimento integralizante à pessoa trans, este apenas devendo ser pautado não mais na noção de tratamento de uma anormalidade onde o cisgênero é posto como modelo de normal, mas sim na garantia da dignidade humana, tendo em vista os altos níveis de violência em múltiplas instâncias e espaços: o conflito consigo, conflito com a

família, as altas taxas de assassinato (no caso de mulheres trans), o adoecimento psicológico e até mesmo as consequências do próprio processo de transição.

A materialidade dos corpos e a norma de que estes devem ser inteligíveis (sexo feminino – mulher – feminilidade – heterossexualidade; sexo masculino – homem – masculinidade – heterossexualidade) é o que inviabiliza práticas de gênero e identidades como a transmasculina. Rubin (2003), citado por Connell (2016), afirma que a transição de gênero é politicamente neutra, ou seja, transexuais não são nem essencialmente normativos, tampouco essencialmente subversivos em relação ao gênero. Connell (2016) segue afirmando que a redesignação de gênero em si é um processo subversivo, mas na prática, as possibilidades de modificações corporais e os padrões de masculinidade a serem alcançados se apoiam em esquemas de gênero altamente conservadores. Os aparatos biomédicos e jurídicos possibilitam a transição de gênero ao mesmo tempo em que normatiza o que é e como deve parecer uma pessoa trans.

Por fim, é preciso dizer que, para os participantes, o reconhecimento da transmasculinidade e, em particular, a redesignação de gênero, embora conflituosa e traumática, como foi possível perceber em algumas narrativas, também foi desejada e é motivo de satisfação e de melhoria na qualidade de vida dessas pessoas.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, J, C. O novo movimento teórico. In: **Revista brasileira de ciências sociais**. São Paulo, ANPOCS, v. 2 (4), junho: 5-28, 1987.

ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G.; MEDRADO, Benedito. **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: Editora 34, 1998.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; Antra; Ibte, 2021. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2021.

ÁVILA, Simone. Regimes de visibilidade de transhomens brasileiros: uma questão geracional. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TRANSOCEANIK, 1, 2013, Florianópolis. **Anais**. Disponível em: <https://soutranshomemedai.webnode.com/_files/200000537-7a78e7b72e/Regimes%20de%20visibilidade%20de%20transhomens%20brasileiros%20-%20%20Simone%20Avila.PDF>. Acesso em: 23 jul. 2019.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. “Maria, Maria João, João: Reflexões Sobre a transexperiência masculina. In: Fazendo Gênero, v. 9, 2010, Florianópolis. **Anais... ..** Disponível em: <https://soutranshomemedai.webnode.com/_files/200000385-8159982537/Maria%20C%20Maria%20Jo%C3%A3o%20Jo%C3%A3o%20-%20Reflex%C3%B5es%20sobre%20a%20transexperi%C3%Aancia%20masculina%20-%20Simone%20%20C3%81vila%20e%20Miriam%20Pillar%20Grossi.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. “Nós queremos somar!”: A emergência de transhomens no movimento trans brasileiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DA HOMOCULTURA, v. 8, 2014, Porto Alegre. **Anais... ..** Disponível em: <https://soutranshomemedai.webnode.com/_files/200000547-7106772006/-22N%C3%B3s%20queremos%20somar!-22-%20A%20emerg%C3%Aancia%20de%20transhomens%20no%20movimento%20trans%20brasileiro%20-%20Simone%20%20C3%81vila%20e%20Miriam%20Grossi.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. O “Y” em questão: as transmasculinidades brasileiras. In: FAZENDO GÊNERO, v. 10, 2013, Florianópolis. **Anais**. Disponível em: <https://soutranshomemedai.webnode.com/_files/200000545-60ba262ae2/O%20Y%20em%20quest%C3%A3o%20-%20Transmasculinidades%20brasileiras%20-%20Simone%20Avila%20e%20Miriam%20Grossi.PDF>. Acesso em: 23 jul. 2019

ÁVILA, Simone Nunes. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem**: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo. 2014. 243f. Tese

(Doutorado) – Curso de Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BARBIERI, T. D. (1993). Sobre la categoría género: una introducción teórico-metodológica. **Debates En Sociología**, (18), 145-169. Recuperado a partir de <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/debatesensociologia/article/view/6680>>

BATISTELLA, C. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. In: FONSECA, A. F.; CORBO A. D. (Orgs.). **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV; Fiocruz, 2007.

BERTOLINI, Jeferson. O conceito de biopoder em Foucault: apontamentos bibliográficos. **Saberes**, Natal, v. 18, n. 3, p. 86-100, dez. 2018.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. DESPATOLOGIZAÇÃO DO GÊNERO: A politização das identidades abjetas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 20, p. 569-581, ago. 2012

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: Gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017.

BERTAUX, D. **Relatos de vida: perspectiva etnosociológica**. Paris: Nathan, 1997.

BERTAUX, Daniel. A perspectiva etnosociológica. In: BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. São Paulo: Edufrn, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 110-125.

CONNELL, R. W. **Gender & Power**. Uk: Polity Press, 1987.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero uma perspectiva global: Compreendendo o gênero – da esfera pessoal À política – no mundo contemporâneo**. Tradução e revisão técnica de Marília Moschkovich. 3. ed. São Paulo: Nversos, 2015.

CONNELL, R. W.. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, S.L, v. 2, n. 20, p. 185-206, jun. 1995.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: Inversos, 2016.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 21, p. 241-282, abr. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução nº 2.265**, de 20 de setembro de 2019. Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010. Diário Oficial da União, Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=09/01/2020&jornal=515&pagina=96>. Acesso em: 11 set. 2021.

COSTA, Luciano Rodrigues; SANTOS, Yumi Garcia dos. O “relato de vida” como método das ciências sociais: Entrevista com Daniel Bertaux. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 319-346, Apr. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702020000100319&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Maio 2021.

DINSHAW, Carolyn. Perspectivas queer. In: CARABÍ, Àngels; ARMENGOL, Josep M.. **La masculinidad a debate**. Barcelona: Icaria, 2008. p. 81-94.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GREGORY, Drew. **Daniela Sea On “The L Word,” Gender Identity, and Imagining Queer Liberation**. 2021. Disponível em: <https://www.autostraddle.com/daniela-sea-interview/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

G1. **'RG' da Argentina permitirá o registro de pessoas não binárias**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/07/21/rg-da-argentina-permitira-o-registro-de-pessoas-nao-binarias.ghtml>. Acesso em: 30 jul. 2021.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, S.L, p. 7-31, jan. 1993.

HARDING, Sandra. Existe un método feminista? In: BARTRA, Eli. **Debates en torno a una metodología feminista**. 2. ed. México: Uam, 2002. p. 9-34.

HALBERSTAM, J. **Female Masculinity**. Durham and London: Duke UP, 1998.

HALBERSTAM, J. **Masculinidad Femenina**. Tradução de Javier Sáez. 2. ed. S.L: Polifemo7, 2008.

IPEA (Brasil). **Atlas da Violência 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 27 set. 2021.

KETZER, Patricia. Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. **Argumentos**, Fortaleza, v. 18, n. 9, p. 95-106, jul. 2017.

KIMMEL, Michael. Los estudios de la masculinidad: una introducción. In: CARABÍ, Àngels; ARMENGOL, Josep M.. **La masculinidad a debate**. Barcelona: Icaria, 2008. p. 15-32.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 16, p. 809-840, set. 2008.

MEDRADO, B.; LYRA, J.; AZEVEDO, M. 'Eu Não Sou Só Próstata, Eu Sou um Homem!': Por uma política pública de saúde transformadora da ordem de gênero. In: GOMES, R. (Org.). **Saúde do homem em debate** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, pp. 39-74. ISBN 978-85-7541-364-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

MIGUEL, Lorena Marina dos Santos. Harriet Martineau: A Contribuição Esquecida da Primeira Socióloga. **Dossiê Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 16-29. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1998.

MISKOLCI, Richard . **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; UFPO, 2012. 80p. (Série Cadernos da Diversidade, 6).

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NERY, João. W. **Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois**. São Paulo: Leya, 2011.

NUPEC, **Felicidade no olhar transbordou**. Primeiro corte apresentado em atividades socioeducativas da "Semana do orgulho de ser" do ano de 2019. Direção de Oliver. Teresina, 2019.

OLIVEIRA, Luciana de; TOOGE, Rikardy. **Número de agrotóxicos registrados em 2019 é o maior da série histórica; 94,5% são genéricos, diz governo**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/12/28/numero-de-agrotoxicos-registrados-em-2019-e-o-maior-da-serie-historica-945percent-sao-genericos-diz-governo.ghtml>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

PARIZOT, Isabelle. A pesquisa por questionário. In: PAUGAM, Serge et al. **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 85-101.

PEREIRA, Francineide Pires. **'Seja homem'**: Produção de masculinidades em contexto patriarcal. Curitiba: Crv, 2014.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida?: apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 395-418, jul. 2012.

PINTO, João Bosco G. **O projeto de dissertação**: Sugestões para sua elaboração. Mestrado em Serviço Social – UFPE, Recife, maio 1992.

PRECIADO, P. B.. Multidões queer: notas para uma política dos .:anormais::. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 19, p. 11-19, jan. 2011.

PRECIADO, Paul B. **Un apartamento en Urano**: crónicas del cruce. Barcelona: Anagrama, 2019.

PRECIADO, Paul-Beatriz. **Testo yonqui**. Huerta: Espasa Calpe, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 73-118.

ROCHA, Cássio Bruno Araujo. Um pequeno guia ao pensamento, aos conceitos e à obra de Judith Butler. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 43, p. 507-516, Dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200507&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430507>.

RUBIN, Henry. **Self-Made Men**: Identity and Embodiment among Transsexual Men. Nashville: Vanderbilt University Press, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, 2001, p. 115-136.

SANTOS, Adelaide Ellis Carbonar dos. **VIVÊNCIAS TRANSMASCULINAS EM ESPAÇOS EDUCACIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR DO SUL DO BRASIL E A MULTIPLICIDADE ESPACIAL**. 2020. 285f. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista?. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 173-186, Apr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100018>.

SIMÕES, Rogério. **O que foi e como terminou a Primavera Árabe?** 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55379502>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. **Vidas que desafiam corpos e sonhos**: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade. 2009. 226f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

Monteiro, Simone, Brigeiro, Mauro e Barbosa, Regina Maria. Saúde e direitos da população trans. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 20192019, v. 35, n. 4 [Acessado 30 Agosto 2021], e00047119. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00047119>>. Epub 08 Abr 2019. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00047119>.

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado,

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa denominada **Masculinidades Transexuais: Narrativas de vida em Teresina - Piauí**. Esta pesquisa está sob a responsabilidade da pesquisadora **Maria Clara Teresa Fernandes Silveira** e tem como objetivos - Compreender como as práticas de gênero de homens transexuais estão relacionadas com estruturas de poder e biopoder que normatizam padrões de masculinidade, bem como as vivências destes sujeitos com os processos de socialização e suas relações com grupos e instituições no meio social da cidade de Teresina - Piauí.

Neste sentido, solicitamos sua colaboração mediante a assinatura deste termo. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), visa assegurar seus direitos como participante. Após seu consentimento, assine todas as páginas e ao final desse documento que está em duas vias. O mesmo também será assinado pelo pesquisador em todas as páginas, ficando uma via com você participante da pesquisa e outra com o pesquisador. Por favor, leia com atenção e calma, aproveite para esclarecer todas as suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, você poderá esclarecê-las com o pesquisador responsável pela pesquisa (Maria Clara Teresa Fernandes Silveira) através dos seguintes telefones (**86998523771**). Se mesmo assim, as dúvidas ainda persistirem você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI, que acompanha e analisa as pesquisas científicas que envolvem seres humanos, no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Teresina -PI, telefone (86) 3237-2332, e-mail: cep.ufpi@ufpi.br; no horário de atendimento ao público, segunda a sexta, manhã: 08h00 às 12h00 e a tarde: 14h00 às 18h00. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. **Esclarecemos mais uma vez que sua participação é voluntária, caso decida não participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento da pesquisa, não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo e a pesquisadora estará à sua disposição para qualquer esclarecimento.**

A pesquisa tem como justificativa a escassez de produções sociológicas sobre masculinidade trans, tendo em vista as necessidades que são exclusivas deste grupo, sujeitos à situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social. Para sua realização será necessário que o participante faça um relato da sua história de vida, que vai ocorrer como um diálogo com a pesquisadora responsável; esse diálogo vai ser gravado para que a pesquisadora possa revisar as informações e transcrevê-las, para fins de análise.

Os riscos consistem em possíveis gatilhos psicológicos por tocar em assuntos sensíveis aos participantes. Você não é obrigado a falar sobre nada que não se sinta confortável. No entanto, a pesquisa será benéfica: é uma forma de contribuir diretamente com a construção de evidências científicas sobre as particularidades de sujeitos transexuais masculinos na cidade de Teresina - Piauí. Os riscos serão contornados com a disponibilização de atendimento psicológico sem custos, caso seja necessário.

Os benefícios da pesquisa são contribuir com os conhecimentos sobre questões de gênero e sexualidade, contribuir com uma melhora na qualidade de vida de homens transgênero a partir de informações. À nível local vai impactar em problematizações a respeito das transmasculinidades e a relação destas com instituições, mostrando especificidades do grupo.

Os resultados obtidos nesta pesquisa serão utilizados para fins acadêmico-científicos (divulgação em revistas e em eventos científicos) e a pesquisadora se compromete a manter o sigilo e identidade anônima, como estabelecem as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 466/2012 e 510/2016 e a Norma Operacional 01 de 2013 do Conselho Nacional de Saúde, que tratam de normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos. E você terá livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo, bem como lhe é garantido acesso a seus resultados.

Esclareço ainda que você não terá nenhum custo com a pesquisa, e caso haja por qualquer motivo, asseguramos que você será devidamente ressarcido. Não haverá nenhum tipo de pagamento por sua participação, ela é voluntária. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de sua participação neste estudo você poderá ser indenizado conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, bem como lhe será garantido a assistência integral.

Após os devidos esclarecimentos e estando ciente de acordo com os que me foi exposto, Eu _____ declaro que aceito participar desta pesquisa, dando pleno consentimento para uso das informações por mim prestadas. Para tanto, assino este consentimento em duas vias, rubrico todas as páginas e fico com a posse de uma delas.

Preencher quando necessário

- () Autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação, filmagem e/ou fotos;
- () Não autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação e/ou filmagem.
- () Autorizo apenas a captação de voz por meio da gravação;

Local e data: _____

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXO B

ROTEIRO PARA A PESQUISA

MASCULINIDADES TRANSEXUAIS: NARRATIVAS DE VIDA EM TERESINA – PIAUI

PESQUISADORA: MARIA CLARA TERESA FERNANDES SILVEIRA

PARTE I

Nome (fictício):

Idade:

Identidade de gênero:

Orientação sexual:

Escolaridade:

Ocupação:

Estado civil:

PARTE II

Informações norteadoras:

Com esta pesquisa busco compreender como as práticas de gênero de homens transexuais estão relacionadas com estruturas de poder e biopoder que normatizam padrões de masculinidade, bem como as vivências destes sujeitos com os processos de socialização e suas relações com grupos e instituições no meio social da cidade de Teresina - Piauí. Então gostaria de saber como você compreende a sua masculinidade, o que é ser homem trans e viver na cidade de Teresina/ estado do Piauí, quais as partes boas e ruins. Principalmente como isso se relaciona com o seu contato com instituições como a escola, a família, hospitais, igreja e qualquer outra que você considera interessante; também com grupos de amigos; e movimentos sociais como o LGBTQIA+, feminismo, movimentos de homens a favor da igualdade de gênero e etc. Para além disso eu também gostaria de saber como outros aspectos da sua vida se relacionam com sua identidade de gênero, como sua raça/etnia, condição socioeconômica, orientação sexual e etc.

Dito isso gostaria que você compartilhasse comigo sua história de vida, dando ênfase naquilo que você acha necessário.